

Seminário Nacional a questão da terra desafios para a Psicologia





***“Não é cova grande, é cova medida: é a terra que
querias ver dividida”.***

João Cabral de Melo Neto



Seminário Nacional
a questão da terra
desafios para a
Psicologia

Seminário Nacional a questão da terra desafios para a Psicologia

Brasília, 20, 21 e 22 de julho de 2006



Sumário

Mesa de abertura.....	7
Ana Mercês Bahia Bock.....	9
Marcus Vinícius de Oliveira Silva.....	12
Marina dos Santos.....	17
Holf Harckabart.....	19
 Conferência: A questão da terra: urgências e desafios para a sociedade brasileira	23
Leonilde Sérvolo Medeiros.....	24
 Mesa-redonda: Espaço como substrato para constituição da subjetividade.....	39
Bernadete Castro de Oliveira.....	40
Lindon Fonseca Matias.....	50
 Debate:	62
Público	63
Bernadete Castro de Oliveira.....	68
Lindon Fonseca Matias.....	70
Marcus Vinícius de Oliveira.....	72
 Painel: Subjetividade constituída nas relações com a terra.....	74
Joênia Carvalho.....	75
Deuselina Francisco Souza.....	80
Rosa Silva.....	85
Danilo da Conceição Serejo Lopes.....	91
D. Dijé.....	94
 Mesa-redonda: A questão da terra como desafio para a Psicologia.....	99
José Rogério Lopes.....	100



Seminário Nacional
a questão da terra
desafios para a
Psicologia

Francisco José de Albuquerque.....	107
Maria Nazaré Tavares Zenaide.....	113
Maria Inês Gasparetto Higuchi.....	119
Debate	120
Público.....	121
Maria Nazaré.....	125
Francisco José de Albuquerque.....	126
José Rogério Lopes.....	129
Mesa-redonda: A luta pela terra ou por um lugar no mundo	133
Isabela Camini.....	134
Maria Ângela Matos Moura.....	140
Debate	145
Público.....	146
Angela Tukano.....	147
Isabela Camini.....	148
Marcus Vinícius de Oliveira.....	152
Magda Lopes Gebrim.....	156
Maria Inês Gasparetto Higuchi.....	157
Público.....	157
Marcus Vinícius de Oliveira.....	159
Público.....	160
Marcus Vinícius de Oliveira.....	166
Público.....	169
Marcus Vinícius de Oliveira.....	172



Mesa de abertura

Seminário Nacional A Questão da Terra: Desafios para a Psicologia

Brasília, 20, 21 e 22 de julho de 2006.



Ana Mercês Bahia Bock

Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Boa noite aos meus parceiros de Mesa, boa noite às autoridades presentes, aos psicólogos, aos outros profissionais, companheiros da terra que aqui estão. O Conselho Federal de Psicologia, aqui representado por mim, pelo Odair Furtado e pelo Marcus Vinícius, organizador deste evento, tem o orgulho de abrir este Seminário Nacional *A Questão da Terra, Desafios para a Psicologia*.

A palavra certa é orgulho, pois realizar este Seminário significou muito para a Psicologia, significou que a Psicologia mudou, significou que a Psicologia rompeu com a sua tradição elitista e hoje se coloca no campo das ciências e das profissões que buscam estar aliadas às necessidades e urgências da sociedade brasileira, na luta por melhores condições de vida para todos. A terra é um dos aspectos mais importantes de nossas vidas e tem-se constituído, ao longo da história da humanidade, em um elemento sempre presente e de grande importância na construção dos sentimentos de pertencimento e, portanto, da identidade de todos nós.

Gosto de ouvir João Cabral de Melo Neto sobre isso, quando Severino quer se apresentar à platéia; é interessante notar que diz de seu pertencimento a lugares, a terras e, ao mesmo tempo, da não apropriação de nenhuma terra: “Como, então, dizer quem falo, ora a vossas senhorias! Vejamos, é o Severino da Maria do Zacarias, lá da Serra da Costela, limites da Paraíba. Mas isso ainda diz pouco, se ao menos mais cinco havia com o nome de Severino, filho de tantas Marias, mulheres de outros tantos já finados Zacarias, vivendo na mesma serra, magra e ossuda, em que eu vivia. Somos muitos Severinos, iguais em tudo na sina, a de abrandar estas pedras, suando-se muito em cima. A de tentar despertar terra sempre mais extinta, e de quem arrancar alguns roçados da cinza.”

Quanta identidade construída a partir da vida vivida em algum lugar trabalhando na terra, pobre, seca, quase estéril, mas fonte de identificação! Quanta identidade dada pela mudança de lugar,



Seminário Nacional
a questão da **terra**
desafios para a
Psicologia

quanto sentimento, pensamento, significado, quanta dimensão subjetiva presente na relação com o lugar, na relação com a terra! E segue João Cabral: “Esta cova em que estás com palmos medida, é a cota menor que tiraste em vida. É de bom tamanho, nem largo, nem fundo; é a parte que te cabe deste latifúndio. Não é cova grande, é cova medida, é a terra que querias ver dividida. É uma cova grande para o teu pouco defunto, mas estarás mais ancho que estavas no mundo. É uma cova grande para o teu defunto parco, porém, mais que no mundo, te sentirás largo. É uma cova grande para tua carne pouca, mas à terra dada não se abre a boca”. É impressionante a força da terra, pois é fonte de identidade mesmo na morte, e nós, psicólogos, levamos muito tempo para nos darmos conta disso, nos darmos conta de como a terra é fonte de subjetividade, de identidade, de sofrimento, de morte e de vida.

Poucos psicólogos deram ao lugar e à terra o destaque e a importância merecidos. Com certeza, nossos compromissos com a elite, que possui a terra e o lugar, tornou isso algo natural, dado não nos permitirem perceber com clareza a importância dessa questão. A terra é, no Brasil, fonte de desigualdade, dessa desigualdade que caracteriza nossos relacionamentos, que nos coloca em hierarquia social e nos diferencia uns dos outros, impedindo que nos reconheçamos e nos identifiquemos com todos os parceiros sociais. A terra cria donos e cria “severinos”, nos desigualando, nos excluindo ou incluindo. Como não tomá-la na sua dimensão subjetiva, na sua força na constituição da subjetividade?

Hoje estamos aqui abrindo um Seminário Nacional com a mudança de rumo da Psicologia e com o seu novo compromisso com as questões vividas pela maioria da população brasileira, que trouxe a terra e o lugar para dentro da Psicologia. Aqui estamos para o debate, em busca de construções teóricas e profissionais a partir do desafio de tomar a questão da terra um elemento estruturante de subjetividades e de valorizar a dimensão subjetiva da questão da terra e do lugar.

O Conselho Federal de Psicologia tem, portanto, orgulho de realizar este evento, porque ele significa a afirmação de um novo



projeto de profissão. Nesses anos de gestão do CFP, temos procurado fortalecer este novo projeto, temos procurado abrir espaços para o debate de novas possibilidades para a Psicologia, temos procurado dar visibilidade a outros saberes e fazeres, que estão nesse outro lugar, nesse lugar de uma Psicologia Severina.

Debateremos, nestes dias, a questão da terra na busca da compreensão da dimensão subjetiva que essa questão carrega. Como se coloca ou se constrói a terra e o lugar no nosso mundo psicológico? Que importância tem nas nossas identidades, na forma como estamos no mundo, nas construções de sentido, sentimentos, projetos, significados que formulamos?

Para enfrentar esses desafios, vamos debater o espaço como substrato para a constituição da subjetividade, a subjetividade constituída nas relações com a terra, a questão da terra como desafio para a Psicologia, a luta pela terra ou por um lugar no mundo. Esses são os temas dos nossos grandes debates, para os quais vamos convidar profissionais de outras áreas que já tenham tomado a questão da terra como importante há muito mais tempo do que nós, participantes e lideranças de movimentos sociais, que, sabedores da necessidade da terra para si e para as comunidades onde vivem, fizeram da luta pela terra o seu projeto de vida; profissionais que estão em órgãos públicos ou não cuidando desse assunto, pesquisadores que, a partir das universidades, têm produzido os discursos e saberes necessários para a luta, mas também os psicólogos que souberam avançar nesse campo. Que sejam todos muito bem-vindos a este lugar, a esta terra de quem quer fazer avançar a Psicologia na ampliação do seu compromisso com a população brasileira tomando como eixo, como aspecto central, a terra.

Desejamos bom trabalho a todos, agradecemos, em nome da Psicologia, a colaboração dos parceiros que aqui vieram e recebemos os psicólogos e estudantes que acreditam na necessidade deste debate para o avanço da Psicologia. Temos a certeza de que, terminado este evento, a Psicologia não será a mesma, será, sem dúvida, uma Psicologia mais Severina. Sejam bem-vindos. Boa noite!



Seminário Nacional
a questão da **terra**
desafios para a
Psicologia

Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia

Boa noite a todas e a todos, boa noite ao presidente do INCRA, à nossa Presidente do CFP, Ana Bock. Ao se dirigir a vocês, Ana falou do orgulho do Conselho Federal de Psicologia em estar promovendo este evento, e eu queria falar do meu orgulho pessoal de poder ter participado, contribuindo para que ele se tornasse real. Temos definida uma agenda no Conselho Federal de Psicologia, em parceria com os Conselhos Regionais de Psicologia. Essa agenda é intensa, e nela temos buscado dar respostas a certas áreas que a Psicologia, digamos, negligenciou ao longo da sua história. Às vezes costumo brincar, dizendo que estamos correndo atrás de um prejuízo, o prejuízo de não termos atentado para questões tão cruciais como disciplinas, e, quando falo de não termos atentado, como coletivo profissional, é óbvio que sei que tivemos, na nossa história, aqueles visionários, aqueles pioneiros, aquelas pessoas que, nadando contra a corrente, em algum momento, tiveram essa percepção. Talvez não tenham conseguido convencer o nosso grupo de que ali havia um caminho fértil a ser percorrido, mas, de modo geral, temos agora, na nossa agenda, buscado resgatar temas que são de relevância para a sociedade brasileira. Procuramos ser uma profissão e uma área de conhecimento que, efetivamente, contribui para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais democrática. Assim sendo, foi inevitável que nos deparássemos com a temática da terra.

A questão da terra é uma das temáticas mais centrais. Quando queremos compreender vários dos processos problemáticos do desenvolvimento da nossa sociedade, necessariamente temos de lidar com essa questão da terra. A questão da terra situa-se na confluência da mais radical questão nacional, que, na verdade, é a questão da precária realização da democracia entre nós, da precária realização do sentimento de igualdade entre todos os que são brasileiros, da precária distribuição dos benefícios que a riqueza social já conseguiu estabelecer. Quando falamos de democracia, não estamos falando do



ritual da votação que acontece de quando em quando, da marcação das eleições. Estamos falando desse lugar radical, da produção desses sentimentos. Ora, este país, que apresenta a concentração de renda, a concentração de terra e a concentração de meios de comunicação da forma como apresenta, está a dever à questão democrática e, portanto, coloca-se como alvo da mobilização de todos nós.

Então, é muito bom podermos perceber isso tudo e, mais do que perceber, conseguir superar a simples simpatia política, ideológica, pela causa dos movimentos dos oprimidos, que, historicamente, têm buscado lutar para reverter essa situação. É bom superar esse “plano da simpatia” política e ideológica exatamente para enfrentar a nossa responsabilidade de co-autores, atores quee chegam, como eu disse, talvez um pouco atrasados ao campo, mas que chegam a tempo ainda de seguir ao lado dos que estão presentes nesse cenário para ajudar, dar a sua pequena parcela de contribuição para a reversão desses problemas.

Temos o hábito, atualmente, lá na nossa gestão no Conselho Federal de Psicologia, de dizer que não há um problema na Psicologia brasileira para a qual não exista, de modo correspondente, alguns psicólogos que já saibam resolvê-lo. Nós entendemos que o nosso papel, como direção do Conselho Federal de Psicologia, muitas vezes, é de conseguir encontrar essas pessoas e de colocá-las em contato. Então, de início, eu queria agradecer aqui, nessa abertura, à Regina de Fátima Reck, que está aqui conosco, psicóloga presidente da Comissão de Direitos Humanos CRP12. Queria agradecer à companheira Magda Lopes Cebrin, psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial do Itaim-Bibi, em São Paulo, mas também colabora com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no assentamento Carlos La Marca. Eu queria agradecer à nossa colega Maria Inês Gaspareto, que coordena um laboratório de Psicologia e Educação Ambiental no Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais do INPA. Essas três colegas e eu fomos o embrião que assumimos a responsabilidade de convocar todos vocês, assumimos a responsabilidade de mobilizá-los para estarem aqui conosco e, para a nossa felicidade, quando



Seminário Nacional
a questão da **terra**
desafios para a
Psicologia

fizemos esse chamado, tivemos a resposta positiva não só de vocês, mas também de outros que se incorporarão amanhã.

Dentre os inscritos, temos 49 estudantes, 46 integrantes de movimentos sociais e 66 profissionais, quer dizer: conseguimos construir um grupo muito interessante para um diálogo do movimento social, daqueles que vivem as lutas, com aqueles que estão buscando praticar, interferir e estudar. Temos aqui também um grupo muito qualificado, do ponto de vista da Academia. Eu estava verificando os índices do evento, e vi que temos aqui um grupo de quase 30 pós-doutores. São pessoas de ponta da pesquisa brasileira, muito qualificadas! Então temos aqui todos os ingredientes para que possamos construir o desenvolvimento dessa área tão importante. Temos aqui todas as possibilidades de movimento social, de estudantes, de profissionais que atuam junto a esses grupos, de pesquisadores de universidades. Temos a possibilidade de fazer desse encontro a alavanca de que precisamos para fazer chegar essa consciência aos outros colegas psicólogos, para darmos uma contribuição efetiva para o desenvolvimento dessa área. Temos, obviamente, além dessa questão democrática, a questão das identidades, tão bem exposta na fala de abertura da nossa presidente: a questão das identidades que nós não conhecemos, das identidades que são desconhecidas, porque não nos colocamos em contato com elas.

Precisamos abrir essas portas e janelas da Psicologia, dos movimentos sociais, dos assentamentos, dos lugares de vida onde populações estão localizadas, para que a Psicologia possa, efetivamente, contribuir com elas, e sabemos que essas populações estão colocadas, muitas vezes, em situações de grande vulnerabilidade, que essas populações estão colocadas, muitas vezes, à margem das políticas públicas ou são insuficientemente atendidas pelas políticas públicas.

Além dessa construção de uma compreensão acerca das dinâmicas de subjetivação, das formas de estar no mundo, dos sentimentos, das emoções, dos pensamentos que esses grupos certamente estabelecem como sua singularidade da sua inscrição no mundo e na luta pela terra, na forma como usam a terra, sabemos que aí também re-



sidem vários problemas, e temos de pensar o que é que a Psicologia pode fazer para contribuir. São problemas extensivos, são problemas de todos aqueles grupos que estão desassistidos pelas políticas públicas, é o problema da falta de renda, é o problema do alcoolismo, é o problema da desagregação familiar. São problemas típicos, é o problema da rebelião das drogas na juventude, são problemas dos quais entendemos, com os quais a Psicologia já lida de alguma forma, e, agora, ao aprender o repertório do diálogo com esses segmentos, talvez também possa contribuir para que a sua vida tenha mais qualidade, seja mais plena.

Isso tudo faz do nosso Seminário um momento bastante importante, é uma oportunidade também para que possamos acessar a riqueza do nosso patrimônio cultural. Muitas vezes, pensamos que essas populações são carentes de assistência, têm limitações, mas é preciso também vê-las como manancial, como fonte de patrimônio cultural, fonte de valores, fonte de construções coletivas tão interessantes que, muitas vezes, têm muito a dizer para essa sociedade urbana, individualista, egoísta. São experiências ricas no sentido do esforço de produzirem a experiência da vida com outro sentido, com outra significação.

Pretendemos concluir este evento produzindo uma rede nacional de pesquisadores, trabalhadores, professores, estudantes, movimentos sociais, que possa manter acesa essa chama, a chama da pesquisa e do desenvolvimento institucional desse tema entre nós na sociedade brasileira. Achamos que os problemas do campo não são do campo, os problemas do campo são problemas da cidade. Achamos que o problema da terra não é um problema de alguns brasileiros, mas achamos que é um problema de todos os brasileiros. Achamos que a nossa Psicologia, quem sabe a partir desse tipo de iniciativa, vai poder fazer uma contribuição relevante para o desenvolvimento da nossa sociedade.

O nosso evento está sendo transmitido agora, neste momento, *on line*, via *internet*. As pessoas podem seguir o evento, ouvir todas as palestras. Gostaria de informá-las que amanhã teremos salas onde



Seminário Nacional
a questão da **terra**
desafios para a
Psicologia

serão apresentados trabalhos em grupo. Está tudo dividido, organizado. Fizemos o melhor para que vocês encontrassem já tudo bem definido, bem organizado.

No mais, é dizer que temos aqui, diante de nós, a riqueza pura, a riqueza em estado bruto, que é a diversidade de atores, cada um com o seu saber, com a sua prática, com a sua experiência, e temos a possibilidade de interação desses atores, a possibilidade da prosseguir com essa interação. Então, temos “a faca, o queijo, a marmelada, o cafezinho”! Temos tudo à nossa disposição. Devemos aproveitar essa oportunidade para estreitar relacionamentos, contatos, conhecimentos e continuar este trabalho trazendo, como decorrência uma produção que possa ser útil para a sociedade.

Este momento é um momento muito especial para o Sistema dos Conselhos. Esperamos que toda a produção que saia daqui se transforme em uma publicação. Teremos também as gravações que estão sendo feitas aqui, e que serão transformadas numa coleção de DVDs. Estar aqui, escutando estas palestras, participando, debatendo, é uma forma de estarmos produzindo um “material didático” que ofereça subsídios, quando da sua reprodução, para que os que não estejam aqui possam ter acesso aos nossos debates. Então, além de tudo, estamos aqui construindo um patrimônio formativo para as universidades, para os colegas que aqui não vieram. Obrigado a todos pela presença; esperamos que o evento possa estar à altura de todos vocês.

Antes de passar a palavra para a Marina, eu queria também registrar algumas presenças: Ivôni Ubarros, do Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos, está aqui conosco; Augustino Veit, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal; Edécio Vinha, do INESC; Sérgio Sauer, da Terra de Direitos; Mariza Borges, presidente do Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região, que abrange Brasília e vários Estados do Norte; representantes de outros Conselhos Regionais; Jader Oliveira, Secretário Especial dos Direitos Humanos; Érika Kokai, psicóloga e Deputada Distrital, presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara Legislativa. Aproveito para agradecer essas presenças tão significativas para nós. Obrigado!



Marina dos Santos

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

Boa noite aos companheiros aqui da Mesa, à companheira Ana. Boa noite a todos os participantes que estão aqui, companheiras e companheiros. É importante, penso, discutir esse tema da questão da terra e os desafios para a Psicologia, num momento importante que a sociedade brasileira está passando, um momento que o país está vivendo em que as pessoas, infelizmente, são pouco valorizadas, momento esse de crise política, ideológica, social, em que o modelo neoliberal da política econômica tem prevalecido sobre as questões sociais, com uma economia de superávit primário, de grande incentivo a importações, e que garante, dia-a-dia, os altos lucros a empresas transnacionais e aos bancos. No campo, em relação à terra, o que temos visto hoje é o avanço da disputa de dois projetos: um, que é aquele ao qual temos assistido cada vez mais, o modelo ligado ao agronegócio, responsável pelo aumento da concentração da terra e, portanto, responsável pelo êxodo rural brasileiro, pela expulsão de milhares de trabalhadores e trabalhadoras do campo, que são, mais uma vez, obrigados a deixarem as suas terras e a viverem nas pequenas e médias cidades, principalmente as do interior, modelo esse que tem aumentado também, além da concentração da terra, a concentração da água, da apropriação da nossa biodiversidade, que tem destruído cada vez mais a natureza e tem sido também responsável pela degradação do trabalho humano no campo, e, de outro lado, o que temos visto é o projeto dos camponeses, o Projeto da Agricultura Familiar, da agricultura camponesa, que está de fato preocupada em produzir alimentos, em produzir a comida de que o povo brasileiro tem necessidade todos os dias, e preocupada com isso principalmente no nosso país, em que mais de 30 milhões de pessoas passam fome todos os dias, pessoas que são consideradas indigentes, que não têm um prato de comida para comer. Essa agricultura camponesa também compreende os indígenas e quilombolas, certamente os responsáveis maiores pela distribuição de renda no



Seminário Nacional
a questão da terra
desafios para a
Psicologia

meio rural. E, nesse sentido, todas as entidades, mais de 40 entidades que compõem o Fórum Nacional de Luta pela Reforma Agrária, achamos importante a realização deste Seminário, no sentido de fortalecer as pessoas de fato como indivíduos que são, protagonistas das lutas do dia-a-dia, para que esse modelo da agricultura camponesa, da agricultura familiar, seja, de fato, conquistado neste país. Certamente, ele contribuirá para o bem-estar das pessoas, dos homens e das mulheres, tanto daqueles que vivem no campo como na cidade. É importante também valorizarmos a terra, no nosso caso, dos movimentos sociais, a conquista da terra, pois acreditamos que ela aja diretamente sobre o resgate, a construção da nossa subjetividade e a dignidade do sujeito. As pessoas que estão no campo, tanto aquelas que estão lá no dia-a-dia, no cabo da enxada, no sentido de estarem garantindo a produção dos alimentos, quanto aquelas que vivem no processo de luta, de conquista da terra, ou em processo de luta para a sobrevivência no campo, estão ali para serem reconhecidas de fato como pessoas. Acreditamos também que as universidades, os profissionais, enfim, da Psicologia devem também estar abertos para esse reconhecimento e para esse trabalho, que, muitas vezes, tem de ser realizado individualmente, porque, de fato, esse modelo capitalista que está aí acaba, degrada a dignidade das pessoas, e acreditamos que esse processo, então, da coletividade, do trabalho, da luta, contribui para o resgate da dignidade das pessoas. Acreditamos que a Psicologia deve estar aberta para o reconhecimento desse trabalho, para o reconhecimento dos movimentos sociais, para o reconhecimento das pessoas como sujeitos e para o seu fortalecimento como sujeitos dos processos, como seres humanos dignos. Então, em nome do Fórum Nacional de Reforma Agrária, agradeço aos organizadores do evento e, em especial, ao Conselho Federal de Psicologia, tanto pelo evento, que creditamos ser de suma importância para as populações que vivem no campo, que estão diretamente ligadas a terra, mas também pela preocupação já aqui apresentada na exposição de vocês com as pessoas que, de fato, têm essa ligação com a terra, com o campo, e, fundamentalmente, com os trabalhadores, com as



peças que vivem na cidade, uma vez que elas são as responsáveis pela produção dos alimentos que chegam às mesas dos trabalhadores urbanos todos os dias. Então, muito obrigada.

Holf Harckabart

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Gostaria de parabenizar ao Conselho Federal de Psicologia, em nome do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cássio, por esta iniciativa. Trazer este tema, buscar esta sintonia, construir redes, nunca é tarde. Há muito a se fazer, então não é tarde: a reforma agrária precisa de vocês. Há um segundo aspecto que eu gostaria de destacar: existe uma questão agrária no Brasil ou não? Existem muitos estudiosos, com doutorado e pós-doutorado e políticos intelectuais, que dizem que não existe a questão agrária no Brasil. Esse mapa que vocês estão vendo aí é só uma ilustração muito breve. Os pontinhos em azul são os assentamentos onde o INCRA trabalha no Brasil. São 7.761 projetos de assentamentos que existem no Brasil, neles vivendo cerca de, e cada dia estamos aumentando, 683 mil famílias. São dados de 2003, mas, se alguém ainda duvida de que exista uma questão agrária no Brasil, basta dizer que aqueles imóveis cadastrados no INCRA com menos de 10 hectares representam 1,6% do número dos imóveis e ocupam apenas 32,9% da área. Então isso mostra, evidencia, é a evidência empírica do cadastro do INCRA, que a concentração da propriedade neste país é altíssima. Uma outra explicação da razão de existir questão agrária hoje no Brasil seria sintetizada da seguinte forma: é a busca pela ocupação e pela renda, além da ocupação da terra. Falo de ocupação, não de emprego formal. As pessoas querem viver em algum lugar e bem, querem produzir, trabalhar e ter renda, essa é a grande razão. Os dados de um dos movimentos sociais, para vocês terem uma idéia, da cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo, já evidenciam comprovadamente que existem mais pessoas nas cadeias de Ribeirão Preto do que na agricultura familiar e nos assentamentos! Não é esse o de-



Seminário Nacional
a questão da terra
desafios para a
Psicologia

envolvimento do país que queremos, isso não é desenvolvimento! A terceira razão seria a produção de alimentos básicos para combater a miséria e a fome, a começar pelo meio rural. Essa é uma outra razão importante, a ocupação, a renda, a produção de alimentos básicos, o espaçamento regional das pessoas, o desenvolvimento do meio rural de forma sustentável. Temos várias pesquisas no INCRA que mostram, comprovam que os jovens, notadamente aqueles entre 17 e 24 anos, estão ansiosos para voltar a morar no meio rural, claro, com condições, porque a oportunidade de ocupação e renda, com uma vida digna, nos grandes centros, nas grandes metrópoles, está praticamente inviável. Também se diz muito que a reforma agrária é cara: hoje o custo de assentamento de uma família, no Brasil, gira em torno de 40 mil reais. Isso é muito pouco, 40, 50 mil reais, ao longo de quatro, cinco anos. O emprego na indústria química, na eletrônica, custa em torno de 250, 300 mil reais. É evidente que, na construção civil, o custo é menor. Então, êxodo rural, cidadania, ocupação, renda, distribuição da riqueza, de poder e construção de políticas públicas, consistentes e de longo prazo, são a questão agrária. Eu desafio qualquer um a debater isso. Existe, sim, uma questão agrária e vou resgatar um pouco esse fato. Florestan Fernandes, sempre, nas reuniões que tínhamos com ele, reclamava: - "Puxa vida! os nossos 500 e tantos anos, e nenhuma ruptura foi feita neste país: sempre as negociações... desde as sesmarias, a lei de terra, os estatutos da terra!" E agora estamos vivendo um momento bastante importante de novo. Nesse sentido, este Seminário está em um momento conjuntural importante, pois de novo aflora, geralmente por vias tortas, a idéia de que a reforma agrária não é necessária, que não existe a questão agrária. Tivemos um retrocesso enorme, voltando ao Estado mínimo, de menos política pública, de menos participação social. Hoje nos computadores do INCRA, vocês podem ter acesso à lista das famílias que ingressaram no Programa Nacional de Reforma Agrária. Na nossa gestão, instalamos 275 mil famílias. Nossa meta são 400 mil famílias. Estamos enfrentando as questões de assistência técnica, de moradia, de estradas, da saúde e educação através do



Próxima e de vários programas para qualificar de forma regional, planejada, o acesso à terra. Nesse sentido, precisamos que a sociedade, como um todo, não é o INCRA, é a reforma agrária quem precisa, que a sociedade se envolva com o tema. Estamos resolvendo vários casos emblemáticos: a Catende, em Pernambuco, que tem 30.000 ha, vai ser desapropriada; outra área importante, o Itamarati II, no Mato Grosso do Sul, a Santa Felicidade, aqui, uma área muito importante, a Usina Santa Clara, em Sergipe, e assim temos várias situações emblemáticas no Estado Brasileiro, e estamos buscando o quê, com isso?! Cumprir a Constituição! Felizmente, aos poucos, os juízes estão se envolvendo e unindo a questão da produtividade ambiental à da trabalhista, usando ambos os critérios para dizer se um imóvel rural cumpre ou não a sua função social. O artigo 5º da nossa Constituição é muito claro e garante o direito de propriedade privada no inciso seguinte, desde que ele cumpra a função social. Então precisamos dar um destino a essas terras, a esses imóveis, para o País como um todo. Por fim, estamos também fortalecendo o INCRA, fortalecendo o Estado brasileiro para enfrentar temas como quilombolas, titulação das áreas dos quilombolas, áreas indígenas. Queremos ter acesso à terra, a crédito, a assistência técnica. Essa busca de resolver os problemas concretos, com objetividade, com participação da sociedade, é o elemento fundamental para nós, e encerro por aqui: não existe construção de política pública consistente de longo prazo sem a participação da sociedade civil organizada, sem que a sociedade e os movimentos sociais, não só os movimentos sociais do campo, empurrem o Estado, façam com que ele avance, construa modelos de assentamentos como o do Acre, um assentamento agroecológico que produz de seringueira a pupunha, como um assentamento no sul da Bahia, que exporta cacau orgânico, como os vários do Nordeste, com filé de peixe, e vários assentamentos que produzem alimentos, e produzem muito. Precisamos avançar bastante. Estamos fazendo a nossa parte, mas, mais do que isso, precisamos muito da participação da sociedade brasileira. Este é um tema da sociedade. Não existe desenvolvimento econômico social e ambiental sem reforma agrária.



Seminário Nacional
a questão da terra
desafios para a
Psicologia

Todos os países desenvolvidos já a fizeram. Este é um assunto da Economia, da sociedade, dos direitos e da afirmação da cidadania. Então parabênizo esta iniciativa. O INCRA está à disposição, já pensando no final deste encontro. Contem com a participação do INCRA, com a colaboração na apresentação de documentos, do apoio às redes. Quanto mais pessoas se envolverem, quanto mais se debater, é como os movimentos sociais sempre dizem: “Quanto mais a gente sair do mato e for para a estrada, para as cidades, conversar com todo mundo, mais chances de essas políticas públicas se implementarem no nosso país”. O Brasil precisa da reforma agrária; nossos filhos, nossos netos precisarão, o meio ambiente precisa. As populações ribeirinhas, os assentamentos, as comunidades indígenas, as quebradeiras de coco, as comunidades quilombolas, são elas quem mais preservam o meio ambiente. Os dados estão aí e são evidentes, então é disso que precisamos. O INCRA está à disposição e parabéns por esta iniciativa. Obrigado!



Conferência
A questão da terra: urgências e desafios
para a sociedade brasileira



Leonilde Sérvolo Medeiros

Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Boa noite a todos. Eu gostaria de começar agradecendo ao Conselho Federal de Psicologia por ocupar este lugar que me dá muita honra, o de fazer a conferência de abertura deste evento. Quero também reiterar o prazer de vir comentar alguns aspectos da questão da terra no Brasil para um público composto principalmente por psicólogos e futuros psicólogos. Temos o prazer de ver que a Psicologia - isso já foi reiterado na Mesa de Abertura - está começando a se preocupar com esses temas tão prementes, como a questão fundiária no Brasil. É extremamente importante que ela comece a se preocupar com o rural, não como espaço idealizado de encontro com a natureza intocada, mas o rural como um espaço conflitivo, marcado por processos variados, diversificados, de exploração e de desapropriação. Um rural onde as pessoas, cada vez mais, estão perdendo os seus lugares.

O meu objetivo aqui é tentar trabalhar com algumas dimensões da questão fundiária, tentando refletir sobre elas sob a ótica pela qual venho trabalhando, a da Sociologia, sob as formas como essas dimensões incidem sobre a vida das pessoas, sobre suas famílias. É importante considerar o rural também como espaço de formas de dominação diversificadas e dentro da sua singularidade.

O rural, durante muito tempo, foi, no Brasil, o mundo da grande fazenda; no primeiro momento, com escravos e trabalhadores com formas de hierarquias e arranjos sociais específicos, todos eles marcados pela verticalidade, pela violência e também por laços de paternalismo, de compadrio, que, de alguma maneira, faziam com que os trabalhadores que viviam nessas grandes unidades construíssem uma relação muito particular de subordinação a essas formas de dominação vigentes. Ao mesmo tempo em que se construiu no Brasil a grande fazenda, também, lado a lado com ela, de forma menos perceptível, menos refletida, constituiu-se também uma grande



quantidade de pequenos produtores autônomos sem o título da terra, os posseiros, com acesso somente à terra que produzia para a sua alimentação. Produziam para alimentar pequenos vilarejos. Isso não é um fenômeno recente, e os posseiros foram sendo acossados pela expansão da grande lavoura, assim como foram sendo acossadas também as populações indígenas.

Os pequenos produtores, na história brasileira, foram personagens mais ou menos invisíveis, porém sempre presentes. No entanto, no momento em que tiveram alguma visibilidade, acabaram constituindo uma dimensão do imaginário nacional onde apareciam como “jecas”, como caipiras como, a própria representação do atraso. Acho que os que têm a minha idade, ou pouco mais, pouco menos, conviveram com essa imagem do jeca como sinônimo do caipira, do atrasado. Nesse contexto, ser do campo significava ser portador de um estigma: o de viver na precariedade, de estar convivendo com hábitos, com modos de vida a serem superados pelo progresso.

Na década de 50, a concentração fundiária, a violência se abateu sobre os trabalhadores do campo - sobre os trabalhadores que viviam nas fazendas, sobre os trabalhadores que viviam à margem das fazendas como posseiros, como arrendatários... Então a concentração fundiária e a violência foram denunciadas nos jornais de organizações que procuravam falar em nome dos trabalhadores do campo, como foi o caso do Partido Comunista Brasileiro, como foi o caso das ligas camponesas, como foi o caso de alguns setores da Igreja Católica. Em algumas situações, essas denúncias chegavam até mesmo à grande imprensa por algumas figuras que apoiavam as lutas dos trabalhadores rurais.

Esse é o momento em que surgem as primeiras organizações dos trabalhadores, as ligas, os sindicatos, as associações, como formas de resistência, que se voltavam, principalmente, para levar do campo para a cidade um conjunto de reivindicações. Então os trabalhadores dos anos 50 começam a aparecer como portadores de demandas em torno de direitos, seja de direitos trabalhistas, dos quais os



trabalhadores urbanos já eram portadores, seja do direito à terra, a terra onde eles viviam e trabalhavam. O lema *terra, para quem nela trabalha* já aparece, nesse momento, como uma das principais bandeiras de luta. É nesse contexto também que surge o tema da luta pela terra, que já existia desde o momento em que os portugueses chegaram nisto que se tornou o Brasil. A partir de 1950, o tema do acesso à terra começou a ser transformado no debate em torno da reforma agrária. É nesse momento, então, que se coloca em pauta a importância da questão agrária para a nação concebida como objeto de política pública. Embora esse tema já tivesse surgido anteriormente, já houvesse aparecido em outros momentos da história brasileira, é nos anos 50 que esse debate se coloca com muita força política, impulsionado pelas lutas dos trabalhadores do campo na busca por direitos. É nesse momento que se conforma a luta pelo direito enquanto diálogo com a esfera pública de direito já definida.

Com isso não quero dizer que as lutas dos trabalhadores do campo começaram nesse momento: essas lutas são bem anteriores, e disso há vários exemplos, mas o tempo limitado aqui não nos permitiria aprofundar esse assunto.

Essa luta pelo direito à terra, pelo direito a um trabalho digno, correspondia a outras propostas também de organização do campo, de organização da agricultura, consoantes com a idéia de progresso que era então vigente, idéia de progresso que era incompatível com essa luta por direitos, pois dessa mesma idéia de progresso fazia parte a manutenção do sistema de grandes lavouras, que marcou a ocupação do Brasil desde os primeiros momentos, só que era uma manutenção de sistema de grandes lavouras em novas bases, com base nas modernas tecnologias, na mecanização, na utilização de insumos químicos.

O final dos anos 60, começo dos anos 70, foram, na realidade, a época da realização desse ideal de progresso. Os trabalhadores foram sendo derrotados, a repressão abateu-se sobre o campo e sobre as cidades, e o resultado disso, principalmente nos anos 70, foi a veloz modernização da agricultura, com base em crédito farto, barato,



em incentivos fiscais e na concessão de enormes extensões de terras públicas para os que dela quisessem se apropriar, na maioria das vezes para se apropriar de madeira de lei e poder, depois, instalar grandes fazendas de gado. Esses foram os projetos incentivados que foram a marca dos anos 70, no campo brasileiro.

Então surge um movimento, um processo social que representa a vitória política dos setores ligados à tese de que desenvolvimento era igual a crescimento econômico, e crescimento econômico só podia vir por meio da concentração fundiária, do avanço tecnológico que, como eu disse, correspondia à mecanização e aos insumos químicos, em grandes unidades produtivas, nas quais o que pesaria seriam os ganhos em escalas de produção. Nesse contexto, são modernizadas as áreas de ocupação mais antigas e ocupadas as fronteiras nesses novos parâmetros. O efeito disso foi bastante significativo, e sentimos as suas consequências até hoje, e com muita clareza.

Um dos efeitos mais evidentes é que os trabalhadores passaram a sair em massa do interior das fazendas onde viviam para morar na periferia das cidades pequenas e médias do interior do País. O resultado foi a favelização dessas cidades, a pressão sobre infraestrutura urbana que resulta no crescimento das desigualdades, sob a aparência de um crescente acesso a oportunidades novas, tais como saúde e educação. Também crescem, paralelamente a isso, os empregos temporários e itinerantes. O trabalho nas fazendas passou a ser temporário, porque, em parte do tempo, os trabalhadores passaram a ser dispensados, devido ao uso dos herbicidas, dos demais insumos e à mecanização. No momento da colheita, eles voltavam para colher o café, cortar a cana, colher a laranja. Então, para as fazendas, o trabalho passou a ser temporário; para o trabalhador, fundamentalmente itinerante, precário, já que ele ia de região a região para buscar trabalhos diferenciados, ora na área rural, ora nas próprias áreas urbanas, em trabalhos na construção civil, enfim, onde aparecesse algum tipo de serviço.

Os direitos trabalhistas já não existiam, apesar de efetivamente existirem os direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo,



que foram praticamente varridos das unidades produtivas e, aos poucos, deixaram de ter o que já haviam adquirido. Ao mesmo tempo, e como consequência disso, começaram a se sombrear as fronteiras entre o rural e o urbano, quer pelo aumento das migrações regionais e locais, quer pelas migrações pelo País inteiro, migrações que envolviam populações que viviam nas periferias das cidades e que iam em busca de trabalho no corte da cana, na colheita do café, na colheita do algodão, e assim por diante.

Já no final dos anos 70, era comum os trabalhadores do Vale de Jequitinhonha, em Minas Gerais, irem para São Paulo cortar cana. Hoje são os trabalhadores do Maranhão e do Piauí que fazem isso. Então, começa a haver uma circulação muito grande de trabalhadores em busca de algum tipo de emprego e de renda, e cresce essa precariedade no trabalho, pois os trabalhadores são progressivamente expulsos da fazenda e perdem os laços com a terra.

Também houve uma progressiva mudança nos padrões tradicionais de dominação, uma vez que os trabalhadores, saindo das fazendas, rompem os laços - pelo menos parcialmente - que os ligavam aos grandes proprietários, e ficam disponíveis para construir outros laços que permitam sejam aliviadas as precárias condições de vida em que se encontravam. De um lado, isso traz a possibilidade de manipulação de políticos locais, mas, ao mesmo tempo, também abre a possibilidade de construção de outros laços para que comecem a freqüentar organizações, tenham acesso a novos temas, a novas questões, que são a origem da possibilidade de fortalecimento das organizações, organizações que irão falar, irão retomar a luta pelos direitos desses mesmos trabalhadores.

Chamo a atenção para esse aspecto, porque é uma das questões mais instigantes quando se pensa no que foi o trabalho das primeiras associações de trabalhadores, em como era, para elas, entrar nas fazendas. As fazendas eram absolutamente cercadas, vigiadas, e qualquer reunião no interior de uma fazenda significava reuniões, pequenas reuniões, na calada da noite. Preparações para greves, atividades desse tipo, tinham de ser realizadas à noite, sujeitos, os



trabalhadores que fossem pegos participando desses eventos, a punições. De alguma maneira, a saída das fazendas deu maior mobilidade e uma certa possibilidade de essas organizações florescerem. Mas, ao mesmo tempo, nesse processo, que se inicia no final dos anos 60, começa a ocorrer também um processo de desintegração e de mudança radical nas condições de vida, não só dos trabalhadores do interior das fazendas mas também do que poderíamos chamar, em linhas gerais, de campesinato brasileiro. Esse campesinato é instigado também a se modernizar. Muitos deles, nesse processo de modernização, perdem o que tinham, inclusive a própria terra, e se endividam nos bancos. Esse foi um processo típico dos anos 70, em especial no sul do País. O trabalhadores são levados a aderir à monocultura, e esse processo foi desastroso para muitas dessas famílias. Então, esse processo todo levou a uma degradação enorme do tecido social no campo: as migrações se intensificaram, famílias foram separadas, laços comunitários foram rompidos, e houve uma perda generalizada de referências afetivas e sociais, algo do tipo que o sociólogo Palmann chama de *produção de vidas desperdiçadas*, referindo-se a esse processo de gerações de pessoas que não têm mais lugar e que buscam novos lugares.

Uma situação típica dessa gente hoje é o que chamamos, por exemplo, de fenômeno das viúvas de maridos vivos, as mulheres que permanecem no seu lugar, com os filhos, e os maridos saem para buscar trabalho, e ficam, às vezes, quatro, cinco, seis meses fora de casa, às vezes sequer voltam.

Bem, nesse quadro, o tema da terra se manteve como uma questão alimentadora dos conflitos no campo, mas ele cresce de tamanho, ao mesmo tempo em que levas e levas são coagidas, de forma mais ou menos explícita, a saírem da terra, muitas vezes, coagidas pelas violências das armas, pelo gado que come a roça, fenômenos que foram e ainda são muito comuns pelo País afora. Outros se recusaram a fazê-lo: resistiram, ganharam apoio, nos anos 70, em alguns casos, de alguns sindicatos e, depois, ainda com apoio, em especial da Igreja, romperam com os sindicatos e buscaram alternativas de



organização. Eu gostaria, então, de abordar esses dois processos: de um lado, o processo de saída do campo, de outro lado, a resistência no campo, e gostaria de complementar com a possibilidade de refletir sobre a volta para o campo como dimensão que se contrapõe, nesse momento que marca o final dos anos 70, e que continua a ocorrer ao longo dos anos 80 e 90. A saída do campo, que foi o processo de êxodo rural maciço que marcou os anos 70, 80 e os anos 90, precisa ser pensada, de um lado, como um processo de expulsão, como um processo de coerção que tirou os trabalhadores do interior das fazendas, que destruiu as pequenas unidades de produção, e, de outro, como um processo em que essas pessoas saem em busca de novas oportunidades que se contrapõem à deterioração de suas condições de vida, oportunidades essas que se configuram no sonho do emprego estável, com salário regular, alimentados pelas notícias dos parentes e amigos que “se deram bem” na cidade, na possibilidade de ter acesso a bens de consumo. Não se trata de ida sem volta, nem de uma ruptura definitiva com as condições anteriores. Um exemplo clássico disso é um trabalho escrito ainda no final dos anos 70 pelo antropólogo Afrânio Garcia, que se chama *O sul é o caminho do roçado*.

Nesse trabalho, ele mostra como os trabalhadores saem do Nordeste, aparentemente abandonam suas terras, e vêm para o Sul. Mostra também como esses trabalhadores, que vêm para o Sul a fim de trabalhar na construção civil, nas fábricas, na verdade, mantêm as famílias nas suas terras, nas suas pequenas lavouras, enviando recursos e, quando podem, sempre que podem, voltam para essas áreas. Então a saída nem sempre foi uma saída definitiva, era uma saída provisória, uma saída pela metade. A saída também foi o caminho para o acesso a um conjunto de bens que passaram a ser cada vez mais percebidos como necessidades. A saída foi o caminho para tentar chegar ao que chamamos, a grosso modo, de sociedade de consumo.

Há muitas pesquisas sobre assentamentos rurais, e um dos aspectos que sempre me chamou a atenção nessas pesquisas é que o



primeiro bem adquirido pelos assentados é sempre a televisão - é o eletrodoméstico com maior índice de compra. Onde há energia elétrica, há televisão. Isso significa querer ter a televisão, querer ter geladeira, as mulheres querem ter máquina de lavar. Então, na verdade, o acesso a esses bens de consumo começa a mostrar um mundo ao qual os trabalhadores do campo passam a querer ter acesso, e rompe também com a imagem do trabalhador querer a “enxada, minha casa e minha vaquinha”. Quero dizer, começa-se a construir um outro tipo de trabalhador, com outros sonhos, com outros desejos de consumo, o que vai ter uma grande importância no tipo de luta dos trabalhadores rurais. Os pesquisadores que trabalham com os assalariados da cana, em São Paulo, sempre chamam a atenção para o fato de que, acabada a safra da cana, a volta para os locais de origem é sempre marcada por “grandes pacotes”, ou seja: volta-se com a televisão, com os bens que se pode comprar com o dinheiro que se consegue ganhar no corte de cana, e alguns estudos crescentes têm mostrado que hoje um dos bens mais desejados no meio rural é a moto. A moto liga o lugar isolado aos centros urbanos. Os jovens dizem que a moto é uma condição para namorar, porque, se não, não o conseguem, em um campo cada vez mais rarefeito. A moto é condição para se comunicar. Gostaria de chamar a atenção para esse fato porque, às vezes, as pessoas idealizam o trabalhador do campo como aquele que vive em outro mundo, que é um mundo fora da sociedade de consumo. Chamo a atenção para o fato de que o desejo de ter acesso a esses bens passa a compor a vida desses trabalhadores e, de alguma forma, passa também a alimentar as lutas, quero dizer, essa dimensão da luta pela terra constitui uma luta não só pela terra, mas também pelo acesso a um conjunto de elementos que levem ao que se chama normalmente de vida mais digna. Se a saída representou esse acesso, como eu já disse, ela representou também a desestruturação de laços, ela representou novas formas de vivenciar a pobreza, e isso fez com que, nos anos 80, a falta ou a precariedade de emprego nas cidades começasse a ventilar a possibilidade da volta, começasse a ventilar a emergência da volta.



Então, a partir do final dos anos 70, início dos anos 80, a idéia de quem estava fora da terra é a de poder voltar para a terra. Essa idéia começa a crescer, e é nesse processo que emerge a figura do trabalhador rural sem terra, identidade sem terra, que, por meio de acampamentos e ocupações, começa a fazer o esforço de voltar para a terra. Se, em um primeiro momento, o Movimento dos sem terra, a origem dos sem terra, se encontra ligada fundamentalmente a trabalhadores do sul do País, a jovens filhos de produtores cujos pais não conseguem comprar terras para que eles continuem trabalhando como pequenos produtores depois de casados, ligada basicamente a arrendatários, a parceiros que querem ter acesso à terra própria, rapidamente essa luta pelo acesso à terra se torna uma questão, à medida que se expande pelo restante do País, também dos trabalhadores assalariados rurais que vivem nas periferias das pequenas cidades, e, em algumas situações, até mesmo de trabalhadores cujo contato com a terra é mera lembrança, cuja experiência é urbana, totalmente urbana, e cujos pais talvez tenham tido algum laço com a terra.

Essa experiência de retorno à terra é uma experiência extremamente interessante, porque há de se perguntar: que retorno à terra é esse? O que é que significa esse desejo de volta? O que significa o fato de essas pessoas já com uma experiência urbana, pessoas que sofreram uma desapropriação, tentarem voltar à terra e, para isso, se submeterem às dificuldades do que seja um acampamento, às vezes por um ano, dois anos, três anos, quatro anos - um tempo enorme abaixo do que se convencionou chamar de *debaixo da lona preta*. Então essa experiência do acampamento parece ser uma experiência de muita dureza, de muita precariedade, de muito sofrimento, muitas vezes, de ameaças de repressão, de polícia e de conflitos, e coisas assim, mas ela também aparece como um momento de reconstrução de laços sociais, de construção de uma nova solidariedade, de reagrupamento das famílias. E aí, quando se toma a questão pelo lado dos assentamentos rurais, que são resultados dessa luta pela terra, surgem alguns fenômenos extremamen-



te interessantes. Em uma pesquisa que fiz, apareceu, no processo da pesquisa, a questão da troca de lotes. A equipe de pesquisa foi muito direta: “Que tanto esse povo troca lote?! O que é isso? Ficar trocando lotes uns com os outros?!” E percebemos um aspecto extremamente interessante: na verdade, as pessoas trocam lotes para se aproximarem uns dos outros, para se aproximarem do primo, do irmão, para se aproximarem, para reconstruírem uma rede de relações que o processo de desapropriação rompeu. Então essas pessoas vão se aproximando da maneira como podem, às vezes levando muito tempo para conseguirem refazer essa aproximação. Dessa forma, esse processo de luta pela terra, de alguma maneira, é um processo de acesso à terra, de luta pelo acesso à terra, mas é um processo também que, no seu bojo, leva consigo a reconstrução de laços sociais e o desejo de ter alguns bens, ou seja, o acesso à terra não é mais o acesso à terra no modelo dos pais, ou dos avós, não é no modelo que já foi vivenciado algum dia. Hoje o acesso à terra é cada vez mais um acesso à terra pensado como um lugar onde se tem de ter mais que a terra, mais que a produção, mais que a agricultura. Tem de se ter uma vida marcada por direitos: tem de se ter energia elétrica, estradas, tem de se ter bens de consumo, acesso a infra-estrutura de saúde e tem de se ter educação.

Não por acaso, a educação hoje se constitui em uma das principais frentes de lutas dos assentados, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - eu gostaria também de chamar a atenção para isso, para pensarmos sobre essa questão da volta dos trabalhadores que já têm uma experiência urbana para o campo. Como eu disse, entrar na terra tem outro significado em várias regiões, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Está presente, no desejo de volta à terra, o medo da violência urbana, o medo do que vai acontecer com os filhos. Eu mesma já entrevistei famílias assentadas no Rio de Janeiro para quem a principal justificativa para quererem voltar para a terra era o medo de que os filhos se tornassem “aviões” do tráfico, que é um destino muito possível nas favelas. Então, há várias questões envolvidas, inclusive a de se ter um patrimônio, de se



ter um local para morar, de se ter uma casa com alguma dignidade - e não só a construção de uma casa.

Esse processo todo, tanto o processo de volta à terra como o processo de resistência na terra, está configurado nos povos indígenas, está configurado na luta dos posseiros para ficarem na terra, na luta dos seringueiros, dos quilombolas, das quebradeiras de coco babaçu. Esses são apenas exemplos, e temos também os raizeiros; eu poderia ficar o resto da noite aqui, dando exemplos de situações locais onde há diferentes significados, diferentes demandas de uso da terra. Mas o que é mais importante nos processos de lutas recentes é o processo de resignificação do rural. Como efeito dessas lutas, o rural significa cada vez menos, no Brasil, o lugar do Jeca Tatu. A figura do trabalhador rural é cada vez mais identificada como a daquele que luta por direitos. É óbvio que não estou dizendo que essa seja uma visão generalizada, mas quando se vê a imagem de um assentamento, quando se vê a imagem de um acampamento, cada vez menos isso evoca o atraso e cada vez mais isso evoca uma luta em que a questão dos direitos está colocada, em que está colocada a reação, a resistência a um processo, que, de novo citando Palmann, desperdiça vidas. Na verdade, a questão é evitar esse desperdício de vidas, e essa tomada de consciência está produzindo uma profunda ressemantização, resignificação do que é o rural, que é hoje o pano de fundo para esse processo todo.

E, para não romantizar muito esses processos de resistência e de luta, há a concentração fundiária do Brasil, que é altíssima. O Holf já apresentou os dados, não vou falar neles novamente, apenas vou chamar a atenção para um aspecto que os dados numéricos escondem: o alto grau de concentração fundiária no País precisa ser pensado além dos números, que são, no mínimo, escandalosos. Esse alto grau de concentração fundiária esconde relações de poder que lhe estão diretamente ligadas, eu diria isso tentando pensar um pouco também no termo latifúndio, que foi o termo construído com sentido muito próprio nos anos 60. Nos anos 50, 60, o latifúndio foi pensado mais do que como grande propriedade, foi pensado como



um determinado padrão de relação de poder, como determinado tipo de relações de dominação. Mas talvez o termo latifúndio, com essa conotação que tinha nos anos 60, de atraso, nos impeça um pouco de ver a nova face da concentração fundiária, na medida em que hoje os grandes donos de terra são os grandes capitais, as grandes empresas, não só empresas agrícolas. Mais do que isso, a propriedade da terra hoje está articulada com uma cadeia de produção, tanto de insumos agrícolas, de pesquisa, quanto de comercialização da produção. Não é por acaso que, quando hoje se discute a propriedade da terra no Brasil, deve-se falar, por exemplo, da produção de sementes transgênicas. Isso é um produto laboratorial, o produto de uma empresa que, possivelmente, nem tem grandes extensões de terras, mas que, através de seu poder de pesquisa genética, controla todo o processo do qual a propriedade da terra é apenas uma malha, apenas um elo.

O processo de concentração fundiária no Brasil talvez hoje esteja mais ligado a uma rede que ultrapassa a propriedade da terra em si, e esteja vinculado a um processo de produção baseado na exportação, na idéia da importância da geração de divisas acima de qualquer coisa, acima da concepção de uso dos bens, tanto da terra, como da água, como do ar, outro tema que aparece intimamente imbricado nisso. Agora, esse poder da propriedade ligado à propriedade fundiária da qual a propriedade fundiária é apenas um elo, é um poder que se encravou profundamente nas instituições estatais - e estou falando de Estado, não estou falando apenas do governo, estou falando das instituições estatais - ele se encravou profundamente nas leis, encravou-se nas estruturas do Estado, tanto do Poder Judiciário quanto do Poder Legislativo, como na própria estrutura do Poder Executivo. A forma como as instituições hoje estão constituídas dá sinais claros do poder da propriedade fundiária, do controle da propriedade fundiária. Eu poderia, aqui, dar alguns exemplos: a enorme proteção que a propriedade da terra tem na legislação brasileira, sobre o que o Holf poderia falar horas aqui, melhor do que eu, dando exemplos dos obstáculos que existem para se poder



fazer uma desapropriação de terras. Eu daria, como outro exemplo, a enorme dificuldade para se fazer aprovar um projeto de lei que é absolutamente, digamos, óbvio, que é a PEC, que propõe a desapropriação das terras onde for encontrado trabalho escravo.

A PEC não consegue ser aprovada, mas como, se o trabalho escravo, essa situação análoga a trabalho escravo, é uma situação comprovada, e são evidentes vários casos com situações desse tipo, e não se consegue uma punição severa para os proprietários de terra que usam essa forma de trabalho nas suas propriedades?! Esses são apenas sinais, indicadores, dessa proteção que existe para a propriedade fundiária, que está profundamente encravada na estrutura do Estado brasileiro.

Esse quadro é um quadro de disputa, uma disputa que não se resolve facilmente, uma disputa que se desdobra, mas que caminha em direções que são, ao mesmo tempo, contraditórias, bastante ricas e instigantes, porque, ao mesmo tempo em que existe essa proteção ao proprietário da terra à qual me refiro, as lutas pela terra parecem brotar. Elas brotam de uma maneira diversificada, brotam nacionalmente, e estão progressivamente reconstruindo a imagem do rural, estão recolocando a possibilidade de pensarmos os significados e os destinos do rural.

As lutas por terras, dos anos 80 para cá, têm uma característica muito particular, que é o fato de elas estarem afirmando identidades locais, falarem em lutas por terra e reduzirem isso a um único parâmetro, o que traz o risco de esconder a riqueza desse processo, a diversidade das tradições que se afirmam, tradições que se inventam e, ao mesmo tempo, que se amalgamam com as novidades do mundo moderno.

São também lutas cada vez mais marcadas por noções de Direito, que cruzam de diferentes formas os direitos costumeiros das populações que vivem nos seus locais e que têm os seus hábitos e as suas formas de uso da terra, com os direitos reconhecidos institucionalizados, que exemplificam o que Boaventura Souza Santos chama de os dois pilares da modernidade: o pilar da regulação e o pilar da



emancipação. É extremamente interessante ver como, por exemplo, as lutas dos seringueiros levaram à criação, à invenção legal do que são as reservas extrativistas, que foi uma novidade no momento em que foram criadas e que recompõem a idéia tradicional da propriedade da terra. O mesmo ocorreu com a luta das quebradeiras de coco, e assim por diante. Então, na verdade, essas lutas por direitos se contrapõem, elas se apropriam, de alguma maneira, das brechas das instituições estatais, dessas mesmas instituições que protegem o direito de propriedade e, de alguma forma, se apropriam delas e tentam utilizá-las de outra maneira, transformando a própria lei em espaço de disputa.

Olhar essas tensões que aparecem hoje é olhar para a tensão entre essa diversidade que se afirma e, ao mesmo tempo, para esse esforço e para essa necessidade de construção de identidades políticas que unificam demandas. Então, é um processo singular esse, de afirmação do diverso, mas, ao mesmo tempo, de unificação, e em torno de alguns pontos que permitem perceber o que há de comum em tanta diferença.

Para finalizar, gostaria de chamar a atenção para o fato de que esse processo não é um processo nacional: ele não está nas fronteiras do Brasil, mas ultrapassa as nossas fronteiras, e tanto os fóruns sociais, mundiais como os fóruns temáticos têm sido lugar de encontro das emergências dessas tensões de trocas de similaridades. Muitas vezes se descobre, por exemplo, que os camponeses, os seringueiros do Brasil têm muito em comum com os que vivem em países totalmente distintos, cuja língua eles não conhecem, cujos hábitos eles não conhecem, o que produz costuras que aumentam a visibilidade desses movimentos e a de novas propostas de organização que estão em disputa.

Se, no Brasil, o final dos anos 70 e início dos anos 80 foi o tempo dos primeiros encontros, tempo que unificou essas resistências, que começou a produzir organizações, que produziu os movimentos que hoje marcam o nosso olhar sobre o campo, poderíamos dizer que hoje é o tempo dos novos encontros que unificam as lutas além



Seminário Nacional
a questão da **terra**
desafios para a
Psicologia

do espaço nacional. Não por acaso, o lema da Via Campesina é “globalizemos a luta, globalizemos a esperança”, ou seja: as lutas estão fazendo um esforço para saírem do espaço estritamente local, do espaço regional, do espaço nacional, para se unificarem nos pontos que têm em comum. Obrigada!



Mesa-redonda
Espaço como substrato para constituição
da subjetividade



Bernadete Castro de Oliveira

Universidade Estadual Paulista - Unesp

Primeiramente, bom dia a todos. É um prazer dialogar com uma das outras fronteiras, como dizem os meus colegas antropólogos, porque sempre caminhamos muito mais dentro da nossa própria disciplina. Quero agradecer ao Conselho também, e acho que dando esse pontapé inicial abrimos um jogo que tende a perdurar. Eu disse isso porque, normalmente, dentro da Antropologia, que é minha área de especialização, sou questionada por esse caminhar na fronteira. Acho que essas contribuições que auxiliam muito a reflexão sobre várias questões, vários aspectos das noções sociais, vêm exatamente desse contraponto com outras áreas. Então, fico muito feliz de poder dialogar com a Psicologia, com os psicólogos, sobre uma questão que tem sido bem trabalhada pela própria Antropologia e até pela Geografia - meu colega geógrafo aqui vai falar um pouco disso: a questão da terra.

Eu retomaria aqui, inicialmente, alguns pontos que talvez sirvam de parâmetro para podermos refletir um pouco mais.

Na Antropologia, quando trabalhamos essa dinâmica, essa relação com o espaço, nunca trabalhamos em separado a questão do tempo, a relação espaço-tempo: essas são categorias fundamentais para o pensamento humano. Os homens se relacionam entre si e se relacionam com as coisas em uma dimensão espacial e temporal. Espaço e tempo também são categorias da natureza. A Física trabalha com essas categorias, e a Biologia, a Geologia e a Química, de certa maneira, várias áreas do conhecimento também tratam disso. Essa relação espaço-tempo é uma categoria fundamental, na qual se constroem não só conceitos, mas também relações sociais e relações da natureza e com a natureza.

O espaço como substrato da subjetividade da identidade, diria o antropólogo, também permite várias leituras, leituras que a própria Geografia, por exemplo, vai fazer.

Vou me reportar, praticamente, a uma conotação de espaço mais



dentro do âmbito da Antropologia, e o que diz respeito ao espaço também em uma conotação como território, um território que passa a ser definido nessa relação espaço-tempo e cultura. Esse espaço, como substrato para a construção e constituição da subjetividade, acompanha necessariamente a construção das relações indivíduo-sociedade ao longo da História, a evolução dos grupos humanos, aquilo que é tratado pela Sociologia, na relação indivíduo/sociedade, e também abordado pela Psicologia. De certa maneira, diz respeito à construção de relações no âmbito da cultura e da natureza, como uma relação que se faz, se constrói, ao longo da própria constituição dos grupos humanos na relação entre si e na relação com as coisas ou com a própria natureza.

É um conjunto de relações que vão se constituindo a partir do momento em que os grupos humanos tomam a natureza como paradigma, ou seja, tomam a natureza como “o outro”. É claro que, pensando em identidade, pensando em subjetividade, elas são e vão ser construídas a partir do momento em que você tiver a sua relação ou o seu contraponto, que não é você mesmo. A cultura, de certa maneira, também se relaciona e se constitui como cultura a partir do momento em que se torna possível estabelecer esses parâmetros ou a criação de certos paradigmas, como essa separação entre cultura e natureza. Eu me refiro aqui um pouco, dentro da Antropologia, àquilo que *Lévi-Strauss* chamou de pensamento totêmico: as primeiras formas de organização dos grupos humanos vão sendo feitas exatamente nesse contraponto com a natureza. De que maneira?!

Por exemplo, pensando um pouco aqui na construção do totem como um referencial dos indivíduos, da suposição social e da suposição no espaço: a identificação dos homens, dos indivíduos, como totem é feita através de várias relações, por exemplo, através da relação de parentesco, ou seja, é uma relação de clã e território, porque a natureza passa a ser classificada e identificada de acordo com o pertencimento a determinados clãs. Então, fica muito patente, de certa maneira, essa construção da identidade clânica, em uma relação com o território onde são praticamente privilegiados a posse



e o pertencimento dos indivíduos e das coisas.

Diucalho também tem um trabalho interessante, além de muitos outros, em que ele nos dá oportunidade de refletir sobre nossas áreas de atuação: ele retoma a questão totêmica ao tratar as formas de classificação científica e mostrar as formulações dos conceitos, relatando como é que o homem vai construindo todo um arsenal conceitual para se relacionar entre si através dessa relação com a própria natureza. Ele denomina essa classificação de totêmica, uma das primeiras formas de classificação científica.

Se levarmos nossa reflexão para a questão ocidental, poderemos indagar como é que, dentro da nossa grande tradição, a judaico-cristã, essa questão da referência espacial e da construção da identidade se constitui, poderemos também recorrer a certos valores muito presentes, se não explicitamente, no nosso imaginário. Então, uma outra esfera de referência bastante importante para desvendarmos determinadas formações, determinadas relações dos homens entre si e das suas representações sobre essas relações é também a constituição de determinados valores ainda muito presentes na nossa cultura, como, por exemplo, a separação homem e natureza.

Na Antropologia, tem sido muito tratada e debatida essa separação do homem como um ser da cultura em oposição a outros seres da natureza, que seriam os animais, por exemplo, e não o homem. O homem estaria fora desse âmbito, pois o corpo pertenceria à natureza, e a mente, à cultura. Então essa dicotomia, na verdade, vai sendo acompanhada de várias outras separações e dualidades que contribuem para que possamos estabelecer determinados parâmetros, muitas vezes ambíguos, mas que não deixam de fazer parte da nossa formação enquanto ocidentais. Digo isso para fazer uma marcação, porque, na verdade, muitas das relações nas populações orientais obedecem a uma outra lógica, assim como dentro das populações indígenas daqui, nossas, da América ou do Brasil. Por que chamo a atenção para esses valores?

É interessante notar que essas rupturas são descritas desde os tempos bíblicos. Por exemplo, essa noção de perda da terra, de sepa-



ração do homem da sua morada, está muito ligada, do ponto de vista até antológico, à expulsão do paraíso. Essa ruptura que se dá entre o mundo e o sagrado se dá a partir do momento em que Deus expulsa o homem do paraíso. Você dessacraliza essa relação e o homem é jogado no mundo, em um estado profano, onde vai ter de construir as suas próprias relações e a sua sobrevivência. São valores que vão, por exemplo, recuperar o que é espaço sagrado e o que é espaço profano. Dentro das noções de espaço, trabalhamos com essa separação bastante rígida, às vezes, entre o sagrado e o profano, que são determinações que passam a nortear algumas condutas humanas.

Dos grupos e dos indivíduos, por exemplo, dentro do espaço profano, poderíamos citar o espaço do trabalho, a fábrica, o banco. Em relação ao espaço sagrado, por exemplo, há essa noção de terra santa. A terra santa é, por excelência, um espaço sagrado, que está no imaginário dos povos, principalmente nessa questão judaico-cristã. A terra é um espaço de reprodução da vida, de morada, é um espaço que sempre se busca. O nosso referencial na caminhada da busca de determinados espaços de sobrevivência tem essa simbologia da busca da terra prometida, ou seja, da terra santa. Os movimentos sociais, se nós formos ver, muitos deles, na América inclusive, e em outros locais, em outros países também, como é o caso das Américas, estão sempre muito pautados por essa conquista do reino perdido, ou seja, pela busca do paraíso na terra.

Se considerarmos Canudos, por exemplo, veremos que o seu movimento de contestação social foi feito, em um determinado momento, contra o Estado, mas, na verdade, a comunidade esperava a constituição do reino de Deus na terra. Era esperar a salvação para depois, mas criar o reino agora. Então, essa perda da morada mobiliza os grupos humanos na direção da terra prometida. Daí o espaço sagrado, muitas vezes, aparecer como profecia na trajetória dos grupos camponeses. Se tornamos hoje o movimento dos grupos camponeses e analisarmos um pouco os discursos dessas populações, vamos visualizar essa questão da trajetória camponesa em relação à profecia da busca do retorno à terra prometida. Até mesmo alguns grupos indíge-



nas, como no caso dos guaranis, fazem toda a sua perambulação pelo território brasileiro como se fosse a busca da terra sem males. Que espaço é esse?! Que constituição esses grupos vão tendo, na sua vida e na sua história, para se relacionar com algo que se coloca como a utopia da realização de uma longa caminhada, de uma conquista?!

De certa maneira, a construção da nossa subjetividade, que tem o espaço como substrato, vai trabalhar com um conjunto de valores relacionados com o imaginário que permite territorializar as práticas e as relações todas, territorializá-las em determinados momentos. Então, é uma constante desapropriação, ou seja, uma expropriação e uma apropriação têm espaços que, muitas vezes, são simultâneos. E como é que os indivíduos lêem esses espaços?

Da mesma maneira que opomos o sagrado ao profano, a igreja ao mercado, lembrando aqui Roberto da Mata, que trabalha na mesma relação com a casa e a rua, por exemplo: a casa como sagrado e a rua como profano. O público e o privado, do ponto de vista do Estado, então, são pares de oposições complementares que, de certa maneira, nos favorecem quando a gente pensamos nessa construção como um determinado recorte dessa realidade, uma realidade espacial materializada e, até certo ponto, simbólica. São espaços que, de certa forma, permitem a criação de identidades, mas também de diferenças, onde se constroem identidades a partir do momento em que temos os limites dados pela diferença, onde se constroem determinadas subjetividades postas nessa relação “identidade-diferença” e que também são espaços de conflito. Não é possível se construírem identidades tendo como parâmetro essas diferenças sem estarmos colocados em um espaço de conflitos. Eu lembro aqui esses conflitos como um sistema de hierarquia, como formas de dominação, de relações de gênero, de relações raciais, todas elas presentes em um determinado espaço, seja ele urbano, rural ou de outra ordem, como diz o próprio da Mata, o campo, a cidade ou um outro mundo.

Gostaria de dar um exemplo desses conflitos. Trabalhei há um tempo, até o ano 2000, 2001, com populações migrantes de São Paulo para o Mato Grosso. Eu estava fazendo doutorado, e era inte-



ressante trabalhar com o campesinato. Então tive contato exatamente com uma população do Mato Grosso, migrante, e chamou-me bastante a atenção porque apareceu, nesse meio, não só a questão da peregrinação, da caminhada, da conquista da terra, mas também a liderança religiosa que estava colocada nesse percurso, na crença e nas cabeças das pessoas que migraram e que, de certa maneira, se desenraizavam das terras em São Paulo, em um contexto de migrantes, na sua maioria de descendência italiana, de todo o oeste de São Paulo - Mirasol, São José do Rio Preto - até a divisa com o Mato Grosso, pessoas que viviam com a terra uma relação de arrendatários, nas fazendas de café, e que sofriam uma transformação à medida que essas fazendas iam se transformando em pastagens.

Aquele era um momento, um contexto, bastante marcado, histórica e politicamente, por transformações no campo. Essas populações vão sendo desapropriadas, sem se cumprir, muitas vezes, o contrato de arrendamento. Antes de um ano, essas populações têm que sair do local, e praticamente têm de reconstruir novas territorialidades, e vão em massa para o Mato Grosso, onde havia terras disponíveis e eles podiam, com o dinheiro da indenização, depois de muita luta conseguido na Justiça, comprar terras e se tornar sitiantes. Então, do ponto de vista da qualidade de vida, eles tinham um salto, saíam da condição de arrendatários para a de sitiantes. Trabalhando, conversando com eles, pude ver que a referência que se fazia, e o que se reproduziu no Mato Grosso, foi o próprio sítio paulista, da mesma maneira que na construção das casas, no uso da terra, na disposição das culturas, tanto que eles conseguiram construir cidades na região da Grande Cáceres, em Mato Grosso, com o nome de cidades de São Paulo, como São José dos Quatro Marcos, por causa de São José do Rio Preto. Construíram cidades bastante grandes, onde os italianos, na sua maioria, conseguiram reproduzir esses espaços até dentro das casas, com a mesma divisão que mantinham nos sítios em São Paulo, de casamentos entre si, e tudo o mais.

Chocou-me isso, porque, na época, não era objeto do trabalho a pesquisa em relação à constituição da família. Essa desterritorial-



zação exigia organizar-se novamente num território que eles tinham de construir, e todos eles, em todas as famílias que visitei, tinham um pai, ou a mãe, ou uma tia, ou um irmão, ou um filho, uma nora, segundo eles, com desequilíbrios mentais. Eu observava, mas aquilo não era o objeto da minha pesquisa, e fui passando, fazendo as questões. Era uma problemática recorrente: “A. precisou se tratar porque ficou doente quando veio para cá”. É claro que há um significado extremamente profundo no que eles chamavam de desequilíbrio, de problema nervoso. “Foi necessário fazer tratamento e tudo o mais”, e isso me levava a questionar esse processo migratório, principalmente as migrações transnacionais: essas pessoas começaram a fazer referência exatamente a essa questão da perda da terra, da necessidade da construção de uma nova identidade, em outra terra, outra área. Inclusive até hoje eles mantêm ligação, não diretamente com Cuia-bá, que seria o centro administrativo mais próximo que, inclusive, legisla sobre a própria terra que eles têm lá, em São José do Rio Preto. Tratamento médico, assistencial, é em São José do Rio Preto.

Então, vejamos: até que ponto essa desterritorialização leva a uma ruptura dos vínculos que os indivíduos têm dentro de sua própria identidade, essa ruptura que interfere, na verdade, na construção e na necessidade de novos parâmetros? Eu me dei ao trabalho de voltar a algumas leituras, inclusive recuperar, do Ernesto de Martino, da Escola de Roma, a noção de fim de mundo, na qual ele expõe, com muita propriedade, não só a caracterização social e psicológica dos indivíduos nesse contexto de “fim de mundo”, mas trata essas rupturas culturais como o apocalipse cultural, e aí eu consegui captar um pouco essa visão do de Martino, pela qual se fazia possível a própria explicação dentro do contexto migratório.

Essa noção de terra e espaço também nos remete a diferentes formas de apropriação desse espaço. É algo relacional, que se constrói através da relação de homens e mulheres com o espaço, porque homens e mulheres têm formas diferenciadas de apropriação e de relação com o espaço, para não dizer que as visões de mundo também são diferentes. Então, homens e mulheres têm, na sua compreensão,



lógicas de interpretação e apropriação muito diferentes, o que percebemos hoje em vários grupos humanos, ao trabalhar principalmente o remanescente dos quilombos.

Nas áreas remanescentes de quilombos, é muito importante a presença. Nessas áreas, onde houve população escrava, onde essa mobilidade de mão-de-obra foi grande, as mulheres permaneciam na terra. A colega Neuza Gusmão fez um trabalho sobre isso. O título do seu trabalho é *Terra de Mulheres*, no qual ela afirma que a mulher tem uma grande centralidade na relação com a terra e na pontuação como núcleo de identidade grupal, que hoje é recorrente, dados os vários trabalhos e a pesquisa nas áreas dos remanescentes de quilombos.

Essa apropriação relacional de homens e mulheres com o espaço também mostra, por exemplo, que, nos espaços públicos, a relação masculina e feminina com esses espaços é diferenciada, assim como dentro de casa. Quem é que manda no espaço doméstico? E não é só na nossa sociedade que a mulher tem certa ascendência! Nas aldeias indígenas, a casa também é um espaço feminino, é um espaço apropriado pela mulher, mas de forma diferente do espaço da aldeia em relação, por exemplo, ao espaço urbano. Na aldeia, há os grupos de idade. O recorte social da construção dessas identidades vai trazer, por exemplo, noções de classes sociais como no nosso contexto, mas, por exemplo, com os grupos de idade, os jovens, os casados, os velhos. Isso tem também uma caracterização de diversas formas de apropriar o espaço. Por exemplo, os jovens não circulam pelo mesmo espaço em que os casados e caçadores circulam, nem as crianças, nem as mulheres. Então, em contextos diferentes, as aldeias urbanas, as cidades e as áreas rurais nos oferecem contextos para se pensar de forma diferenciada essas relações de gênero.

A construção da identidade e subjetividade dentro do espaço também passa pela questão do gênero, não só da classe social, mas também da questão do gênero. A questão das relações raciais vai dar, na verdade, em uma leitura com uma dimensão bastante diferenciada entre um e outro grupo.



Se pensarmos também o espaço incluindo a perspectiva de tempo, essa relação de espaço-tempo é bastante interessante. Não existe um sem o outro. Quando normalmente trabalhamos com a noção de distância, não perguntamos a quilometragem entre, por exemplo, Brasília e Goiânia, mas dizemos: - “A quanto tempo fica?” - Então eles são traduzíveis entre si porque têm certa complementaridade.

Carlos Rodrigues Brandão tem um trabalho bastante interessante sobre esse aspecto. Quando ele analisa essa questão espacial, trabalha a noção de território em uma perspectiva temporal e mostra um pouco o que a professora Leonildes citou ontem, essa mudança da relação campo-cidade no Brasil. Brandão tem um trabalho bastante significativo, no qual ele ilustra esse contínuo, campo-cidade ou sertão-cidade, com vários recortes da posição do indivíduo em cada um desses contextos, por exemplo, no sítio, no bairro rural, na vila, na cidade, na metrópole. Ele mostra que, em cada um desses contextos, o indivíduo tem uma inserção diferenciada que permite a mudança do seu conjunto de relações, como ele afirma no texto: “À medida que as luzes da cidade espantam assombrações do campo, ou assombrações da vida rural”. Então, esse contínuo também acontece. Se tomarmos a constituição de uma cidade hoje, uma metrópole como São Paulo ou como Brasília, bastante característica nesse sentido, tem-se ali uma espacialidade que se reconstitui, se reescreve, se ressignifica para as pessoas que se apropriam diferentemente desse espaço. Se comparamos a periferia de Brasília e o centro, veremos que são bastante distintos, onde as relações de gênero, de classes sociais, de público-privado são formas bastante diferenciadas, exigem novas leituras.

Fiquei bastante contente ontem, quando a professora Leonildes falou a respeito da significação que encontramos diante das situações, das mudanças entre campo e cidade, que se colocam, hoje, não como posições, mas como um contínuo. Então, pensar no espaço como terra também nos remete ao substrato para nossa inserção e constituição da identidade e da subjetividade, que po-



dem ser grupais ou individuais. A noção de pessoa, por exemplo, na Antropologia, é diferente da noção de indivíduo. Indivíduo e pessoa são aspectos distintos, não só na Antropologia, mas no Direito, hoje também. Então é preciso pensar no espaço enquanto terra, enquanto local de vida, enquanto local de produção e reprodução da vida, enquanto local de significações, e pensar de certa maneira em esferas materiais e simbólicas, recuperar novos valores, e recuperar novos valores, muitas vezes, implica dar um novo significado a esses valores. Novos espaços pressupõem sempre a construção de novas identidades, tanto que os espaços dos remanescentes de quilombos, das aldeias, dos assentamentos, permitem que façamos uma reinvenção dessas relações sociais, permitem novas rupturas e religações. Se pensarmos, por exemplo, a terra no sentido do que seria a terra na América, fazendo um recorte: América, para os europeus, era o Eldorado, era um local de conquista, de apropriação, de dominação. A América indígena, por exemplo, era a Terra-mãe. Na América Latina para todos os indígenas do Sul, da Argentina, ou mesmo da região andina, essa idéia está muito presente, a idéia de que a terra é a Mãe Terra, ou seja, a “Pratia mamma”.

No lançamento de um CD do coral guarani, um dos indígenas falando de conflitos, disse: “A terra é nossa mãe!”. Então, essa identidade, por exemplo, entre terra e gênero, ou terra e mulher, é muito próxima em várias culturas.

Essa relação é trabalhada hoje, nos movimentos sociais, com o dom da vida a partir de dois elementos: a semente, que é o que se pode selecionar, separar, para fertilizar ou frutificar, por exemplo, e a terra, que tem uma grande identidade com a figura da mulher.

Talvez aí possamos pensar, ao longo da nossa história cultural, em questões como as constituições do espaço em diferentes contextos culturais, que passam por relações construídas, pelos direitos humanos, e envolve relações raciais, relações de gênero, classes sociais e, principalmente, a perspectiva de um conjunto de crenças. Muito obrigada.



Lindon Fonseca Matias

Universidade de Campinas - Unicamp

Bom dia. Foi com satisfação que recebi o convite do Conselho para estar aqui com vocês, hoje pela manhã, e, confesso que, no primeiro momento do convite, fiquei meio temeroso, pois, apesar dessa interdisciplinaridade, dessa transdisciplinariedade que tem marcado as ciências sociais e humanas de forma geral, é a primeira vez que tenho um contato mais próximo com o público da Psicologia. Infelizmente, não conseguimos abarcar, até gostaríamos, todas as áreas do saber que nos trazem contribuições ou com as quais podemos contribuir, mas, isso obviamente é impossível.

Quando vi o tema *Espaço como Substrato para Constituição da Subjetividade*, fiquei bastante intrigado e motivado a vir aqui contribuir um pouco com este evento, colaborar no sentido de abordar algumas questões que nós, geógrafos, temos tratado e como as entendemos. Eu gostaria de agradecer por esta oportunidade que me foi dada e gostaria também de tentar colocar um pouco as minhas perspectivas sobre este assunto, para fazermos um debate, dialogarmos um pouco sobre isso.

A primeira questão que levanto é sobre a importância de um tema como este, não só para a Psicologia, mas também para as demais ciências humanas e sociais e para a humanidade como um todo. Hoje, mais do que nunca, embora alguns digam que não, a questão do espaço não se dissocia obviamente da questão de apreensão do tempo. Espaço/tempo é uma unidade indissolúvel, como a colega que me precedeu já deixou bem claro. Remediar, pensar todas as questões do mundo atual, seja no nível local, o habitar, o viver, seja no nível global, com os grandes conflitos ainda subsistentes no mundo atual, remete-nos exatamente para a questão da apropriação do espaço/tempo, então, acho extremamente importante essa questão.

Eu gostaria, então, de contribuir no sentido de formular e de colocar algumas visões teóricas do que nós consideramos o espaço a



partir da Geografia. O espaço, durante muito tempo, inclusive para nós, geógrafos, foi pensado como sustentáculo, como continente, como aquilo que contém alguma coisa, ou seja, era simplesmente a dimensão do que está posto, sem a sociedade. Seria onde a sociedade habitaria. Essa noção de espaço, ou esse conceito de espaço, felizmente, hoje não atende mais às nossas necessidades, e o conceito de espaço já pressupõe não só o continente, como também o conteúdo.

O espaço hoje é forma-conteúdo, como nós dizemos; é tanto aquilo que contém como aquilo que está contido, como as relações existentes entre ambos, ou, como nos ensina Milton Santos, é um conjunto indissociável e dialético de sistemas de objeto e sistemas de ações, ou seja, de todas as ações que foram criadas e reproduzidas ao longo da História, no sentido de se transformar a natureza - e todos nós sabemos que essa é uma questão fundamental para a reprodução da vida.

O homem, com o passar do tempo, ao mudar, modificar a natureza, ao transformar a natureza e construir os sistemas de objetos que nada mais são do que o conjunto das forças produtivas, foi criando condições que propiciam a nossa reprodução enquanto indivíduos dentro da sociedade. Essa reprodução dos objetos não está dissociada das relações sociais que foram também construídas ao longo da História, para tornar possível essa vida, que seria, então, o conjunto das relações sociais de produção, o sistema de relação, seja política, econômica, social, qualquer tipo de relação. É por isso que “que um filósofo francês”, nos diz hoje para pensarmos a nossa sociedade dentro do modo de produção capitalista, muito mais do que pensarmos simplesmente as relações de produção, ou seja: aquilo que o marxismo mais ortodoxo chamava de infra-estrutura leva a pensar sobre a própria reprodução das relações sociais de produção, que é algo muito mais complexo e muito mais interessante, diga-se de passagem do que pensar em como a sociedade vem se organizando ao longo do tempo para propiciar a própria existência do modo de produção, a própria existência das relações sociais.



Pensar o espaço hoje para nós, da Geografia, leva-nos a pensar dessa maneira. Como é que surge esse espaço geográfico? Como é que se transforma ao longo do tempo? Rapidamente, poderíamos dizer que existiu, em um dado momento, uma natureza primária, uma natureza inicial, a chamada natureza virgem, digamos assim. Com o surgimento do homem, um ser social, passou ela a ser transformada, passou a ser modificada através do trabalho, com a apropriação, pelo homem, de uma determinada técnica que evoluiu bastante.

Hoje sabemos disso: o homem transformou a natureza para viver e criou o que chamamos de meio técnico. Desde aquele primeiro artefato chamado de pedra polida, desde a primeira machadinha, a primeira lança, até o elemento mais enigmático da técnica atual, a chamada máquina informacional, o computador, o movimento geral é o mesmo. O que vem mudando é a técnica de fabricação, é a transformação que o homem, através da sua capacidade cognitiva, consegue fazer, através da sua capacidade científica, consegue engendrar, a ponto de passamos de um meio natural, onde a natureza imperava, para um meio técnico, em que o enigma fundamental é aquele período marcado pela revolução industrial. Temos hoje um movimento crescente desse processo que nos traz o que alguns teóricos, principalmente Milton Santos, chamam de período técnico-científico-informacional, que é o momento da nossa historicidade, que vivemos hoje, marcado fundamentalmente pela tríade técnica-informação-ciência. Nunca antes, na história da humanidade, esses três elementos estiveram tão imbrincados, a ponto de hoje, em qualquer questão mínima que pensarmos, inclusive na nossa cotidianidade, no nosso dia-a-dia, vamos ver uma dimensão técnica, informacional e científica. Essa discussão toda da TV digital, do modelo, do padrão, mostra-nos isso, para citarmos mais em uma questão doméstica, digamos assim.

A interface está lá no mercado, exceto naquela vendinha lá da periferia, onde ainda usamos a famosa caderneta. A interface está ali no caixa, quando se passa o produto num *scanner*, num computador ou coisa parecida. Ora, pensar o espaço significa pensar esse tem-



po, esse momento, essa dimensão histórica atual. Como é que nós, geógrafos, trabalhamos com esse espaço? Através do que chamamos de dimensões fundamentais básicas do espaço. O espaço tem uma dimensão físico-territorial, que é onde estamos pisando, é o relevo, é o clima, é aquela variável que herdamos da natureza que, durante muito tempo, foi sinônimo de espaço e que hoje não é mais, o que também não significa, e é importante nós nos pautarmos nesse aspecto para a discussão, que a natureza hoje não seja mais importante, como alguns acham e advogam. A questão ecológica hoje está posta, mas existe uma dimensão social, a face das relações sociais, de gênero, raciais e tantas outras que são extremamente importantes. Como a colega Bernadete já antecipou aqui, existe a dimensão econômica, sem querer cair aqui naquele economicismo barato. Essa questão é relevante, importante, é uma questão para se pensar. Não podemos nos esquecer de que, no mundo atual, cada vez mais a pobreza assola a humanidade. Embora a riqueza também seja muito grande, a distribuição dessa riqueza é por demais desigual. Isso também é importante: existe uma dimensão política que não pode ser negada. Dizem que o Estado-nação acabou, não existe mais Estado. Será, gente?! Será que os conflitos do Oriente Médio, vamos colocar aqui, por um instante, a dimensão cultural e a religiosa de lado, que são fundamentais para se entender aquele conflito, não têm senão uma dimensão política? Para apreenderem essa concepção ou essa dimensão de espaço, os geógrafos hoje se valem de alguns conceitos importantes, ou seja, instrumentalizam-se através de alguns conceitos, uns mais e outros menos, dependendo da área de atuação de cada um deles.

O primeiro deles é conceito de ambiente. Vejam que não estou usando o conceito de meio ambiente, até porque existe uma certa dualidade, no sentido de que o meio já é o ambiente e o ambiente já é o meio, e o ambiente, hoje mais do que nunca, não pode ser pensado única e exclusivamente como a natureza, no sentido antigo. Queiramos ou não, somos seres sociais, somos também ambiente, não somente estamos no ambiente. Isso é fundamental quando



pensamos na questão da terra, quando a gente pensa na relação existente entre certas populações e a terra. Permita-me, colega Bernadete, abordar um pouquinho daquilo que você já colocou, mas, vejam, uma das questões fundamentais que nos leva a pensar hoje na grande diferença entre as civilizações ocidentais, judaico-cristãs e orientais talvez esteja, em grande parte aqui, no fato de que nós, ocidentais, fomos formados para pensarmos sempre que estamos fora dessa relação, no sentido de que o ambiente é um, aspecto, e nós somos outro. Para os orientais, essa relação nunca esteve posta dessa maneira, já que, para eles, o homem é parte constituinte, fundamental do meio, ou nesse caso aqui, do ambiente.

Temos também o conceito de paisagem, que nada mais é do que aquilo que nos é visível no espaço, as formas construídas historicamente que podemos, em certo momento, abranger com a vista. É comum, inclusive, dizermos o seguinte: “Olha o espaço”, quando, na verdade, queremos dizer, “Olha a paisagem”. O espaço não pode ser visualizado dessa maneira. A paisagem, sim. Quando olhamos para uma determinada paisagem, reconhecemos nela, por exemplo, uma paisagem do campo, rural, ou uma cidade. A paisagem tem uma importância fundamental porque, em grande parte, é na paisagem que reconhecemos, bem de imediato, a relação, por exemplo, de afinidade ou não com certos lugares. Voltaremos a esse assunto daqui a pouco.

Um conceito também importante é o conceito de região, que nos leva ao conceito de regionalização, que é a delimitação de certos espaços ou a construção, com base em certos elementos, de uma delimitação, de uma organização espacial ou da definição das características das propriedades do espaço. Surge daí a divisão clássica do território brasileiro, do nosso país, que nos diz que existe uma Região Sul, Norte, Centro-Oeste, tudo aquilo que aprendemos na escola. Hoje, na Geografia, já não utilizamos mais essa regionalização, porque ela não atende mais à divisão do espaço nacional brasileiro, não mais condiz com a realidade da organização espacial do Brasil.



Existe um conceito de território, que, inclusive, está sendo retomado hoje nas nossas pesquisas. O que vem a ser o território? O território nada mais é do que a relação de poder no espaço. Quando penso o espaço apropriado por relações sociais de poder, penso nas construções de territórios. Durante muito tempo, pensou-se que a construção dos territórios fosse uma atribuição única do Estado, da nação. Felizmente, hoje pensamos no território muito mais amplamente, o que nos faz, por exemplo, pensar em “territórios da prostituição”, que, na maioria das cidades brasileiras, existem, sim. Inclusive existem pesquisas geográficas muito bem feitas sobre os territórios da prostituição. Existem territórios das drogas, tanto em nível nacional como em nível internacional, e a existência dos cartéis está aí para nos mostrar isso. Então, pensar território a partir de relações sociais de poder é muito importante nos dias atuais, não só no território convencional, na divisão em países, em nações, mas, principalmente, nesses novos territórios, ou, se vocês quiserem, nessas novas territorialidades. Por exemplo: queremos referendar os territórios quilombolas, queremos redefinir espaços territoriais de populações tradicionais do sul do País, que organizam a sua produção rural de uma forma diferente, muito ligada ainda à dimensão familiar e cultural.

Avançando um pouquinho mais, temos ainda o conceito de lugar como o local efetivo da reprodução da vida. É onde efetivamente habitamos, é onde efetivamente existimos, é onde efetivamente construímos as nossas relações sociais e políticas do dia-a-dia, porque, vejam, apesar de sabermos que existimos e vivemos em um país chamado Brasil, o que conta, na verdade, no dia-a-dia, para mim e para os meus vizinhos, é que moramos lá no Santa Teresinha, que é o nosso bairro, que é a nossa existência concreta, é onde estabeleço relações de vizinhança com o Mário, com o Antonio, é onde crio os meus filhos, é onde eles são educados e é onde, efetivamente, está a dimensão do elo, da afetividade que tenho com o espaço, também com a terra; é nesse lugar que construímos, efetivamente, a dimensão da subjetividade, da identidade concretamente falando.



Daí a importância da recuperação desse conceito hoje para nós, tanto do ponto de vista da Geografia como das demais ciências sociais. Então observamos que, para pensarmos o espaço geográfico, temos, ao mesmo tempo, uma dimensão única e individualizada, mas temos também uma dimensão de multiplicidade. O espaço é tudo isso ao mesmo tempo, nas suas contradições, nas suas concre- tudes, nas suas similitudes. É ambiente, é região, é lugar, é território, é paisagem, mas essa dimensão múltipla não se dá de forma harmô- nica tão somente, ela é contraditória, é conflituosa, é multifacetada. Vou ficar aqui em uma dimensão importante, que é a questão do espaço como substrato para a subjetividade, que é pensar o espaço geográfico na sua contribuição à forma como nós, seres humanos, percebemos e construímos as nossas noções de espaço e como construímos concretamente as nossas relações na cotidianidade, no dia-a-dia das nossas vidas.

Essa é uma contribuição que me parece importantíssima, porque é através dela que vamos entender o outro, ou uma dimensão do outro, que é o ser diferente. Existe uma contribuição importante que um geógrafo sino-americano desenvolveu: o conceito chamado topofilia. O que vem a ser topofilia? É o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou o ambiente físico, é um conceito difuso, mas vívido, e é concreto como experiência pessoal. Segundo ele, a nossa convi- vência, num determinado lugar, dá as características desse lugar em termos de paisagem, território, ambiente, daquilo que falamos, e vai construir, em cada um de nós, um elo de afetividade com esse lugar que nos leva, portanto, à nossa dimensão de subjetividade e de identidade para com esse mesmo lugar. Então vamos pensar, ou passarmos a pensar no nosso lugar e, portanto, nos outros lugares diferentes do nosso, ou em comparação com o nosso, a partir dessa dimensão da afetividade, que é o que chamamos de característica topofílica. Todos nós, aqui, já passamos pela seguinte sensação: a primeira vez que “apeamos”, como se diz no interior de São Paulo, em uma rodoviária de uma outra cidade, o que é que acontece conosco? Vem uma sensação assim, meio diferente: “Pôxa vida,



essa rodoviária é diferente daquela da minha cidade, essas ruas são diferentes daquelas em que costumeiramente eu passo, eu trafego, elas trazem uma impressão de estranhamento com o lugar”. Por quê? Porque aquele não é o nosso lugar, é um outro lugar, diferente do nosso, com o qual geralmente estamos acostumados no dia-a-dia, com as ruas em que trafegamos, com as pessoas que conhecemos, com as paisagens que reconhecemos no nosso dia-a-dia... e isso nos traz uma sensação de estranhamento com aquilo. Mas importante é que basta nós nos deslocarmos um pouquinho nesse esse novo lugar, andarmos um pouquinho, passando uma semana, não muito, e já nos acostumamos, já reconhecemos certas coisas naquele novo lugar que são muitos semelhantes ou similares àquelas da nossa localidade, o que nos leva a perceber de modo diferente esse novo lugar. Isso é importantíssimo, por quê? Porque num mundo em que se fala tanto em globalização, em dimensão global, em questões globais, econômicas, sociais e políticas, cada vez mais temos a certeza de que, para viver neste mundo globalizado, antes de mais nada, temos de sobreviver no local, na localidade, temos de reconhecer cada vez mais, na dimensão da nossa cotidianidade, o nosso local efetivo de sobrevivência, os elementos efetivos do nosso reconhecimento, e aí acho que, me permitam, a “Psicologia” tem uma contribuição efetiva a nos dar, ao nos ajudar a entender um pouco mais dessa dimensão para melhor convivermos com ela. Algumas questões importantes, para pensarmos essas relações topofílicas, apontam-nos outras questões, como, por exemplo, quais são as nossas visões do ambiente? Será que a nossa visão de ambiente, no sentido mais geral de mundo, não está por demais constituída de mecanismos globais, de consumo, de uma sociedade altamente consumista, de uma sociedade de espetáculo?

Até que ponto todos nós, ou muitos de nós, queremos viver em grandes cidades, em grandes apartamentos, com grande comodidade, ao invés de viver em nosso bairro pacato, tranquilo, em casas relativamente humildes, com o mínimo de aconchego? O que é que define essa nossa visão? Até que ponto ela é danosa para a nossa



vida? Até que ponto ela é significativa para definirmos o que é que queremos efetivamente na nossa vida? Como percebemos, como avaliamos e como estruturamos o lugar da nossa vida? Por que, em geral, a casa do outro parece sempre melhor do que a nossa? Por que, em geral, o carro mais novo parece sempre melhor do que o nosso, se, na verdade, o carro deveria ter por precípua função simplesmente nos transportar de um lugar para outro? Se o meu cumpre isso muito bem, por que ter a necessidade de ter “um do ano”, como se diz sempre? Quais foram e quais são os nossos ideais ambientais?

Quando nós nos deparamos, por exemplo, com a paisagem de uma favela ou de um núcleo subnormal, como se diz conceitualmente, por que temos uma sensação de estranhamento, de não pertencimento, a ponto de eu, pessoalmente, estando ali em um hotel, no setor hoteleiro, me sentir bem, confortável, por estar tudo limpinho, por estar tudo bem arrumado? Será que é isso realmente o que importa? Será que o ambiente não influencia essas construções de relação de valores, inclusive com o lugar, com os lugares? Quais são os laços entre ambiente e visão de mundo? Quê mundo nós queremos? Que valores sociais, econômicos, políticos, estamos transmitindo para as novas gerações? Com relação aos indivíduos, às pessoas fundamentalmente, com relação ao planeta, com relação à vida, com relação à nossa subjetividade, por exemplo, tudo isso me parece fundamental quando tratamos essa questão do espaço geográfico, nessa dimensão da importância do que estamos tratando hoje aqui.

Para tentar ilustrar um pouquinho essa questão, eu gostaria de mostrar como a dimensão da subjetividade é importante. Vejam aí, vocês têm uma paisagem, aquilo que é visível, aquilo o que os meus olhos alcançam. Aí eu pergunto: Do nosso dia-a-dia, temos noções. Trata-se de uma área rural? É um milharal bastante alto, por sinal. Os mais desavisados diriam, com certeza, ser uma área rural. Não, não é nada disso. É uma área urbana, de porte médio, no Paraná, em que, simplesmente, se tem um milharal. Isso nos leva a pensar o seguinte: a paisagem é um elemento importante. Em grande parte, a leitura da paisagem está condicionada às noções que trazemos, ou



seja: a dimensão da subjetividade é importante, mas ela pode nos trazer alguns equívocos, o de como nos relacionamos com a paisagem, por exemplo.

Uma outra: um cavalinho, umas casas espaçadas, algumas árvores, uns terrenos vazios. Estamos na periferia de uma cidade? Em geral, as características poderiam nos levar a pensar que sim: cavalo, um certo espaçamento ali do casario, uma área lá no fundo que já me parece praticamente rural... Não, nós não estamos na periferia. Estamos a três quilômetros do centro daquela cidade, dentro do perímetro urbano. Se vocês quiserem saber: é para que isso, direi que é para mostrar que as nossas noções de espaço, às vezes, não são fidedignas.

E agora, estamos no centro da cidade? Com certeza, a densidade de prédios, a densidade de ocupações, temos inclusive ali uma catedral, o inferno que se tornou as chamadas torres de celulares...

E isso aí, é a pobreza? Um casebre humilde, isolado, ali, já começando a ser cercado pelo mato... essa é a imagem que temos de pobreza, geralmente das nossas cidades. Agora, que noção de pobreza é essa? Notadamente, é uma noção de pobreza no sentido econômico, puro e simplesmente: será que as pessoas que habitam aí são pobres, efetivamente? Do ponto de vista, talvez, da distribuição da renda, dentro de um conceito do salário mínimo, talvez sejam, mas será que é só isso?! Será que, dentro da questão da subjetividade desses moradores, não vamos encontrar, contraditoriamente, uma riqueza, do ponto de vista cultural, da experiência de vida? Será que os habitantes dessa comunidade não têm uma noção de ambiente mais refinada do que a nossa, talvez? Porque ali ele tem que conviver com problemas de ordem ambiental diferentes dos nossos. Esse é um questionamento, é uma pergunta.

E aí está o prédio bonito, a cobertura; é a riqueza, a se contrapor com aqueles slides anteriores. Mas será que é só isso que nos interessa? Será que aqui vamos encontrar oradores com uma dimensão cultural refinada ou com a mesma riqueza que poderíamos encontrar naquela paisagem anterior, naquele outro lugar? Talvez sim, com



certeza, sim; mas serão melhores? Piores? Como avaliar esses conceitos? Uma cerca com prédios igualzinhos, as famosas “caixinhas de abelha”... Será que isso forma uma comunidade? Será que é suficiente juntar as pessoas em moradias coletivas, moradias plurifamiliares, para que elas desenvolvam efetivamente relações de comunidade? Será que, no outro tipo de ocupação urbana, no outro tipo de habitação isolada, em casinhas mais simples, as pessoas são tão mais individualistas? São menos cordatas? Ou será que é o contrário?

O que é que uma ou outra paisagem nos leva a pensar? E até que ponto os nossos valores topofílicos não estão envolvidos e relacionados com isso?

Este é um *slide* de que eu gosto muito, de um olho d’água chamado São João Maria, de uma cidade de São Paulo, do interior paulista. Está bem próximo ao centro, num local de visitação, de peregrinação. É uma pequena mina, um olho d’água, que dá para um córrego, onde foi, ao longo do tempo, dos últimos 15 anos, construída uma série de altares e virou centro de peregrinação: as pessoas vão lá pegar água para tomar, pois atribuem àquela água uma certa dimensão curativa. De cara, já digo para vocês que os químicos já fizeram análise dessa água e viram que ela é poluída, mas... como explicar isso?! Que subjetividades e que identidades estão sendo produzidas, formuladas, quando pensamos nisso?

Para terminar, e essa bela araucária? É natureza? É natureza natural, como nós, geógrafos, chamamos, ou é natureza artificial, transformada pelo homem? Esse é um grande dilema hoje para nós, geógrafos, voltando um pouquinho antes de concluir. Aquilo que chamamos de natureza hoje não é mais simplesmente um objeto criado ou reproduzido pelo homem, pela sociedade de forma geral. E até que ponto esses elementos da natureza hoje estão presentes na nossa subjetividade, ou contribuem com os nossos valores espaciais, vamos chamar assim? Na verdade, eu trouxe mais algumas questões, algumas perguntas do que propriamente certezas, vocês perceberam, mas é exatamente para provocar essa discussão, para provocar uma nova forma ou um repensar desses vários questio-



namentos. Felizmente estamos vivendo dentro das ciências sociais humanas, e, de forma geral, acho que nessas ciências há a chamada quebra de paradigmas - o que é bom. O tempo das “certezas certas” já passou. O que temos hoje, infinitamente, são incertezas, e é no tempo das incertezas que o conhecimento avança e se procura melhorar a nossa vida em sociedade. Muito obrigado.



Debate



Público

Sou Lourdes, sou do setor de gênero do MST. Queria agradecer pela exposição de vocês. Foi muito pertinente para o debate que estamos iniciando, que é um debate muito novo, sobre o território, a disputa de espaço, disputa de território, e estamos com essa disputa no dia-a-dia da nossa luta; o campo é um espaço de disputa em todos os sentidos, não só da terra, mas nas suas múltiplas dimensões de valores de produção, de existência, de produção de alimentos.

Eu estava pensando, desde ontem, nos relatos de ontem à noite, e comecei a refletir sobre o seguinte: quando falamos de campo, sempre fazemos essa dicotomia entre campo e cidade, e sempre avaliamos o campo e a cidade fazendo uma distinção e comparando, no pensamento, essa construção, sendo a cidade pensada como progresso, como foi dito ontem. Então o campo sempre é avaliado a partir desse território, cidade, que tem as suas diferenças, que tem as suas questões, e, a partir do que vocês disseram, comecei a refletir, a pensar no seguinte (é mais para pensarmos, mesmo, porque não há respostas) é possível pensar o campo a partir dele mesmo? Com suas múltiplas dimensões, suas múltiplas identidades, com os seus sujeitos... Acho que aqui é que está o desafio para a Psicologia, também para todos os campos, mas sobretudo para a Psicologia, porque é nesse espaço específico, nesse território, que dizemos que o campo é um território em disputa, com os sujeitos vivendo várias situações que interferem na sua vida, na sua vivência. Ontem foi falado que estamos lidando com os transgênicos, com monoculturas de eucaliptos, de cana, de soja, estamos lidando com o trabalho escravo, com tudo o que foi falado, e isso traz, à medida que vamos avançando no processo de luta e de debates sobre essa luta, muitas outras questões que precisam ser respondidas e que vão formando esses sujeitos sociais que convivem nesse território em disputa. É nesse sentido, a disputa, porque nós, por exemplo, dos movimentos sociais, estamos nos contrapondo às idéias de que o campo sempre foi pensado para produzir, produzir em grande escala, e produzir para exportação. Nós



estamos dizendo: “Não, o campo é um lugar de vida, um lugar onde queremos viver, queremos permanecer, então é um lugar de vida”! O campo, nesse sentido, também é de produção da existência, por isso a discussão dos valores, das relações que estamos tentando trazer no dia-a-dia. Eu estava refletindo: “O que é que é novo, nisso?! A disputa pelo território, sempre houve, então, agora, o que é novo?!”

É que agora estamos tentando construir a idéia de um sujeito, camponês, homem, mulher camponesa, enraizada em um projeto de mudança. Isso é que é o novo para nós. Claro que sempre houve disputa pelo espaço, por território, por afirmação, mas hoje, concretamente, lidamos com a idéia de projeto de mudança e, nesse projeto de mudança, estão embutidos múltiplas dimensões, múltiplas identidades, valores, essas questões todas de viver e de produzir. Eu estava mais refletindo sobre isso: é possível pensar o campo a partir dele mesmo? A partir dos seus sujeitos e das suas múltiplas dimensões? Obrigada.

Público

Eu sou Leila, psicóloga e pedagoga do Triângulo Mineiro, e represento o Conselho Regional de Psicologia. Estou aqui junto a alguns movimentos sociais do Triângulo Mineiro. A minha preocupação aqui é justamente com a violência que se comete com os atingidos por barragens, com os indígenas, com os assentados ou acampados, que têm o desejo de ser assentados em uma determinada área, mas que depois são transferidos para outra em função do desenvolvimento social, econômico. A nossa experiência com atingidos por barragens mostra-nos a infelicidade dos moradores, quando saem da beira do rio e são assentados em algum lugar, com casa boa, com televisão, com tudo, mas aí a infelicidade lhes aparece, num grande sentimento de desterro que a Psicologia não tem conseguido resolver. Ela, sozinha, não vai conseguir, ela precisa de outros. Isso, para mim, é um desrespeito com os direitos humanos. Eu gostaria que a Mesa comentasse esse fato mais detalhadamente.



Público

Sou Sérgio Sauer, Doutor em Sociologia, trabalho no gabinete da Senadora Heloísa Helena, mas há muitos anos acompanho os movimentos sociais agrários e, apesar de alguns estudiosos pesquisarem sobre o tema da importância da questão da reforma agrária, uma das concepções centrais na Filosofia moderna, na ciência moderna em geral, aí passando pela Sociologia, pela Antropologia, pela própria Psicologia, é concepção de que o rural, como um todo, o campo, o agrário, é residual. A noção de progresso está fundamentada na noção de que a grande aventura dos seres humanos é a de se deslocar para a cidade. Portanto, o que temos no campo brasileiro são aqueles que não foram capazes de se desprender do seu espaço, do seu lugar, ou não foram competentes para se deslocarem para os centros urbanos e disputarem o emprego. Obviamente não concordo com isso, mas toda a minha tentativa de reflexão sobre a importância da reforma agrária parte da tentativa de negar essa concepção e construir uma outra noção de rural, de ruralidade. Inclusive a professora Nazaré Vanderley trata dessa discussão. Ela afirma que o nosso modelo de desenvolvimento construiu o que ela definiu como ruralidade de espaços vazios: os latifúndios não passam de grandes espaços vazios, vazios em relações sociais, vazios em relações econômicas, e assim por diante. Por outro lado, acho que a luta pela terra é uma luta por um lugar, e, nessa luta por um lugar, um dos temas centrais é a construção da identidade. Então essa seria a minha indagação para a Mesa: nas minhas pesquisas de campo, e aí a partir de alguns pressupostos sobre os não lugares, discute-se que os sem terra acampados na beira da estrada, um lugar de ninguém, num espaço público que não é nem necessariamente do Estado, nem necessariamente privado, formavam um grupo para o qual as relações eram não identitárias, mas a minha primeira constatação é a de que não é assim. Os discursos e as falas dos sem terra à beira da estrada mostram o lugar deles, porque ali é um espaço identitário de relações, porque é um espaço de lutas, e alguns, inclusive, depois, falam da



saudade do acampamento, porque ali havia proximidade, porque ali havia identidade de luta, e assim por diante. Estou dizendo isso para, talvez, só compartilhar a importância de uma discussão que não é consensual, da importância dos lugares na discussão sobre o sujeito político, da importância da relação com o lugar na constituição da identidade. Na minha opinião, a luta pela terra é algo não como resistência ao moderno, mas justamente da constituição de uma outra modernidade, da constituição de uma modernidade que, justamente, reestabelece uma relação com o lugar, com o território.

E aí, para mim, são fundamentais dois conceitos: um de *Bourdieu*, que afirma que região é, na verdade, uma divisão, e faz uma separação gráfica, graças ao “poder de ver”, no sentido de fazer as pessoas acreditarem e verem ali um lugar diferenciado. A outra concepção é a de Foucault, da heterotopia, não do lugar, mas do outro lugar, ou seja, de um espaço que, por exemplo, para um assentado, não é o mesmo espaço para quem olha de fora. A minha questão não é exatamente uma questão, mas penso vocês poderiam trabalhar um pouco melhor esse tema da relação entre lugar e identidade. Obrigado.

Público

Bom dia a todos, vou tentar falar, se a gripe me permitir. Meu nome é Rita Laura, sou professora da Universidade Federal de São João Del Rey e, infelizmente, não pude vir para a abertura, porque a febre não me permitiu. Embora extremamente gripada, eu não poderia me calar diante da chamada para o Seminário. Fiz a minha graduação e mestrado aqui nesta Universidade, a Universidade de Brasília, no Instituto de Psicologia. Queria abordar um aspecto extremamente importante, que é a questão da educação. No meu caso, chama-se educação rural. Nasci em zona rural, no interior no Estado de Alagoas e, desde sempre, a educação rural faz parte da minha vida. Como graduada em Psicologia, eu já estudava, já fazia algumas pesquisas para projetos de extensão nessa área, e, no final dos anos



70, começo dos anos 80, tive de fazer escolhas, e a minha escolha foi pela escola rural, veiculada ao Sistema Oficial de Ensino.

No mestrado, fiquei desesperada porque eu nem tinha, sobre esse tema, quem me orientasse na Universidade! Senti-me extremamente só, até que um dia, uma professora, Sandra Francesa, que hoje está na Universidade Católica de Brasília, disse: “Vamos estudar esse tema juntas”. Tive um grande impacto com o resultado da minha pesquisa naquele momento, no ano de 1990, quando os professores das escolas rurais do Distrito Federal, uma área extremamente privilegiada, diziam que em nada, ou quase nada, a Psicologia, enquanto ciência, e o psicólogo escolar serviam à escola rural: eram 100% das minhas respostas. Senti-me impotente diante daquela sensação de total ignorância, e perguntei: “O que a Psicologia vai fazer?”

Eu não tinha com quem dialogar naquele momento, e fui buscar, junto à Antropologia, junto à Sociologia, à Filosofia, um respaldo. Era um pesquisa meio solitária, ainda mais para mim, que achava que tudo o que fala da terra tem de ser com um “causo”; eu adoro um “causo”; eu dizia: “Para quem eu vou contar o meu “causo?” De repente, “não mais que de repente”, nos anos 80, houve publicações sobre a educação rural. No final da década de 90 e começo de 2000, houve publicações do MST, o que me deixou extremamente feliz. E ainda quero continuar estudando as escolas, que são direitos dos cidadãos brasileiros que moram no campo e que devem ser oferecidas pelo poder público municipal.

Fui fazer o doutorado na PUC do Rio de Janeiro. Mais uma vez, fiquei mais um ano sem orientador. Orientar psicóloga que tem interesse por educação rural é meio complicado! Então eu vim, mesmo adoentada, para este Seminário, para dar os parabéns ao Conselho Federal de Psicologia. São mil quilômetros daqui a São João Del Rey, lá está próximo de 0º grau, viu, gente? É por isso que estou muito gripada. Trouxe duas alunas que ainda não acordaram, duas pesquisadoras. Vim com grande ansiedade para ouvir e dizer da minha alegria em saber que, finalmente, a Psicologia está se debruçando sobre esse tema. Lutei toda a minha vida para derrubar os muros das universi-



dades onde trabalhei como pesquisadora, como professora, aqui na UnB, na Universidade Católica de Brasília, hoje na UFSJ, para ir ao encontro desse homem do campo. Você fez uma pergunta: “Será que nós podemos entender, analisar o campo a partir do campo?!” Sim! Lá existe o ser humano, e lá existe a natureza! Então temos muito para fazer, e o que precisamos, talvez, é tirar a nossa vaidade de acadêmicos, porque o que escuto dos professores, é isso: “Eu não entendo nada do que vocês falam...” “Perdoem-me a franqueza, mas estou falando de uma zona central, de um dos Estados mais progressistas, mais ricos do País, que é Minas Gerais. Sei que estou falando muito, mas é um grande desabafo. Este desabafo faz 20 anos que está aqui dentro. Agora vou melhorar da gripe. Vou finalizar dizendo da minha ansiedade pelo tema de amanhã, dizendo que estou muito feliz. Parabéns, Conselho. Muito obrigada.

Bernadete Castro de Oliveira

Com relação à discussão da companheira do MST, com relação a esse trabalho que vem sendo desenvolvido dentro do movimento, e isso não é só no MST, acompanhamos muito bem, no movimento das mulheres camponesas, no movimento de pequenos agricultores, um rol de questões que estão postas no movimento e que têm, de certa maneira, contribuído para o próprio avanço: acho que essa questão de se pensar o campo a partir dele mesmo é no sentido de que existem, nas próprias relações que se dão nesses espaços, no próprio campo, ou entre as pessoas e a própria vida rural, espaços diferenciados. Então pode-se pensar o campo a partir de um conhecimento camponês, de uma cultura camponesa, e é isso, de certa maneira, que tem dado base para recuperarmos essa força de redefinição, hoje necessária para esses grupos de camponeses e para o próprio campesinato.

Penso também que, normalmente, discute-se o campo muitas vezes de fora, da cidade. De certa maneira, temos de pensar sobre o campo para ele mesmo, no sentido de que isso possa repor a ne-



cessidade de se pensar sobre a condição camponesa. Agora, nesse ponto de vista, esse processo não vai ocorrer isolado das relações com a cidade. Então acho que o contexto temos hoje não permite separar cidade e campo, porque são oposições de uma contradição que gerou frutos na história, na sua condição, na constituição do ser camponês. Há uma historicidade, um contexto social.

Com relação à questão da lei, vou abordar rapidamente por essa questão dos ribeirinhos e dessa ruptura que se estabelece. É muito interessante, porque é uma visão diferente, constituída por populações que vivem em uma relação íntima com a terra e outras que vivem em uma relação íntima com a terra e a água. Eu, recentemente, estava trabalhando com populações ribeirinhas na Amazônia: é um outro mundo, esse mundo das águas! É um outro mundo de relações, inclusive de tempo e de espaço. O espaço das águas é outra coisa, é de outro tempo. Então, realmente, esse afastamento, essa quebra propiciada pela remoção e o reassentamento dessas populações com certeza vão provocar uma ruptura que vai atingir frontalmente a questão da esperança, do sentido de ser, de buscar a necessidade de se redefinir, enquanto pessoa. É uma ruptura cultural profunda, inclusive.

Do professor Sérgio, que tem colocações muito precisas e importantes, vou pegar emprestada mais essa questão do progresso, que acho extremamente relevante e na qual muitos se baseiam, inclusive a própria Academia, os próprios políticos, os próprios programas, a própria política pública vem tratando disso, que é a apropriação dessa noção de progresso para fixar essa dicotomia entre o rural e o urbano. São noções que vêm de um ideário positivista mesmo, mais republicano, que, no Brasil, é bastante arraigada, mas eu diria que é um republicano que atualiza o arcaico, que atualiza a colônia e não dissolve os vínculos que essa colônia estabelece, inclusive de poder e de mando. Este local, esta cidade em que nos encontramos, em determinados momentos, até me fazem pensar que o Congresso, muitas vezes, parece um grande ambiente que reproduz a nossa casa grande, e as senzalas estão por aí também. Então vejam: essa



noção de progresso é uma noção que realmente cria uma dicotomia entre o arcaico e o moderno, para colocar, na verdade, pares em oposição, para nos fazer pontuar o que está dentro e o que está fora. Acho que essa noção de dentro e de fora é justamente aquilo que se coloca, aquilo que se inclui e aquilo que se exclui. Então, essa idéia de se redefinir determinadas áreas, como “fora”, como excluídas, parte exatamente dessa noção de uma nova modernidade, passa por uma construção mesmo dessa visão. É a construção de uma visão que faz com que se pensem tudo o que vem do campo, das áreas rurais, como algo em extinção, como algo que está de passagem, e isso, de certa maneira, é prejudicial. Os movimentos não conseguem avançar e não conseguem se fazer, exatamente porque existe esse empecilho. Sobre modernidade, não vamos nos alongar aqui, mas o que é modernidade hoje? O que é ser moderno? Será que somos tão modernos assim? Principalmente em relação a nós, brasileiros, com um passado colonial de mais de trezentos anos, muitas vezes, fico na dúvida: acho que, estamos mais perto do ponto de vista dos valores coloniais do que dos modernos. E acho que essa modernidade realmente é uma contemporaneidade das tradições, mesmo. Obrigada.

Lindon Fonseca Matias

São bastantes questões, então vou tentar sintetizar aqui rapidamente meu ponto de vista, tentando juntar as três questões na seguinte perspectiva: temos de verificar quem anda pesquisando sobre o campo e a cidade no Brasil e no mundo. Acho que isso nos leva a entender esse tema, ou seja: o conhecimento que temos, como é sabidos, sobre várias questões, mormente sobre essa dimensão, foi produzido, em um determinado momento, por alguns pensadores, por alguns pesquisadores, nas diversas áreas que nos levaram a pensar sobre essa realidade. Então, em grande parte, o que pensamos que seja o campo ou a cidade hoje está mediatizado por esses saberes que nos foram passados, e, em grande parte, sabemos que esse saber acadêmico, em grande monta, nunca foi produzido



efetivamente por aqueles cidadãos que vivem mesmo na cidade ou no campo, mas foi produzido no âmbito de uma Academia, ou por grandes pensadores, e reproduziram o que eles pensavam sobre o campo e sobre a cidade. Não por acaso hoje a ciência se volta para os sujeitos, fundamentalmente. Quem melhor do que os camponeses, os quilombolas para falar de suas realidades, para construir um conhecimento sobre a sua realidade? Então acho que a noção de identidade é fundamental, não só para formular a própria noção de identidade, quer dizer, o que venha a ser essa identidade, essas características, mas para, a partir disso, formular um conhecimento sobre o campo e sobre a cidade que traduza efetivamente essas questões e essa diversidade de ponto de vista. Para nós, da Geografia, essa discussão campo-cidade já é bastante efetiva, já vem de longa data. Não chegamos a ponto nenhum, na verdade, porque há correntes que afirmam que hoje a sociedade é urbana, e que a questão do camponês está presente, ou seja: a tendência vem lá de alguns teóricos, inclusive marxistas, que pregavam que o final do campo seria isso mesmo, seria a proletarianização, etc, etc... Outras correntes vêm no sentido contrário e geram uma série de posicionamentos a respeito do tema. Acho fundamentalmente o seguinte: se há alguma pouca coisas que efetivamente aprendemos nos últimos anos, dada essa crise pós-modernidade, foi atentarmos para os sujeitos, atentarmos para as pessoas comuns, e aqui não vai nenhum desmerecimento para os comuns, mas um grande desmerecimento para os intelectuais, no sentido de não proporem discussão.

Será que somente os intelectuais, os grandes pensadores, têm a condição de produzir conhecimento e de dizer, efetivamente, o que é campo e o que é cidade, o que é rural e o que é urbano? Será que orientei - é bom que se diga - alguns trabalhos lá no Paraná sobre algumas etnias que trabalham no campo, na pequena propriedade rural, tenha maior conhecimento sobre esse tema do que aqueles sujeitos que fui entrevistar? Do que fui falar? Será que não é o contrário? Será que não são eles que têm o conhecimento de fato sobre a sua realidade existencial e sobre a produção



dessas relações no lugar? Acho que devemos começar a apontar essas questões, pois elas vão nos levar a rever o que sabemos sobre campo e cidade, sobre o que sabemos dos modos de vida nessas localidades. Acho que, para nós, da Geografia, essa redescoberta do lugar é fundamental, porque nos revela o dia-a-dia, o cotidiano, as pessoas, efetivamente não, simplesmente, grandes conceitos e grandes paradigmas que, embora importantíssimos do ponto de vista do entendimento, não se consolidam na prática efetiva. Penso que o cidadão concreto, real, o seu João, o seu Zé, a Dona Maria é que são efetivamente esses sujeitos que precisam ser pesquisados e concretamente entendidos.

Marcus Vinícius de Oliveira

Bem, são grandes os desafios. Eu gostaria, antes de encerrar a Mesa, de deixar registradas duas ou três idéias que talvez possam apontar pistas para reflexão. Uma delas é a relação do modo de operação psíquico com a questão das incertezas e instabilidades, pois parece que esse é um dado que poderíamos utilizar a partir da Psicologia para pensar essa presença do homem no mundo, na medida em que podemos pensar a cultura como a tentativa de lidar com as sociedades que são produzidas pelo caráter incerto do futuro. Isso está lá no sociólogo, no psicanalista inglês Hélio Jax, que elaborou essa idéia das instituições da cultura como respostas no mundo para uma certa ansiedade que o ser humano tem diante do incerto. Parece-me que, em diversos momentos, trabalhar com essa categoria da instabilidade talvez possa ser útil para percebermos essas produções. Ouvindo vocês, evoquei essas idéias do estável e do instável até para pensar sobre o campo. Normalmente o campo é visto como o lugar tradicional, dos valores tradicionais e, efetivamente, quando a colega fala de um campo em movimento, de um camponês em movimento, acho que isso traz uma forma nova de expressão dessas identidades. Parece-me também que poderíamos evocar aqui o George Zimeo, quando, no livro *A vida mental nas*



metrópoles, fala dos defeitos, dessa aceleração moderna, que obriga o sujeito a lidar com ela e aborda os tipos de efeito que ela produz. Mais uma vez falando de instável, uma questão interessante: ele fala do homem multiplex, e que já aqui se falou de identidade, Zizek afirma que o homem multiplex não é uma identidade, mas uma mudança que ocorre a cada hora do dia, a cada instituição, a cada presença. A cada situação, é acionada em nós uma nova dimensão de identidade, como um recurso de reproduzir respostas a cada apelo, exigência, constrangimento que a vida faz. Talvez essas sejam algumas idéias surgidas que já podem indicar que talvez, a partir dos temas que a Psicologia e a psicanálise vêm desenvolvendo, tragam novos pontos de diálogo que podem ser atualizados nessa oportunidade que temos de ouvir.



Painel Subjetividade constituída nas relações com a terra



Joênia Carvalho

Povo wapixana

Em primeiro lugar, boa tarde a todos e a todas. Sou wapixana, do Estado de Roraima. Para quem não conhece Roraima, é a fronteira com a Venezuela e com a Guiana, faz parte da Amazônia brasileira, é um Estado que tem uma população de 350 mil habitantes. Nós, indígenas, estimamos que cerca de 60 mil pessoas habitam em terras indígenas. Estava até comentando que, há alguns anos, uns 100 anos atrás, os macuxi e os wapixanas guerreavam muito, tudo cultural, e hoje tivemos que nos unir e esquecer, digamos assim, as rivalidades entre povos, porque estávamos perdendo as terras. Roraima, nos últimos anos, tem sido manchete de jornais, não sei se vocês têm acompanhado a situação de conflito em relação à disputa de terras indígenas, que é um tema que vocês estão tratando hoje neste congresso. A terra não é simplesmente um local de moradia; ela representa toda a questão da vida, da cultura, do meio ambiente, toda uma forma de crença. Por exemplo, nós vimos aqui a cerimônia maruai. Tanto o povo macuxi como o povo wapixana continuam crendo, diferenciando-se um pouquinho das pessoas que vivem no mundo urbano, que talvez não compreendam a importância desse ritual. Durante muitos anos, esses rituais foram colonizados de forma muito violenta, principalmente ali, que foi a última fronteira a ser colonizada, com algumas terras indígenas dos wapixana tendo sido demarcadas em forma de ilha, quando foram deixados seus rios, quando foram deixadas suas matas fora das áreas demarcadas. Foi com essa experiência negativa que os povos indígenas de Roraima tiveram consciência do seu direito e passaram a reivindicar melhorias. Exemplo disso é a última conquista das maiores terras, digamos assim. Não falo em tamanho, falo sobre a importância de consolidação, que foi a homologação da terra indígena Raposa Terra do Sol. Essa minha experiência como indígena, como advogada e como mulher, principalmente, creio que também essa condição de trabalhar no movimento social, de ter a palavra, ser interlocutora de



vários povos que não tiveram oportunidade de ir para uma faculdade, trago para defender os direitos dos indígenas. Não tem sido nada fácil, principalmente porque as interpretações, as discriminações, o preconceito, a intolerância, aqui no Brasil mesmo, são muito grandes. Enfrentamos isso no dia-a-dia, por exemplo, em relação à atuação, até mesmo às diferenças culturais e à própria negação da identidade. Para vocês terem uma idéia, durante muitos anos, para se conquistar a terra, e até hoje mesmo, havia um discurso de que em Roraima não havia índios. Sabem por quê? Porque, com essa afirmação, não se tem consciência do que seja a identidade indígena. Ela não vem apenas marcada com aquela imagem exótica do selvagem, pintado, com cocar e umas peninhas, mas os indígenas hoje, como em outras culturas, passam por uma fase de mudança. Os indígenas de hoje são diferentes dos indígenas de 100 anos atrás. Hoje nós temos profissionais indígenas, como eu, que se utilizam de celular, *laptop*, organizam-se em associações indígenas, trabalham em ONGs... Essas são ferramentas para a própria defesa a comunidade, defesa do direito e defesa também de uma coletividade. Não significa perda de cultura, não significa perda da identidade, mas são instrumentos de fortalecimento da identidade, da cultura, dos direitos e, principalmente, do direito à terra, que é o ponto central de todos esses direitos. A minha experiência como advogada tem sido dura, porque encontramos várias barreiras no Judiciário. Existe ainda muita interpretação diversa do que é esse Direito territorial, principalmente lá no Estado de Roraima. Há pessoas aqui que sabem que é muito difícil, quando é negada a origem do próprio indígena, mas também são negados os direitos territoriais, quando se trata, então, de faixa de fronteira. Uma organização bastante forte, como o Conselho Indígena de Roraima, já conseguiu se mobilizar em articulações nacionais e no apoio da comunidade internacional, e, muitas vezes, isso é visto como uma ameaça à própria soberania nacional. Então, enfrentamos tudo isso também em nível de Judiciário, em nível de defesa judicial. Estou falando um pouquinho como militante, também porque é muito difícil. Os advogados indígenas,



no Brasil, são muito poucos. Temos, em média, 20 advogados em todo o Brasil, e poucos têm a oportunidade de atuar em suas áreas. Temos contado muito com a articulação de vários profissionais na defesa da questão da terra. Hoje sabemos que, para se demarcar uma terra indígena, é preciso uma série de profissionais que possam analisar a necessidade de habitação. Por exemplo, para se identificar uma terra, compõe-se um grupo de identificação, com antropólogos, biólogos, sociólogos, economistas, juristas... então nós precisamos dessa megacompreensão de que essa terra indígena não é só e simplesmente, como eu disse no início, o local onde a casa se encontra, mas todo um entendimento com a natureza em relação às crenças, em relação à cultura... e acho muito importante que vocês tenham escolhido um tema tão importante como esse, a questão da terra, porque estou vindo agora de um seminário que discutia a questão ambiental na Amazônia e tivemos lá uns dados bastante impressionantes, quando se fala na questão da sobrevivência dos próprios recursos naturais hoje existentes. Todo mundo está de olho na Amazônia, e todo mundo acha que é só responsabilidade do Brasil, mas temos de pensar em uma visão bem mais ampla, que é a questão da responsabilidade compartilhada. Isso também tem de ser aqui dentro do Brasil, do próprio País, entre as profissões. A terra indígena não é propriedade, até o momento, dos povos indígenas, como era há 1500 anos, quando se iniciou a colonização do Brasil. Os indígenas eram os verdadeiros donos da terra, 7 milhões de indígenas, dados dos historiadores. Naquela época, existiam 7 milhões de indígenas, e hoje, de 7 milhões, são apenas 400 mil; eram 1000 povos de diferentes culturas, hoje apenas 220; as línguas, que eram em torno de quase 1000, também hoje são só 180 línguas. A terra, com a colonização, com as invasões, foi perdida. Acho que vocês estão agindo bem, porque dão esse entendimento de responsabilidade compartilhada também para a questão da defesa das terras indígenas. A terra dá uma expectativa maior para que as crianças e a futura geração possam conhecer ainda essa cultura toda.

Hoje o movimento indígena tem as suas prioridades, mas em



relação à regulação das terras. Temos uma legislação muito bonita, que é a Constituição Federal, que regula o reconhecimento das terras indígenas. A Constituição de 1988 deu um salto bastante significativo em relação à legislação anterior, porque reconheceu, como um dos direitos, o que sempre tenho defendido, a questão do direito originário, que é de, justamente, reconhecer o indígena como senhor e verdadeiro dono da terra. Ela reconheceu a inalienabilidade, a indisponibilidade, a imprescritibilidade das terras indígenas; ela reconheceu que terras tradicionais indígenas têm de ser identificadas conforme as necessidades das próprias comunidades indígenas, de sua necessidade ambiental, sociocultural, econômica, e, por isso, deu um salto em termos de legislação. Regulamentando essa Constituição, temos um decreto, que é o Decreto nº 1775, de 1996, que está em vigência até hoje. Uma série de terras indígenas ainda estão para serem regularizadas, e regularizar essas terras não significa, simplesmente, assinar decreto de homologação e registrar, mas também deixá-las livre de pilhagens, de invasões, de distúrbios. A Raposa Serra do Sol, que foi um caso bastante emblemático aqui no Brasil, iniciou, para vocês terem uma idéia, seu processo de regularização em 1977, e somente em 2005 foram concluídos os atos administrativos. Mas a situação não está boa ainda, ainda não acabou a da Raposa Terra do Sol. O que nós estamos vivenciando hoje é uma verdadeira, digamos, disputa, ainda, porque as pessoas que estavam dentro da Raposa Serra do Sol não querem sair. As que querem sair são incentivadas a não deixarem a terra, com uma expectativa de reversão ainda desse reconhecimento. Estamos passando por essa fase hoje. A Funai, depois de um ano de decreto, ainda não terminou totalmente o levantamento das benfeitorias, e pessoas que causaram danos ambientais e sociais ainda permanecem causando os mesmos danos, e a situação ainda será protelada por alguns tempo. Tememos por novas reações violentas contra as comunidades, como ocorreu no último ano, quando os povos da Aldeia Raposa da Terra do Sol resolveram comemorar um ano de reconhecimento de suas terras e grupos de pessoas economicamente fortes no Estado de Roraima se



organizaram e queimaram uma escola indígena, a única escola que foi fruto da iniciativa dos próprios alunos, por um ato de covardia, para amedrontar e até mesmo para provocar uma reação. Foram de madrugada e botaram fogo na escola. Hoje estamos recuperando essa escola, os alunos foram bastante fortes em resistir. Essa escola foi destruída, eles queimaram um prédio e toda uma estrutura, mas não conseguiram apagar a garra que os indígenas têm e a resistência que vão continuar a ter.

Então, nossa prioridade hoje, no Brasil, no movimento indígena, é concluir o reconhecimento dessas terras, regularizar essa situação, mas também ter medidas efetivas para que essa proteção às comunidades indígenas tenha efeitos, e não meros discursos. Queremos ações. A nossa expectativa é a de que haja, por parte do governo, por parte da sociedade não indígena também, apoio em relação à garantia da sustentabilidade nas terras indígenas, à questão da desenvolvimento sustentável, à questão do incentivo à conservação da biodiversidade. Como disse antes viemos da Amazônia; lá, a percentagem de terras indígenas em relação à biodiversidade é de 69%; então, as terras indígenas estão mais bem conservadas até mesmo do que qualquer unidade de conservação, isso apesar de não termos medidas eficientes que fiscalizem, que protejam e que, realmente, dêem proteção adequada todos os dias aos indígenas que estão ali, naquelas terras, defendendo, com unhas e dentes, os seus bens. Talvez vocês, ou outras pessoas, também não tenham esse entendimento da grande importância que têm as terras indígenas. E contamos com o apoio de vocês, para que possam levar essa mensagem, talvez futuramente, como profissionais, talvez desenvolverem projetos, programas que realmente combatam a discriminação, a intolerância e qualquer mal-entendo. Obrigada.



Deuselina Francisco Souza

Povo calunga

Boa tarde a todos e a todas. Sou Deuselina, representante da maior comunidade de quilombos do Brasil. Fui convidada para falar um pouquinho da história dos quilombos em relação à terra, como os calungas se sentem vivendo hoje com o restante de terra destinada a eles, ou seja nenhuma, com as terras griladas e sendo ameaçados pelos fazendeiros. Os calungas, ou os quilombos, há uns 50 anos, viviam em grupos, quase iguais a índios. Viviam em comunidades, plantavam juntos, cresciam juntos, criavam juntos, tudo deles era coletivo, mas chegou um tempo em que o reconhecimento das suas terras foi chegando ao conhecimentos dos fazendeiros, e, com a ambição, foram sendo griladas. Hoje eles vivem sem terra, separados, humilhados, praticamente sem ter lugar onde plantar, e ainda digo o seguinte: humilhados ainda mais pelo governo, mesmo. Além de não terem as próprias terras para plantar, ainda servem de alvo de propaganda, quando são feitas propagandas dos quilombos que mentem ao dizer que os quilombos têm tudo, principalmente o dos calungas. Dizem que têm terra, que as terras já foram dadas para eles e que já receberam muito benefícios. Não é verdade. Então, eles estão servindo de alvo de ganho para várias ONGs e para o governo. Os calungas, hoje, recebem um pequeno benefício do governo: bolsa-escola, renda cidadã... acredito que muitos conhecem isso que os quilombos recebem, não só os calungas, mas os quilombos de todo o Brasil. Esse benefício é bom?

É, sim, para os calungas, que não têm terras para trabalhar, que vivem na miséria com essa pequena quantidade. É difícil para eles vir à cidade para receber essa pequena quantia. Eles sofrem para chegar à cidade, para receber essa migalha e para voltar com ela, e perdem, às vezes, uma pequena roça que têm e da qual não podem cuidar, porque têm de buscar esse pouquinho. Eles precisam dessa ajuda, e, como já chegou a eles, se não têm outra, têm de correr atrás do pouco que têm. A vida no quilombo era muito boa, acredito que sim,



porque nasci no quilombo, cresci e só fui para a cidade, ser alfabetizada, com 13 anos.

Não é bem isso que fui convidada para dizer aqui, mas eu queria que o governo visse para os quilombos de outro jeito. Primeiro, que respeitasse, porque as promessas que são feitas para os quilombos, principalmente para os calungas, são uma falta de respeito, porque as pessoas vão, fazem promessas e depois não cumprem. Então, deixam todos frustrados, na expectativa do que possa acontecer, esperando as promessas mentirosas que chegam para todos os quilombos. Eu digo pelos calunga, que é onde eu vivo, de quem sou representante. Fomos criando as associações dentro do quilombo, que é um dos maiores quilombos do Brasil, para ver se podíamos organizar e correr atrás dos direitos, porque hoje já vemos que alguns direitos não são respeitados, não são dados realmente para nós, mas estamos tentando correr atrás e realmente conhecer qual é nosso direito.

Há três anos, o presidente Lula esteve em nossa comunidade, e, com ele, vários deputados, senadores, governador, fazendo mil e uma promessas, muitas promessas que deixaram os calungas lá assim, vibrando, dizendo: “Agora vai acontecer, agora vocês vão ter suas terras, vão ter casa, vão ter moradia, vão ter tudo!” E o tempo passou, passou, e já sabemos que não aconteceu e nem vai acontecer. Não sei, a não ser que Deus mude tudo. Os calungas estão lá, com a cara para cima, só com as promessas.

O maior desafio dos calungas é a terra, porque eles não têm mesmo onde plantar, onde ficar, onde morar, vivem mendigando aos fazendeiros que lhes grilaram as terras. Continua do mesmo jeito a questão fundiária dentro do quilombo, ainda não avançou um centímetro. Tomaram nossa terra, dentro de um quarto fechado, com fazendeiros ao redor. Essa visita do presidente Lula aumentou as expectativas dos calungas e incentivou os fazendeiros, que estavam um pouco quietos, sem tratar muito, sem fazer muita coisa, a se voltarem para as terras, a pescar, garimpar, carregar os minerais, os minérios que existem lá dentro, porque sabemos que o quilombo é rico em minérios, mas não temos condições de tirá-los. Essa visita ó



fez com que os fazendeiros usassem mais os benefícios que existem lá dentro, carregassem as madeiras, os minérios, os peixes e tudo que lá dentro é produzido, que nós, calungas, não temos condições de usar, até porque hoje não podemos mexer nas terras que dizem que não são nossas. Será que a documentação não é verdadeira? Porque é herança de quem vivia lá há séculos, mas não podemos fazer nada, temos de ficar lá humilhados e ver o que Deus nos prepara. Então eu gostaria, com essa oportunidade que tivemos de vir aqui, de falar um pouquinho da nossa dificuldade, de como era antes e de que queríamos viver como antes. Eu não quero viver na miséria que tínhamos antes, lógico, não sei se vou ofender, mas o que sinto é que talvez a Universidade queira que os calungas fiquem como eram antes, que não mudem, que não se transformem, que vivam lá daquele jeito que eram antes, para serem de alvo de pesquisa da Antropologia, da falas de jornalismo, porque toda semana chega ônibus com muitos formandos, para fazer pesquisa dentro dos calungas, e não admitem que hoje os calungas estejam da forma que estão. Gente, eles saem, até porque a vida ensinou a eles a saírem lá de dentro. Eles tiveram de sair para viver fora, para estudar, os pais foram vendo as coisas diferentes, foram levando... porque o lugar onde tem mais analfabeto no Estado do Goiás é nos calungas, mas eles estão conscientes disso e estão saindo para procurar melhorias. Mas os estudantes, principalmente os da UnB, não querem que os calungas se transformem, querem que os calungas fiquem daquele jeito que eram há dois séculos, para que eles façam os estudos deles sobre aquilo que eles ficaram sabendo há muitos anos atrás, e não é isso. Os calungas se civilizaram, não digo assim, que tenham curso superior, mas de têm conhecimento, existe televisão em praticamente toda a comunidade... as escolas ainda são escolas pobres, de palha, mas já têm energia solar, já têm televisão, os alunos já têm a oportunidade de ter acesso à *internet*, de trabalhar com computador, já foram à cidade, já estão estudando, já têm curso técnico, já têm até alguns formados, como nós. Temos uma bióloga, temos duas com curso de turismo, que são de lá de dentro do calunga, e já temos outros que estão se formando em Direito. Temos pesso-



as que já têm conhecimento e que sempre levam para a comunidade o conhecimento, não saem, estão ali sempre. Então eu penso que as pessoas têm de respeitar mais um pouquinho e perguntar como era antes na comunidade, não quererem que fiquemos lá, desse jeito, só para servir de alvo de estudos. O que é isso? Acho isso uma falta de respeito! Então a gente está vivendo lá, sendo humilhado, discriminado e sem ter aquilo que nos é de direito, que a comunidade mais quer, o que os calungas mais desejam, o maior desafio da associação dentro dos quilombos que é a regularização fundiária. Desculpem, viu, gente? É que fico um pouco nervosa e fico, um pouco chateada. Às vezes eu fico assim, chateada, quando chegam alguns estudantes e começam a fazer várias perguntas para pessoas menos esclarecidas: eles ficam perdidos, sem saber o que responder. Eu até estive conversando com várias pessoas, de vários departamentos da UnB, e disse: nós podíamos criar uma extensão da UnB aqui dentro do calunga, porque serviria para vocês estudarem e para nós também, porque não temos condição de estudar fora, e se tivesse uma extensão para nós, aqui, seria de grande utilidade, porque iríamos crescer, iríamos estudar, ia ter oportunidade de ter mais conhecimento. E a UnB teria um lugar onde poderia vir com os estudantes para fazer as suas pesquisas. Até já fizemos algumas reuniões aqui em Brasília, na UnB, para fazer uma extensão, um curso técnico em turismo e outros cursos, que os calungas acham viáveis, porque sabemos que os turistas vêm, porque o Calunga é muito bonito, é um lugar maravilhoso, com cachoeiras maravilhosas, é um ponto turístico. Então precisávamos estar preparados para receber, para ter conhecimento e não deixarem destruir, porque é um lugar muito preservado até o momento, sem nenhuma destruição. Os calungas sabem trabalhar no tempo certo, mesmo agora, que está ficando diferente, com essa visita do presidente, já que os fazendeiros ficaram assim, alvoroçados, querendo receber. Estamos com medo de acabarem com aquilo que temos de melhor, e mesmo com a cultura, com o que nós temos. Os calungas não sabem deprender o meio ambiente, eles sabem plantar na época certa e reflorestar na época certa. Dentro do Calunga, não tem desmate, tudo é natural,



eles sabem plantar... podem ir às plantações deles! Não há nenhum desmate, não há nenhuma degradação à natureza.

Eu agradeço pela oportunidade que eu tive aqui, à Magda, de falar um pouquinho. Sou um pouquinho nervosa, e agradeço por essa oportunidade de falar um pouco e pedir para que os governantes façam mais uma forcinha, quem tem condições, quem pode. As promessas que foram feitas, eu sei que era um ano eleitoral, mas aquilo que foi prometido há dois anos, que se pudessem, pelo menos, contribuir com a metade, eu sei que existe condição para isso. E nós, quilombos, temos direito. O Lula disse que o “Quilombo Calunga era o piloto, que lá ia ser feito”. Se para o Calunga não saiu, nos outros então é que nunca vai sair nada. Queríamos que fosse feito pelo menos um pouco. Ainda existe tempo: se puderem nos ajudar, pelo menos regularizando algumas áreas dos calungas... porque há pessoas lá que estão assim, hoje, sem poder fazer nada, por causa da terra. Eu gostaria que, se fosse possível, este apelo fosse passado para algum órgão que fez promessa, ou que tenha interesse, que nos ajudasse nessa questão da regularização. Estamos com o escritório em Cavalcante praticamente fechado, e abrimos aquele escritório com muita dificuldade. Já estávamos perdendo até a esperança, e não queríamos perder essa esperança. Muito obrigada.



Rosa Silva

Movimento dos sem Terra - MST

Em primeiro lugar, boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer pelo convite que me foi feito para participar deste Seminário de grande importância. Pediram para eu falar da minha experiência de vida. Confesso que vai ser um tanto difícil falar da minha própria vida, mas vou tentar. Meu nome é Rosa, tenho 32 anos, nasci no norte de Minas, e em Minas fiquei até a minha adolescência. Naquele período, os meus pais trabalhavam já nas roças, na condição de meeiros. Meu pai era sindicalista, convivia com as sedes, e o nosso patrão era prefeito da cidade. Aí vocês já começam a perceber o conflito entre as duas partes. Todos os anos, começávamos a plantar, e era um espaço de terra menos fértil, como uma forma de o patrão, sutilmente, dizer: “Vão embora, vão procurar outro local.” E foi isso que terminou acontecendo, em 1986. Já naquele período, meu pai ajudava a organizar famílias para fazerem ocupação de terras, via sindicato, e nós achamos que podíamos ter a chance de ter a nossa terra já naquele período, mas foi bem diferente: começamos aí o nosso processo de migração. Fomos para o Paraná e lá ficamos pelo menos por um ano, também trabalhando como meeiros. Depois de sair da terra natal, parece que não havia lugar mais que nos coubesse. Então começamos o processo de mudança, mudanças a cada sete meses. A cada ano, estávamos em um local diferente.

Então comecei a trabalhar bastante cedo, já registrada. Comecei a trabalhar aos 14 anos. Estudei até a quarta série, porque, lá em Minas, o local onde eu morava ficava longe da cidade, e naquele período, não existia o acesso que se tem hoje, de transportes, para as pessoas continuarem os estudos na cidade. Mais tarde, voltei para fazer o Supletivo e concluir o primeiro grau. Comecei a trabalhar em fazenda, em uma refinaria de pinos. Talvez todos conheçam: naquela extração, é um trabalho assim, superdifícil, superpuxado. Comecei a trabalhar ali já na condição de assalariada rural. Meus pais, que até então eram meeiros, começaram a receber um salário para trabalhar



nas terras de alguém. Trabalhamos em vários lugares, depois trabalhamos também em fazendas, trabalhei bastante, dois anos com laranja, e, no final da história de camponeses, nós nos vimos obrigados a mudar para a cidade, em 1994. Fomos morar em Sorocaba. Nós não fomos morar em bairros nobres, fomos morar na periferia, que é onde cabem as pessoas pobres. Cada um de nós teve de aprender a se virar de alguma forma. Estávamos em um período em que, naquela cidade, ainda existia facilidade para se conseguir trabalho, para se conseguir emprego, então alguns foram trabalhar em fábricas de roupa, refrigerantes, outros trabalhavam como pedreiros... e eu fui trabalhar como doméstica.

Trabalhei em uma mansão em torno de quase dois anos, e, nesse período, não conseguimos nos habituar ao ritmo da cidade, àquela correria. Não conseguimos nos acostumar com um fator que, para nós, onde morávamos, nos incomodava bastante, que era a questão da violência. Quase todos os dias, alguém era assassinado, não se tinha liberdade de ir e vir com tranquilidade... esse também foi um fator, além da vontade de retornar para o campo, bastante forte. Em um certo momento, tivemos contato com o MST, através de trabalhos que são feitos nas cidades, para conversar com as famílias, contar como é que se organiza em acampamento, e partimos para essa luta, para conseguir um pedaço de terra. Meu pai se empolgou, porque, na verdade, era o sonho dele. Nós, filhos, éramos todos ainda mais jovens, e batemos o pé e não topamos essa parada, não fomos acampar. É toda uma resistência, um medo que temos dos conflitos. Em 1996, tivemos essa oportunidade de novo.

Quando tivemos esse novo contato com o MST, eles tinham uma ocupação na região onde nós morávamos. Meu pai falou: “Vocês vão. Se vocês não forem, eu estou indo.” E decidiu. Então foi assim que fomos fazer a nossa luta pela terra. A partir daí, várias coisas foram mudando. Acho que uma coisa que muda bastante é que, quando você vai acampar, você logo detecta que não tem mais patrão. E só o fato de você não ter mais patrão faz você perceber, através daquela organização, os conflitos que se vai tendo, você vai perce-



bendo quem são os inimigos, as leis que emperram, as instituições que atrasam todo o processo, os latifundiários da região, as pessoas conservadoras. Você acaba percebendo isso com as outras famílias que têm aquele mesmo ideal, aquele mesmo sonho, aí você se torna forte, começa a andar de cabeça erguida e não tem mais medo de fazer esse enfrentamento. Se antes eu tinha, se até de policial eu tinha receio, hoje eu não tenho mais, porque sei que há pessoas que têm uma forma de organização, que há formas de você negociar, então você tem um meio diferente. Isso vai despertando em você outros sentimentos, a forma de organização, as lutas que se constituem, os setores. Antes de ir para o acampamento, você tem uma visão do movimento, mas pela mídia. Pelo que a televisão coloca, em grande parte de forma manipulada, você tem esse contato, mas ali se percebe que há uma grande organização ali dentro, que faz essa luta no dia-a-dia, com as suas dificuldades, o frio que faz na lona preta, quando é inverno; o calor que faz, quando é verão; o vento que rasga a lona, as dificuldades de alimentação... mas essa organização, as pessoas estarem ali, aglutinadas nesse mesmo espaço, vai dando suporte para se ir em direção a esse sonho, a esse objetivo, vai criando em nós esse jeito de organizar, esse novo meio, vai dando um meio de se ir criando novos valores. Eu tenho de ser solidário, preciso somar junto ao meu companheiro. Tenho de ter unidade, porque, se não tiver unidade, não vamos conseguir avançar no nosso objetivo. Aí você acaba percebendo que está fazendo a luta pela terra, mas outras pessoas também estão. As terra contribui para isso. Vou pegar um exemplo simples: alimentação. Enquanto você está acampado, precisa de alguém que doe alimentos, porque você ainda não tem a terra para plantar, para trabalhar. Então essas pessoas fazem parte da sua luta, porque contribuem dessa forma.

Então tivemos um processo de luta, e até conquistarmos nossa terra, foram dois anos, dois anos entre despejos. Oito vezes tivemos de ocupar ou fazendas ou beira de pista, até que, em 1998, fizemos uma ocupação nessa fazenda onde hoje está o assentamento em que moro. Com essa possibilidade de retornar para a terra, isso nos



permitiu enxergar o mundo sob novos valores. Fomos percebendo também que lá não existe mais o fator violência: posso dormir sem preocupação, sem uma tranca na minha porta. No centro das cidades, cada vez vão aumentando mais os muros, as pessoas vão começando a ter medo umas das outras, e lá não tem esse fator violência. E também você percebe que os seus filhos vão ter mais espaço para poder correr, brincar, poder crescer com uma certa liberdade. Uma área que era de quatro fazendeiros quando fizemos a ocupação, com apenas branqueária e uma plantação de melancia, hoje tem 47 famílias assentadas, e, se for contar em pessoas, tem quase 300 pessoas. Essa prática foi possibilitando que as outras pessoas percebessem que, individualmente, elas não conseguiriam avançar, então hoje foi-se criando um novo jeito de se organizar a produção, partindo-se dessa experiência coletiva. Fazemos um trabalho também em uma área que tem muita reserva, tem quase 30% de reserva, mas, apesar disso, aprendemos esses novos valores, essa nova relação com a natureza; estamos fazendo um trabalho inicial de reflorestamento, com viveiros de mudas, tentando reflorestar uma área social que existe no assentamento e também com a intenção de fazer reflorestamento de represas, de minas que lá existem, com esse desafio de reconhecer que essa terra é mãe, que precisamos ter cuidado com ela. Também estamos participando de um trabalho sobre plantação do orgânica. Já há quatro meses que estamos fazendo um curso; também faço parte desse curso, com aulas teóricas e práticas. Estudamos o solo, estudamos a sementeira, estudamos o plantio, estudamos os cuidados e, ao mesmo tempo, em uma área, fazemos essa experiência na prática, para começamos a produzir de um jeito diferente, que vai levar em conta esse respeito pela terra, já que a terra é vida. No aspecto cultural também temos um trabalho bastante interessante. Esse trabalho cultural, teve bastante participação da companheira Magda. Estamos trabalhando com um grupo teatral que vai se apresentar, logo mais à noite, às 7h. Esse grupo teatral surgiu com a necessidade de organizar a juventude, aglutinar a juventude. Era só esse o intuito, praticamente porque as moradias são organizadas de forma individu-



al, e só algumas são bastante aproximadas, partindo dessa idéia de aglutinar a juventude. Então, constituímos um grupo de teatro que hoje tem um papel fundamental como instrumento de luta, que tem a oportunidade de, através das duas peças que têm montadas, falar dessa luta pela terra, das suas conseqüências. Estão bem trabalhadas e, através do teatro, conseguimos debater essas questões com pessoas vindas de universidades, igrejas, sindicatos, escolas, com as pessoas do movimento em si. E também existe a Folia de Santos Reis, da qual também faço parte, que surgiu porque nossos pais conheciam a Folia de Reis, mas nós já não conhecíamos mais, porque essa cultura ficou massacrada, lá para trás. Então nossos pais entoavam para nós, a partir de um trabalho que houve no assentamento, com aulas de violão, e queremos transformar as aulas de violão num trabalho coletivo, num trabalho mais consistente. Então resolvemos montar esse grupo de Folia de Santos Reis, há dois anos. Vamos a todas as casas dos assentados, vamos também às casas dos bairros vizinhos, com a intenção de divulgar que estamos fazendo um campo cultural. Depois fazemos uma grande festa, no dia 6 de janeiro, como tradição da Folia de Santos Reis.

Há também um trabalho, do qual faço parte internamente no assentamento, que é um trabalho com a juventude: percebemos que, para os pais, muitas vezes, semear um pé de milho e vê-lo crescer de repente já é uma realização, mas, para os jovens, não. Os jovens têm outras necessidades, então estamos fazendo um trabalho com os jovens, em que conseguimos organizar a juventude em equipes. Então, há equipes de vídeo, que passam filmes para a juventude, também como forma de aglutinar esses jovens, há equipes que trabalham com esportes, que trabalham bastante no campo das reivindicações, vão atrás de quadras, campo de futebol, dessa parte mais recreativa; há uma equipe que organiza festas mensalmente nos assentamentos, também como uma forma de distração, e há também a equipe da biblioteca, que foi inaugurada já há bastante tempo no assentamento. Nessa biblioteca, inicialmente, tínhamos um trabalho voltado para as crianças e jovens, porque é muito difícil, em um país que não



incentiva a leitura, se despertar, em um adulto, o gosto pela leitura, de uma hora para outra. Então já trabalhamos bastante com as crianças e os jovens. Trabalhamos inicialmente contando histórias para as crianças através dos livros, e estamos agora reiniciando o trabalho de contar histórias, mas de uma forma narrativa, com a intenção também de registrar a nossa memória, a história que os acampados vivenciaram, desde o acampamento até o assentamento, e transformar essas histórias em uma narrativa e, através desse meio, manter viva a nossa história de luta.

Então esse sonho de conquistar a terra, essa possibilidade de retornar às nossas raízes, só se deu porque estávamos com outras pessoas. Se estivéssemos lá, isoladamente, com certeza não teríamos essa conquista. Ela só foi possível porque foi um sonho somado ao sonho de outras pessoas e, de repente, juntaram-se duzentas, trezentas famílias, e ficou bem mais fácil realizar esse embate para obter essa conquista. Acho que, infelizmente, no Brasil, a história dos trabalhadores, de tudo o que conquistaram, foi sempre com muita luta, muito suor, nada foi de graça. Acho que, talvez, essa seja a lição. É tanta terra no Brasil concentrada nas mãos de poucos, e tanta gente sem terra, precisando resolver questões básicas, como moradia, trabalho, alimentação... sem falar nos aspectos sociais, na questão da educação, da saúde, em todos os direitos de que você começa a ter conhecimento. A junção dos movimentos sociais, em torno de seus objetivos, essa luta unificada, essa mobilização popular é que vai fazer a história de cada pessoa ser diferente, vai conseguir criar um novo ambiente onde as pessoas possam viver com verdadeira dignidade. Obrigada a todos.



Danilo da Conceição Serejo Lopes

Movimento de Atingidos pela Base Espacial de Alcântara - MABE

Falar de Alcântara é sempre complicado, e vou procurar falar um pouco aqui.

Sou de uma comunidade quilombola que, há dois séculos, era habitada por índios. No período em que a economia de Alcântara era baseada na produção da cana-de-açúcar, toda a produção estava voltada para o abastecimento dos nossos colonizadores. Então, esse sistema caiu, os escravos que foram trazidos para Alcântara, para o Estado do Maranhão, acabaram ficando, e acabaram constituindo esse segmento, que hoje representa mais de 50% do território alcan-tarense, que nós chamamos de o *povo quilombola*. O nome da minha comunidade é Canelatiua. Essa é uma comunidade quilombola, mas de origem indígena Canelatiua: canela. Por quê? Tem a ver com uma plantação de taboca, que temos lá, que os índios utilizavam para fazer as suas ferramentas de trabalho, de caça, e tiua, que quer dizer rio.

Por volta da década de 80, o governo brasileiro, com a intenção de incluir o Brasil no seleto grupo de países que têm a famosa tecnologia espacial, e, para garantir a segurança do país, elaborou o Projeto Nacional de Defesa. Nesse projeto, estava a instalação de um centro de lançamento no País. Ainda não se pensava em Alcântara, mas, como foram feitos estudos pela Cobae (Comissão Brasileira de Atividades Espaciais), encontrou-se esse paraíso, segundo eles, paraíso tecnológico, que é o nosso Município de Alcântara. Por quê? Porque Alcântara, geograficamente, é o melhor local do mundo para se lançar foguetes, pelo fato de estar a dois graus da linha do Equador, o que significa dizer que se tem uma economia de 25% a cada lançamento de foguete em relação ao combustível. Então foi o ponto ideal que os técnicos acharam para instalar o Centro de Lançamento. Em 1980, foi publicado o primeiro decreto de desapropriação, para fins de atividades públicas, para a implantação do CLA. Esse decreto foi estadual, não federal. Foi um decreto estadual que desapropriou 52mil ha e



remanejou 312 famílias quilombolas. Até então, ainda não se tinha essa informação que nós temos hoje, de que ali seria um território quilombola. Já havia alguns estudos iniciais não como já temos hoje, então foram remanejadas 312 famílias de 23 povoados. Essas famílias foram remanejadas para as chamadas agrovilas, que hoje existem lá: são sete agrovilas. De 23 povoados, as famílias foram remanejadas e agrupadas em sete agrovilas. Já podíamos perceber, aí, que foi forçada uma relação social muito grande, porque essas 23 comunidades viviam cada uma em seu canto, elas não eram agrupadas. A partir do momento em que foram remanejadas e ficaram agrupadas em sete agrovilas, sofreram impactos terríveis. Hoje elas vivem um problema de insegurança alimentar, apesar de estarem à beira-mar, com acesso a peixe, enfim, com acesso a todos os recursos naturais dali, porque, no momento em que foram remanejadas, foram tolhidas desse acesso, não tiveram mais a mesma liberdade que tinham antes. Vou parar por aqui, porque, se eu for entrar nesse assunto, não vou acabar de falar. Vou deixar para entrar nos detalhes dos impactos sociais que as comunidades sofreram quando formos fazer os trabalhos em sala.

Hoje, sofre-se em Alcântara essa questão da nossa identidade cultural, enquanto comunidade remanescente de quilombo. Esse é o nosso maior desafio: a garantia dessa identidade cultural. Sou de uma comunidade que ainda não foi remanejada, mas que está sob ameaça de remanejamento, caso haja a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara. Vão ser remanejadas cerca de 14 comunidades. Existe um acordo de cooperação técnica: o Governo Lula criou o GEI (Grupo Executivo Interministerial), que foi o grupo que ficou com a responsabilidade de viabilizar a estabilidade de Alcântara, tendo em vista os impactos que a comunidade alcantareense sofreu com a implantação do Centro de Lançamento, e também para negociar esse processo de expansão do Centro de Lançamento, conforme o Acordo de Cooperação Tecnológica que o governo brasileiro firmou com o governo ucraniano. O GEI elaborou esse acordo de cooperação técnica, que foi assinado por todos os entes que o compõem, e também pelo poder público de Alcântara e pelo poder público estadual



do Maranhão. A sociedade civil também assinaria, mas se recusou a assinar pelo fato de entender que o acordo não contempla a questão fundiária, a questão de regularização do território quilombola, e, por entendermos que política pública é dever do Estado então necessita de acordo, não se necessita assinar acordo para o governo vir implantar política pública em qualquer lugar que seja, e esse foi um dos motivos pelo qual não assinamos. Esse acordo estabelece o seguinte: não vai haver remanejamento de comunidades em nenhuma hipótese. Só que já temos a experiência de outros acordos feitos com a Base, com o governo federal, que não é nada boa. Já fizemos vários acordos. No período em que se negociava a transferência das comunidades, foram feitos acordos que nunca foram cumpridos, e agora estamos com um pé na frente e o outro atrás, para não correremos o risco de pôr todos os pés na frente e cair. Não acreditamos mais que não vá haver remanejamento. Quem vive em Alcântara, quem conhece o território alcantareense, somos nós. A expansão do Centro de Lançamento que vai ter 5 sítios de lançamento no território quilombola, entre uma comunidade e outra, ou seja: as comunidades só vão ficar com as casas, mas não vão ficar com a terra para produzir. Isso está sendo feito, está sendo acordado, mas, até então, ainda não nos foi apresentado nenhum estudo de impacto ambiental em relação à expansão do centro, não existe nenhum estudo. Tivemos uma reunião, no sábado passado, com o subgrupo de regularização fundiária e moradia, que está tratando agora de Alcântara. Ele nos disse que existe um estudo, sim, mas o estudo está sendo feito de uma forma fragmentada, sítio por sítio, com o que não concordamos, porque sabemos que os impactos ambientais não vão ocorrer somente onde o projeto detecta. Pedimos a ele que o estudo de impacto ambiental fosse realizado em sintonia com a questão cultural do Município, porque o que nos identifica, enquanto comunidade quilombola, é a forma que temos de manusear os recursos naturais. Não se pode separar estudo de impacto ambiental dessa questão natural. Essa questão ambiental é o que nos identifica enquanto comunidade remanescente de quilombo, é a forma que temos de trabalhar com os recursos naturais.



Isso foi questionado, mas eles nos disseram o seguinte: não pode ser feito, porque o IBAMA inclusive foi quem autorizou a fragmentação dos estudos, que são complicados, sem falar que o Centro de Lançamento, que já está construído, a estrutura que já está construída, está funcionando há cerca de 25 anos sem licenciamento ambiental, porque aquele que foi apresentado à sociedade civil foi recusado pelo fato de também não ter o estudo referente às comunidades, ao ser humano, não há nada referente ao ser humano, aí a sociedade recusou o estudo do Centro de Lançamento de Alcântara. O certo é que o Centro de Lançamento está hoje funcionando, já fez vários lançamentos-cento e poucos lançamentos de foguetes, mas sem nenhuma licença ambiental, está funcionando de forma ilegal. Eu vim para a Mesa para falar sobre a minha comunidade, mas não se pode falar da nossa convivência enquanto comunidade, enquanto povo quilombola, separado dessa situação que é a situação que estamos vivenciando hoje em Alcântara. A sociedade civil de Alcântara organizada funciona em torno dessa questão do Centro de Lançamento, por foi isso que não consegui me ater somente à questão de convivência na minha comunidade.

D. Dijé

Movimento das Quebradeiras de Coco

Boa tarde a todos e a todas. Como já foi falado, venho de uma comunidade muito distante, que fica distante até mesmo do Maranhão, de onde eu sou. Moro mesmo é em uma comunidade no interior, bem distante do Município. Como o tema aqui é a nossa vida, quando fui aprender a colocar as primeiras letras no papel, a me alfabetizar, foi preciso que a minha mãe me tirasse da comunidade, foi preciso sair do seio da minha mãe, deixar o colo da minha mãe. Mas, quando cheguei à quarta série, foi muito difícil, ficava que nem macaco, pulando de galho em galho, saindo de uma casa e indo para outra, porque, na casa alheia, era obrigada a trabalhar, tinha de olhar o filho da dona da casa, tinha de trabalhar muito, tinha de trabalhar



mesmo, para conseguir aprender um pouquinho. Então, quando completei quatorze anos, tomei a decisão de não mais morar na casa de ninguém; decidi que, quando eu completasse quinze anos, ia me casar, para sair da casa alheia. Então tive de trabalhar para me manter, trabalhar para sustentar o filho: ao invés de trabalhar na casa alheia, tive de enfrentar a vida de frente, quebrar coco e trabalhar na roça, para poder me manter e manter o meu filho. E assim a gente vivia. Pelo menos nessa época, a minha avó ainda era viva, e a minha mãe trabalhava também, mas vivia em uma terra onde ainda tera respeitada, porque a minha avó tinha nascido um ano antes de darem o grito de liberdade que dizem que foi dado, porque, para nós, hoje, para o Movimento, essa liberdade nunca aconteceu, ela ainda precisa vir, foi só escrita em um papel para se criar um ideal. Então, fomos vivendo. Era uma terra boa, trabalhávamos na roça, quebrávamos coco, pescávamos, brincávamos, fazíamos tudo o que tínhamos direito, nas décadas de 60. Na década de 70, o governador do Maranhão, na época José Sarney, decretou que as terras do Maranhão seriam para o incentivo da grande extensão da pecuária. Aí a posse das terras, como todo mundo sabe, de todas elas, foram forjadas em cartórios, com grilagem, e, nessa época, o analfabetismo para nós, comunidade, era um fator crucial. Quando havia quatro, cinco pessoas na comunidade que sabiam ler e escrever, já era muito e, em meados dos anos de 77 e 78, as terras onde morávamos já estavam todas sendo vendidas para uma grande empresa japonesa que se chamava fazenda Kamena, e todos os dias os agentes passavam e iam vender terra. Nós, como éramos muito novos, não estávamos preocupados. Para nós, eles podiam vender. Mas chegou um momento em que a nossa vida se transformou em um inferno. Aí tivemos de enfrentar muita coisa, tivemos de enfrentar os grileiros, enfrentar fazendeiros e a própria polícia. No dia 12 de setembro de 1979, eles começaram a ameaçar e a dizer que tínhamos de sair dali. Eles já estavam começando a nos cercar, a fazer ameaças - eles diziam que iam colocar uma grande quantidade de búfalos para comer as nossas crianças, para nos ameaçar, e pensamos: "O que vamos



fazer?” Então travamos uma batalha, uma luta muito grande, porque, além de não termos estudo... costume dizer que tive dois professores, a senhora Vitalina, que está hoje em nossa comunidade, com 96 anos, e outro professor, que foi o mundo. Nós éramos três mulheres, e ela, a mais velha, que conheceu a avó, que contava toda a história de como chegaram ao Brasil, e foi passando para nós essa história, disse: - “Vocês têm coragem de enfrentar a luta?” A gente assim, meio desconfiada: - “Nós vamos!” Várias pessoas diziam para ela o seguinte: - “Vitalina, você tem de ir embora do Monte Alegre”. Ela dizia: - “Não, eu não vou”. Então nós travamos essa luta, passamos muito tempo, foi uma época de vida difícil, havia momentos que tínhamos de nos esconder no mato: ora éramos obrigados a correr da polícia, e ora éramos obrigados a correr dos pistoleiros. Mas começamos a buscar ajuda e, nessa época, eu, com o meu pouco saber, fui uma peça principal, porque era quem escrevia todas as cartas, para poder mandar para São Luís, para onde fosse preciso. Não escrevíamos de dia, passávamos a noite toda sentadas, escrevendo, porque de dia alguém podia estar vendo. Quando eles fizeram toda a cerca, faltando um lance para terminar de fechar, foi o dia em que nós nos juntamos e dissemos: - “Não, agora temos de fazer alguma coisa. Vamos derrubar a cerca do fazendeiro”. Aí fomos, mandamos os caras embora e jogamos a cerca no chão. O fazendeiro procurou um oficial de justiça da nossa comarca, de São Luiz Gonzaga, e a juíza autorizou uma liminar e mandou queimar todas as casas. Queimaram 97 casas, mas fomos ficando, porque tínhamos um argumento muito forte. Dizíamos: - “Nós não vamos sair porque esta terra aqui é nossa! Esta terra aqui, em 1870, era fazenda de escravos! Então isso nos dá o direito de permanecer, e não sair!” E ficamos e estamos lá até hoje. Dia 12 de setembro de 1979 foi o dia do horror para nós, foi o dia que ficou marcado na história que nós construímos passo a passo, porque as histórias estão escritas nos livros, mas, para nós, gonzaguenses, para nós, de Monte Alegre, a nossa história, nós é que construímos, nós fizemos a nossa história. Isso, para mim, é uma história de vida, é uma lição de vida, e acho que a nossa relação com a



terra se deu nesses dois momentos: quando era um momento muito bom, em que as famílias viviam em harmonia, e depois do conflito, quando começamos a nos reestruturar, começamos a construir uma vida nova, uma vida a partir do nada, porque não tínhamos casa, não tínhamos comida, não tínhamos nada: estávamos acampados no meio de um campo de futebol, onde as outras pessoas, das outras comunidades, bancaram o nosso sustento. Então começamos a fazer a nossa história do nada.

Há uma outra coisa que eu coloco aqui: começamos também uma construção de relações, porque tínhamos essas relações de dentro, mas começamos a buscar também relações fora, fora do nosso contexto social, e isso deu certo.

No ano de 1986, quando o INCRA decretou a nossa comunidade como assentamento para a reforma agrária, aí perguntaram para nós: “Como é que vocês querem as terras de vocês? Vocês as querem divididas? Loteadas?” Nós dissemos: - “Não. A nossa terra é comum, queremos a nossa terra coletiva, porque ela vai ser passada de geração para, geração”. Às vezes a construção de identidade se dá de várias formas, e para nós, negros, que nos identificamos como negros, não é preciso que ninguém diga o que somos: nós é que temos de construir a nossa própria identidade, porque ninguém pode nos impor, essa nossa identidade, que é uma identidade mista. Eu sou de gê, sou negra, sou quilombola, sou dona de casa, sou avó, sou quebradeira, sou trabalhadora rural... então eu é que tenho que dizer o que é que eu sou. Ninguém pode me dizer e nem para ninguém quem “tu é”. Eu tenho de definir a minha identidade, onde eu estiver, no local onde eu estiver, onde eu chegar. Hoje a escola da vida tem, para nós, um desafio que é dizer para os nossos jovens que, para estudar, não é preciso sair do campo. Temos é que estudar no campo, e, para isso, estamos buscando várias formas de educação. Hoje temos um programa, que é o *Pronera*, que está se expandindo para todos os lugares. Eu me esqueci de dizer, mas vou ser rápida. Quando fui para a escola, concluir o meu primeiro grau, a minha caçula estava indo para a escola também, e eu tive a opor-



tunidade de fazer um estudo, o estudo sobre a realidade brasileira.

Vou cantar aqui uma música que nós cantamos quando vamos para o mato, quando vamos para a roça, quando vamos para o igarapé pescar. Nós, quebradeiras, temos uma música, pequenininha, é assim: “Eu sou quebradeira, eu sou quebradeira, eu vim para lutar pelos meus direitos, pelos meus direitos! Eu vim reivindicar mais educação e saúde para toda a nação! Eu sou quebradeira, sou mulher guerreira! Eu venho do sertão, mais educação e saúde para toda a nação! Eu sou quebradeira, sou mulher guerreira, venho do sertão: lá no Pará tem quebradeira, no Piauí tem quebradeira, no Tocantins tem quebradeira, no Maranhão estão as quebradeiras...”

Gente, muito obrigada.



Mesa-redonda
A questão da terra como desafio
para a Psicologia



José Rogério Lopes

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

Acho que devemos parabenizar o CFP por, realmente, estar motivando, instigando, questionando, problematizando áreas de atuação que constituem temas importantes hoje dentro da sociedade, principalmente para os profissionais da Psicologia. O ponto o qual vou partir vem do que foi dito em uma exposição da Abrasco, em 1999, que ocorreu na USP, quando, na abertura de um simpósio, se não me engano, sobre desafios para a Psicologia no século XXI, uma professora começou dizendo que os psicólogos deviam estar cientes do fato de que a clientela específica da Psicologia, na nossa sociedade, era a classe média, e não a pobreza, porque a pobreza não era capaz de produzir finuras psicológicas. Essa colocação foi pública, e incomodou-me muito. Desde aquele momento, tenho procurado repensar essa opinião de várias formas, e quase tudo que escrevi, que publiquei na Psicologia e na sociedade, e em outras revistas, nos diálogos com a Psicologia, tem a ver com uma resposta àquela fala, primeiro desde pesquisas que faço com favelados, na região do Vale da Paraíba, em São Paulo, desde a década de 1990, particularmente desde 1991, quando comecei as pesquisas com áreas de comunidades de sujeitos que moram em favelas, sobretudo em áreas de concentração de riqueza, como Campos do Jordão, São José dos Campos, Ubatuba, aquela região de áreas turísticas e pólos industriais de profissão tecnológica no País. Quer dizer: como se dá essa questão da produção da pobreza e da reprodução da pobreza nesses contextos? São questões que também incomodam. Nas reuniões de Psicologia, ABRAPS e ABEP, particularmente, trabalhei com temas ligados a essa questão. Isso, de uma certa maneira, implicou uma convergência do meu pensamento, da minha reflexão, para questões ligadas à formação desses alunos. E elas estão imbrincadas, não estão isoladas. Acho que, sobretudo o aspecto da relação entre Arquitetura e Psicologia, que, lá em Taubaté, era



muito forte, fez-me pensar um pouco nessa lógica, nessa análise entre espaço e subjetividade. Depois, no ano passado, eu me desloquei para o Rio Grande Sul, quer dizer, deixei uma vida de 43 anos em Taubaté, com algumas saídas e passagens por outros locais e mudei-me para São Leopoldo, onde estou agora, na Unisinos, há um ano e meio. Isso implicou para mim repensar questões que eu analisava antes na vida de outros sujeitos, implicou repensar alguns desenraizamentos que são comuns na nossa sociedade, por exemplo, que a maioria das pessoas, em contextos de pobreza, vive como imposição, e não como escolha. Nos contatos iniciais que passo a ter agora no Rio Grande do Sul, em assentamentos, especificamente no assentamento Filhos de Sepé, lá em Viamão, o maior assentamento em extensão territorial do Rio Grande do Sul, com nove mil ha, uma comunidade de 385 famílias e uma reserva ambiental dentro do assentamento de quatro mil ha, eu vou falar de vários autores, que já foram aqui citados, como Milton Santos, José de Souza Martins, Carlos Rodrigues Brandão e Futuã, mas também de outros, como Tanino Betanigno, geógrafo italiano; Eduardo Lazega, professor de Geografia e Planejamento na USP, e Monique Algaz, psicóloga francesa que atuou na PUC do Rio de Janeiro. É essa última, a Monique, que eu vou citar para dizer, sobretudo sobre a elaboração que ela faz, em seu livro, acerca da compreensão de espaço de coexistência, que seria o espaço onde os homens tecem as redes, que os aproximam e os afastam, e organizam o mundo de forma a assegurar áreas recíprocas de movimentação. Ora, reforço, dessa noção, dois detalhes: primeiro, a relação entre proximidade e afastamento: vejam que ela não fala, tece rede que os aproxima ou os afasta, e, depois, a idéia de áreas recíprocas de movimentação. No primeiro, cabe perguntar: o que aproxima e afasta as pessoas? Que questão causal está presente na tessitura dessas redes? Ontem a Bernadete e o Lindo fizeram algumas referências, a começar da oposição homem-natureza, que se configura relacionalmente, na cultura, na política, na economia, e se desdobra como ocupação



e ordenação do território, de onde surgem, então, ambientes, áreas, paisagens e regiões. Em última análise, o que a Geografia cultural e a Antropologia - hoje também a Psicologia ambiental - denominam territorialidades, a maneira como se vive o território, a maneira como se organizam os modos de vida em torno de uma determinada área, região ou território, na fundação das relações espaço-tempo, a oposição homem-natureza transformou-se na oposição cultura *versus* natureza como modelo científico de análise ou interpretação que buscava configurar o escopo explicativo das relações indivíduo-sociedade. Nessa transformação, a natureza ocupava um lugar secundário, como um elemento, em geral, a ser transformado. A predominância desse modelo explicativo no Ocidente, até há pouco tempo, nos fazia afirmar estar diante de outra oposição entre o Ocidente e o Oriente; no entanto, essa afirmação esconde o fato histórico de que as nações pré-colombianas e seus remanescentes atuais pensavam e pensam de forma diferente. Assim, é mais próprio interpretar que o processo de ocidentalização, como definido, por exemplo, por Lévi-Strauss, no texto *Raça, história e sua racionalidade*, impôs uma concepção antropocêntrica que colonizou o mundo vivido nos que se refere às diversidades de relação e processos que o ser humano estabelecia com a natureza. Então é diferente pensar essa posição. Não falo de uma oposição Ocidente-Oriente como se ela fosse uma oposição tão evidente assim. Acho mais próprio pensar que o que acontece efetivamente, escondida sob essa suposição, é a imposição de um padrão antropocêntrico relacionado a esse processo de ocidentalização. Assim recolocada a questão conceitual, essa posição, quero então interpretar o desafio de pensar sobre a questão da terra, afirmando que a concepção antropocêntrica se desdobra em outras oposições, a relação meio e fins, o imediatismo *versus* os mediatismos, o racionalismo *versus* os irracionaisismos, a objetividade *versus* as subjetividades, o moderno *versus* os pré-moderanos e o privado *versus* o público, entre outros. Trata-se, sempre, de oposições imbricadas que se desdobram no processo relacio-



nal de identificação, projeção e idealização, que configura os interesses e expectativas humanas sociais. Duas pessoas que conheço responderam às perguntas que elaborei há pouco, no que diz respeito à questão da terra. São essas oposições, em suas formas materiais e simbolicamente persistentes na sociedade contemporânea, que condicionam proximidades e afastamentos. Nesse sentido, qualquer concepção não antropocêntrica da terra é marginalizada ou vista como pré-moderna e irracional, mais ainda, a globalização e o pensamento pós-moderno já anunciam as rupturas das relações entre lugar, identidade e cultura, pregando a transformação do holismo e das concepções holísticas em práticas de bricolagem operadas pelos indivíduos, em proveito de uma pretensa auto-realização. Uma outra forma de responder à configuração das áreas recíprocas de movimentação seria a elaboração fornecida por Pierre Bourdieu dos estilos de vida, sobretudo os modernos, que reproduzem, em hábitos, essa concepção. Entretanto, assenta-se em estudos realizados na França, onde os hábitos modernos se estruturaram em consonância com os processos de modernização e os movimentos modernistas. Quem trabalha bem essa concepção aqui no Brasil, pelo menos nas ciências sociais, é José de Souza, um professor que hoje está na UEF - Universidade Estadual do Norte Fluminense. O acesso à terra esteve e está ligado à reprodução da população rural, no caso francês, que se modernizou sem ampliar o fosso das desigualdades sociais. Isso fez com que hoje se possa optar por permanecer no campo ou transferir-se para a cidade, lá na França. Na América Latina e no Brasil, em especial, o modernismo e a modernidade chegaram antes da modernização, o que resultou na reprodução de estereótipos que aumentaram a discriminação contra as populações fixadas na terra, no campo, nas áreas rurais, e aumentou as desigualdades sociais. Sem modernização, e aqui trago essa definição de modernização para o caso brasileiro, sem reforma agrária, com os processos migratórios, com o envelhecimento das populações rurais e o abandono das agências de Estado com relação às políti-



cas para o campo e para as áreas rurais, abriu-se espaço para que as oligarquias rurais mantivessem a sua hegemonia nos campos e reproduzissem relações clientelistas em relação às populações rurais e relações de cumplicidade com as camadas médias urbanas. Historicamente, essas relações são variadas, mas tenho aprendido, lá no Rio Grande do Sul, que elas se reproduzem hoje de forma extremamente velada, como, por exemplo: na BR 40, que liga Porto Alegre a Viamão, passando o Município de Viamão, existe o assentamento Filhos de Tefé. Vêem-se ali vários sítios de fins de semana, de sujeitos de classe média da região metropolitana de Porto Alegre, e quem passa tem a ilusão de que aquela área esteja distribuída em pequenos lotes, quando o que esses sítios fazem efetivamente é esconder o latifúndio que está por trás. É uma estratégia do latifúndio, na região, vender essas áreas, à margem da rodovia, para que elas, habitadas por sujeitos de classe média que buscam áreas próximas das cidades para viverem idilicamente uma ilusão da vida no campo, escondam a realidade do latifúndio. É isso o que eu chamo de cumplicidade velada, das oligarquias e dos latifúndios, com as classes médias urbanas, e eles reproduziram, por décadas, os estereótipos aplicados aos indígenas, aos camponeses, aos quilombolas e a outros. Somente o processo de modernização social no Brasil, a partir dos anos 50, projetou a questão da terra como questão social e racional. Vejam, não que não houvesse antes conflitos na terra, eu estou pensando sobre o fato de que não havia pensamento sobre, ou questionamento sobre a questão da terra, de forma que ele atingisse essa amplitude de questão social, essa problematização nacional, de forma a mover tantos atores, tantos agentes na busca de solução do problema. A modernização do campo, se gerou algum estilo de vida para as populações ali fixadas, foi o estilo de vida como luta e um quadro de reproduções do processo de desapropriação, como o trabalho escravo, a mobilização da mão de obra nordestina para os canaviais do Nordeste, a grilagem das terras, os assassinatos de líderes rurais, a invasão e a exploração de terras



indígenas, de reservas étnicas e de áreas de proteção ambiental em larga escala. As grandes propriedades rurais modernizaram-se mais pela pressão dos movimentos sociais em luta pelo acesso à terra do que por uma opção empreendedora. Assim, modernos, no campo, são os processos e as lutas sociais para a garantia da vida e das relações que os grupos das categorias dos sujeitos rurais estabelecem com a terra, daí os relatos e os processos de luta terem sido centrais nas exposições de ontem à tarde, entre expositores de etnias indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de Alcântara e das quebradeiras de coco, como afirmou Dona Dijé. Eles passaram a construir relações e se tornaram sujeitos, como Dona Dijé expôs acerca da construção comunitária coletiva, da construção do bem comum que vai ser passado de geração para geração, como ela afirmou. Note-se que ela não falou que seria de pai para filhos, de família para família, porque não se trata de considerar a propriedade da terra um bem privado, mas sim, um bem comum. Ontem fiquei imaginando a nossa dificuldade em discutir, por exemplo, não só no campo, mas, sobretudo, na cidade, a questão da água, que hoje também é cada vez mais considerada um bem comum, mas cada vez menos tratada como um bem comum. Na medida em que trabalhamos a questão da água como recurso, geralmente associamos a água à questão da mercadoria, e isso faz com que ela entre num círculo vicioso de apropriações e desapropriações de privatizações do uso. Pensar a existência de uma comunidade, na sua relação com a terra, como um bem comum, faz com que ela seja pensada, então, enquanto característica de permanência e de bem à disposição de gerações. Achei fantástica essa condição, essa exposição de ontem, a da Dona Dijé.

Nesse sentido, as mulheres e os homens que lutam pela terra, como Dona Dijé e suas companheiras, não quebram somente cocos, mas também rompem com a racionalidade germânica, que confunde o moderno com o progresso e com o pensamento único que anula as diferenças. Ora, quando as pessoas faveladas do Vale



do Paraíba, expõem representações do seu não pertencimento à cidade, quando os assentados da comunidade Filhos de Tefé, em Viamão, fazem casas pelo processo de bioconstrução e tratam os animais como parceiros no cultivo da terra, estão também mudando, aos poucos, essa racionalidade e explicitando a ambigüidade da paisagem da terra em nossa sociedade. Ela pode ser vista como a vê a classe média, que conta com esses sítios de fim de semana à beira das estradas, o que camufla os latifúndios, na perspectiva da lógica patrimonialista, que reproduz, na nossa sociedade, a paisagem como disposição dos objetos nos ambientes, daí essa tendência dos sujeitos de, ao comprarem essas áreas, fazerem projetos paisagísticos que tornam esses sítios mais uma extensão das casas das cidades do que, propriamente, casas do campo, mas a paisagem também pode ser vista, nessas várias experiências de grupos e sujeitos de luta pela terra e na terra, não como disposição de objetos no ambiente, mas como atribuição de força aos elementos que processam o ambiente e o organizam como um lugar próprio, daí que, na questão da terra, pensar a relação entre sujeitos e lugares implica pensar os lugares próprios aos sujeitos, de onde eles visualizam o mundo e agem. O lugar é estratégico, e, na terra, é hoje que se dá uma luta estratégica para o desenvolvimento de modelos reais de modernização da sociedade brasileira ou para a manutenção de modelos patrimonialistas, oligárquicos, estes, sim, atrasados no contexto do desenvolvimento da nossa sociedade. O lugar compõe o sujeito ao incorporar identidades, mas sempre se abre a transformações vividas ou esperadas, nas suas condições de vida e nas suas relações sociais. Acho que aí estão os desafios dessa interpretação para a Psicologia, sobretudo pela tradição moderna e urbana dessa ciência. Percebe-se que a Psicologia se aproximou muito mais de um modelo de produção de subjetividade que não considera a produção dessas emergências de novas racionalidades na relação com a terra; então, talvez, recuperar essas racionalidades, recuperar esse modelo de vida, seja hoje para a Psicologia um aspecto extremamente importante. Cabe se



pensar já historicamente em relação a esse histórico de lutas e de conflitos que existem na nossa sociedade por que a Antropologia é chamada para discutir essa questão somente agora, e não antes? E que resposta se espera da Psicologia? Quer dizer, acredito na forma como Boaventura de Souza Santos define a Sociologia das ausências e das emergências, eu acho que, nesse sentido, os desafios já começam a ser enfrentados. Só para finalizar, gostaria de dizer que, quando nós mesmos incorporamos esse desafio e buscamos responder a ele de alguma forma, talvez já estejamos contribuindo também para um diálogo interdisciplinar mais rico. Obrigado.

Francisco José de Albuquerque

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Obrigado, bom dia a todos. Gostaria em primeiro lugar, de cumprimentar o público, professores, estudantes, representantes de movimentos sociais, mas, especialmente, quero cumprimentar o Conselho Federal de Psicologia, aqui representado por sua Presidente, Ana Bock, e pelo Marcus Vinícius, que foram as pessoas que, suponho, deram vida a este encontro. Eu quero cumprimentá-los efusivamente, fortemente porque, ao mesmo tempo em que vejo hoje o Conselho Federal de Psicologia organizar o maior encontro acadêmico que já existiu neste país, na nossa área, está aberto também a dar vez, a mostrar o escondido que existe nos pequenos desvãos da sociedade, que, de alguma maneira, requebrem o olhar da Psicologia, e até a mostrar algumas possibilidades e alguns trabalhos da Psicologia que já estão sendo executados.

Quero dizer, então, da minha felicidade por estar aqui, da minha satisfação em ter sido convidado e dizer, também, inicialmente, da minha satisfação acadêmica inclusive, que já é resultado palpável deste encontro aqui. Tive o prazer, ontem, de participar, de assistir a três exposições e mandar a Elaine, que está fazendo uma pesquisa básica, levantar teses e dissertações que tratem



de movimentos da terra produzidas na Psicologia, no Brasil. São trabalhos de fôlego, um trabalho que será referência na área, um trabalho muito difícil de ser feito e que é preciso ser salientado, porque é um tipo de trabalho que exige muito esforço, que só é valorizado por quem de fato conhece a dificuldade e a importância que tem. Na mesma sala que eu, felizmente estava a Bonavigo, de quem tive o privilégio de participar da banca de dissertação. Fui um dos convidados para fazer as avaliações da sua banca de mestrado. Para mim, foi um prazer reencontrá-la, apresentando os dados daquela pesquisa, e também reencontrar a Adriana, que me deu o maior presente que um autor pode ter: é que, em uma das lâminas que ela estava apresentando, havia uma citação minha, e isso é das maiores satisfações que quem escreve pode ter, porque sabe que é a maneira de comprovar que aquilo que passamos tanto tempo pensando e transformando em letra de forma não ficou engavetado, mas serviu para alguma coisa.

Bem, dentro dessas considerações, eu gostaria então de iniciar a minha apresentação chamando a atenção para o seguinte, porque: talvez não tenhamos nos dado conta disso. A organização brasileira é uma organização tardia. As pessoas que nasceram até a década de 60, e algumas delas estão aqui, nasceram quando o Brasil era considerado rural, ou seja, somente a partir da década de 70 o Brasil começou a ter mais de 50% da população situada em ambiente urbano, e veja que não eram muitos não, apenas 55% por cento. A partir daí, vem aumentando, gradativamente, essa concentração, essa movimentação. Hoje temos esses resultados aí, que nos dizem que aproximadamente 18% da população vive em ambiente rural. Então é preciso entender o que está sendo chamado aqui de ambiente rural. Esses dados do IBGE definem o rural por negação. O IBGE define o rural como aquilo que não é urbano e define o urbano, como todo agrupamento que tenha mais do que 51 moradias em uma área de cercania. Nessa definição, que é muito boa para o IBGE, é urbana tanto uma pequena vila, ou pequena cidade, quanto São Paulo, Rio de Janeiro, Belo



Horizonte. Enfim, há uma dimensão, há um ponto de corte, mas não há uma dimensionalidade do conceito de urbano. Nesse sentido, mesmo considerando essa definição de que 18% da população residente no Brasil hoje ainda é considerada rural pelo IBGE, esse número equivale a aproximadamente 33 milhões de pessoas. Estamos assistindo hoje, no Brasil, a uma migração seletiva para as cidades. Está acontecendo hoje, no Brasil, um fenômeno que aconteceu na década de 40, 50, 60 na Europa, que é a masculinização do campo, que se dá da seguinte forma: no mundo inteiro, nascem mais pessoas do sexo masculino do que do feminino, e, ao longo do tempo, vai ocorrer uma variação nesse fenômeno, de modo que, no final da vida, há mais mulheres do que homens. Há uma inversão nessa porcentagem mais à frente, porque os homens vivem menos que as mulheres. Mas, o que é que está acontecendo hoje aqui? Até os 14 anos, existem mais pessoas do sexo masculino nas cidades do que do sexo feminino, o que é correspondente à curva esperada. Agora, a partir dos 15 anos, começa a haver mais mulheres nas cidades, na zona urbana, do que homens. Aqui há uma condição muito fatorial, e vou voltar a ela daqui a pouco. É condição rural, a partir dos 15 anos, continuar existindo muito mais homens. Essa curva se acentua, com muito mais homens do que mulheres residindo no ambiente rural. Essa curva, na área rural, vai se inverter a partir dos 50, 55 anos, que é quando as mulheres têm uma sobrevivência maior do que os homens. Eu disse que aquilo é muito fatorial, porque também nas cidades hoje existe um grande fenômeno que é a violência e, por isso, morrem mais precocemente homens do que mulheres. Quer dizer: morrem os jovens na faixa de risco, na considerada faixa de risco, na faixa de adolescência até a juventude, idade adulta inicial, então, está ocorrendo uma masculinização no ambiente rural. Por que está acontecendo isso?! É um fenômeno interessante, curioso. Na década de 60 e 70, principalmente, a grande demanda de mão-de-obra nas cidades era a da construção civil, o que provocou uma migração de homens jovens; e vimos as con-



seqüências. Agora, esse fluxo se modificou, porque a demanda na cidade hoje é por serviços, e as mulheres são mais escolarizadas no campo, dedicam-se mais a estudar do que os homens, portanto, existem mais oportunidades de empregos para mulheres nas cidades do que no campo. Então, hoje há um processo migratório seletivo, em que as mulheres, a partir dos 15, 16 anos, buscam a saída para as cidades como forma de sobrevivência. É verdade que existem maiores oportunidades de trabalho para essas mulheres. Tenho algumas avaliações que mostram que hoje essa situação, felizmente, começa a mudar, ou seja: antes era unicamente valorizado, para o homem, o trabalho duro, o trabalho na roça, o cuidar dos animais. Ir à escola era atividade feminina. Isso agora, já começa a ser mudado. Percebo que começa a despertar a idéia de que a freqüência à escola é importante, tanto para os meninos quanto para as meninas, e espero então que isso facilite e que continue evoluindo nessa direção.

Anteriormente, eu havia dito que usamos como conceito de rural o conceito determinado pelo IBGE. Ele é muito bom para o IBGE, que faz contagem de pessoas, mas quando é transposto para uma outra dimensão, deixa bastante a desejar. Quando considero o rural em contraponto ao urbano, deixo de especificar, de mapear, o que de fato existe. Se observarmos os próprios mapas do IBGE, vamos ver o quê? 75% das cidades brasileiras têm menos de 25 mil habitantes, ou seja: dois terços das cidades do Brasil são cidades pequenas que têm uma economia própria, muito diferente das economias que são geradas que são típicas das cidades com 50, 100, 200, 500 mil habitantes, que têm uma relação entre as pessoas completamente deferente da relação que se tem em cidades menores, e vejam que estou dizendo que o rural, então, se compõe, nessa minha definição, de duas partes: uma parte que é urbana, que geralmente é a sede do Município, e uma parte que é agrária, que é a parte do Município não urbana dedicada à agricultura, à pecuária. Nesse tipo de exploração, nesse ambiente rural do qual estou falando agora, a economia mudou, a agricul-



tura deixou de ser a fonte principal de crescimento econômico, de geração de renda... hoje a agricultura, no Brasil, representa aproximadamente 11%, quase 12%, da formação do PIB, do Produto Interno Bruto, e isso se reproduz também nesses pequenos Municípios. O que gera renda e emprego, nesses pequenos Municípios, são as atividades ligadas à área civil, são os comércios, os impostos, é a aposentadoria rural, são os professores, ou seja, são os serviços que estão gerando e movimentando a economia nesses pequenos Municípios, nessas pequenas cidades.

Eu me dedico a estudar isso, Psicologia em ambiente rural, há aproximadamente 15 anos. Fiz minha tese analisando o cooperativismo agrário na Espanha e, a partir daí, comecei a centrar a atenção nesse tipo de atividade. Primeiro porque sou de uma cidade pequena do interior. Gosto, sei conviver com isso, mas, segundo, quando se olha o Brasil, isso que nós aparentemente chamamos de urbano, onde vivemos nessa esfera de vida bastante organizada, que compõe serviços de mão-de-obra barata, isso que chamamos de modernidade e de bem-estar social, visto de fora, cai por terra, na medida em que surgem, com muito ímpeto, todas as diferenças e desigualdades a que o nosso país está submetido. Por que me preocupo com isso, então? Por isso estar diretamente ligado à quebra desse desequilíbrio, ao meu modo de ver, relacionado com as políticas públicas. O que importa, então, naquela definição que tenho, é que, na medida em que eu redefina o rural, eu possa, a partir daí, influenciar mais nas políticas públicas que me interessam, porque, no nosso imaginário e no dos que tomam decisões, o rural está associado com o agrário, e aqui nós temos um problema de contradição muito forte, que acontece também com o cooperativismo, quando se trata exclusivamente do agrário, e não se avalia um conjunto, com esse agrário imerso no que, no meu modo de ver, é o rural. Está sendo importante unicamente a política pública voltada para o agro, e não para todo o entorno que o completa. Costumo dizer que é tão importante você financiar um hectare de cana quanto financiar um zabumba,



uma sanfona e um pandeiro, para gerar emprego e renda. Mas, se tenho desenvolvimento rural como sinônimo de desenvolvimento agrário, isso é impossível, e por mais contraditório que pareça, esse tipo de enfoque também tem gerado como efeito um grande beneficiamento também para os grandes latifúndios, para os grandes latifundiários, para os grandes produtores rurais. Costumo dizer que, tanto nessa questão como no cooperativismo, a esquerda entra com o discurso e a direita se aproveita dos recursos. Há uma facilidade muito grande de se fazer esse discurso, mas sem se perceber a contradição por trás dele.

Agora chegamos ao ponto da questão: e a Psicologia? Por que a Psicologia é omissa a isso, como eu estava comentando? Do meu ponto de vista, em primeiro lugar, temos uma Economia rural, uma Sociologia rural, e por que não temos uma Psicologia rural? Não temos porque o estudo da Economia e o estudo da Sociologia foram muito anteriores à sistematização do estudo da Psicologia; então, quando a Economia e a Sociologia começaram a estudar o aspecto agrário, este ainda era importante fonte de poder. A Psicologia é fruto da industrialização e, em consequência, da urbanização, e, aqui no Brasil, a Psicologia aparece em 1960, nas grandes cidades.

Quais são os desafios para os colegas da Psicologia, no meu ponto de vista? A Psicologia pode contribuir bastante, na medida em que possa fazer avaliação de programas sociais, avaliar qualidade de vida, avaliar o que nós sabemos, trabalhar com saúde, trabalhar com segurança. Quero aqui fazer um parêntese: hoje, no Brasil, fala-se muito em segurança nas grandes cidades. Existe um fenômeno fortíssimo de sentimento de insegurança nas pequenas cidades, nos sítios e fazendas, que é inclusive diferente da insegurança urbana, porque lá o inimigo é conhecido, ameaça face a face. O que fazer, então? Penso que inserir o mundo rural no mundo da Psicologia brasileira começa nesse ponto. Iniciei com elogios que já fiz e acho que o estabelecimento de uma rede de pesquisa, como está sendo proposta, é extremamente adequa-



do. Eu só teria a sugerir que, pelo visto, existem já alguns trabalhos esparsos de psicólogos preocupados com essas questões e a constituição de uma coletânea de trabalhos feitos por psicólogos sobre esse assunto pode ser o passo inicial para poder colocar a questão da ruralidade do Brasil na agenda da Psicologia brasileira. Obrigado.

Maria Nazaré Tavares Zenaide

Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia

Bom dia a todos e a todas. Gostaria de agradecer, pelo convite, ao Conselho Federal de Psicologia, que está aqui nesta Mesa, e gostaria de dizer a vocês que o meu relato parte de dois lugares: tive experiência como professora universitária e como militante de direitos humanos. A primeira foi na Coordenação de Ação Comunitária de um setor da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal e, nesse setor, antes de mim, havia um psicólogo, o professor Genaro. Então, eram dois psicólogos que estavam, digamos assim, há mais de 14 anos num espaço com a responsabilidade de fazer a relação com a sociedade, com os movimentos sociais, dois psicólogos em um espaço com a grande responsabilidade de realizar esse diálogo, estabelecer essa relação, e de fazer com que os movimentos sociais também se utilizassem do espaço público que é uma universidade pública como espaço de diálogo, de articulação, de defesa, de educação dos direitos humanos, da cidadania, da promoção de ações de desenvolvimento sustentável e de outras questões que foram abordadas.

Então, nesse espaço da extensão universitária, começamos a aproximar estudantes universitários de Psicologia e de outras áreas de conhecimento, da questão da terra, não só de assentamentos rurais, mas também de áreas de conflitos rurais, de áreas indígenas. Então, toda a demanda desses movimentos se aproxima, porque é na Pró-Reitoria de Extensão que se vai fazer essa articulação institucional para que essas demandas cheguem de forma



mais emergente, seja para o “encontro sem terrinha” seja para a formação de professores do Pronera, professores de capacitação do MST, seja para a demanda dos povos indígenas, no sentido de ações e desenvolvimento de assessoria, para promover projetos comunitários, até as questões de defesa, de violações e denúncias de violações de direitos humanos. Então, vejam só, esse espaço da extensão universitária, em uma perspectiva universitária, permite que estudantes se aproximem dessa realidade rural, das questões da terra; se o jovem não tem esse espaço de extensão, se ele não conhece, não sabe que, no seu Estado, existe o povo potiguar, ele não sabe que, em seu estado, existem quilombos... Então, a extensão universitária é uma das possibilidades fundamentais no processo de formação dos psicólogos, é a possibilidade de aproximarmos esses jovens dessa realidade, é a possibilidade de jovem vivenciar, através de um estágio, ao passar um mês de férias nessas comunidades, sentir, viver, refletir, sentir a dor, a exclusão, sentir a indiferença, passar por todos esses processos que essas comunidades passam. Acho que esse é um ponto que, para mim, representou também uma experiência importantíssima, porque, quando reunimos os jovens de Direito, de Psicologia, de Antropologia, de serviço social e de Pedagogia, e esses jovens vão para as comunidades, eles voltam diferentes, não são mais as mesmas pessoas, o processo de formação não passa em branco. O trabalho de pesquisa, de investigação dos dados da realidade não é descolado do que se faça depois. Sempre dissemos para eles: educação e direitos humanos não é meramente chegar lá! Houve uma experiência interessantíssima de estudantes de Direito, de um grupo de estudantes de Direito, num projeto de extensão que era coordenado por um procurador, para identificar, nessas comunidades, os processos da questão da seguridade, da aposentadoria. Então eles identificaram, junto aos sindicatos, junto às comunidades, as pessoas que tiveram as suas aposentadorias negadas e foram acompanhar, identificar e monitorar todo o processo. Os jovens nem sabiam que existia o povo potiguar na Paraíba! E eles



se prepararam, ficaram todos empolgados, porque era a primeira vez que iriam a uma comunidade indígena. Quando chegaram, os jovens têm todo aquele trabalho, preparam todas as metodologias participativas, explicam... mas, quando terminam a parte da informação, dizem: “Pronto, professora. Agora nós já encerramos a nossa parte!” eu disse a eles: “Mas será que educação para cidadania e direitos humanos é só você chegar e dizer que as pessoas têm direito?! É só você colocar o lado do que está formalmente posto? Aí é que começa o processo, que começa a cidadania, que é vocês elencarem para quantos, aqui em Motimó - Vila Regina, o INSS negou (a aposentadoria). O que vamos fazer com isso? Isso é educação! Educação não é meramente informação! “Então é a partir daí que esses jovens começam a se preparar, que é diferente daquela disciplina em que você fica, assiste, assiste... nesse caso não. Eles vão ter de fazer o levantamento de quantos processos foram negados, vão monitorar, vão a um juizado especial. É a partir desse processo que eles vão mudar a postura. Não é só ter ido em uma comunidade e ter feito um bom trabalho informativo. É com o envolvimento nesse processo, com a defesa dessas questões que ele passa a obter informação para um exercício de cidadania. Narro esse fato para vocês verem como é importante esse espaço de extensão, quais os grandes desafios que vivemos. Primeiro, a educação de direitos humanos não é meramente uma universidade ir às comunidades e distribuir folhetos. O discurso é aprender com eles, é fazer com eles. O processo de educação é “com”, não é “para”! O processo de educação se dá na vivência, nas contradições, nos problemas que as comunidades vivem. Não é só chegar, registrar dados e ir embora, mas caminhar junto. Então, na extensão, há aqueles projetos em que você vai, trabalha por um período e vai embora... e daí?! E a responsabilidade da instituição pública?! Será que é só ir lá?! É certo que se deve ter um período na formação universitária, fazer a pesquisa, fazer o estudo, o trabalho, mas... e depois?! A responsabilidade é da instituição pública com essas comunidades! Não se encerra apenas com um



Seminário Nacional
a questão da terra
desafios para a
Psicologia

projeto de um ano: essa é uma questão importantíssima, porque é por esses trabalhos que passamos a ter uma cultura institucional e um compromisso para que essas questões da terra não sejam apenas pontuais, mas permanentemente emergentes. Quem vive junto dessas comunidades vê que questões emergentes são permanentemente colocadas. Eu gostaria, nesta exposição, de colocar, como grande desafio, as questões da terra, pois, no processo de formação do psicólogo, temos de repensar como é que nossas extensões do campo da Psicologia estão se aproximando do povo, o que estamos fazendo junto aos jovens e aos assentados rurais, para que possamos refazer nossos estudos dentro da universidade, porque a universidade também precisa ser trabalhada, já que, quando se faz um “encontro sem terrinha”, com os movimentos homossexuais para o GLTBs, dentro das universidades, muitas vezes encontramos barreiras, é como se o espaço não fosse público, é como se o espaço das universidades não permitisse que certas organizações tivessem o seu espaço; é por isso que, pela extensão, também dividimos com a universidade a responsabilidade e a educação em relação ao espaço público. Ali é espaço de todos, é espaço que também precisa ser trabalhado. Como psicóloga, situada num trabalho de ação comunitária junto às questões de assentamentos rurais e às questões indígenas, eu gostaria de colocar que um dos grandes desafios, uma grande demanda que nos chega e que é importantíssima para a Psicologia, está no campo da educação. Quando nos aproximamos de algumas aldeias indígenas que não tiveram as suas terras demarcadas, vê-se que eles vivem um problema seríssimo do ponto de vista da questão da escola indígena, e o mais difícil: é como se essas áreas que ainda não foram demarcadas fossem invisíveis para as políticas públicas. Um aspecto que observamos é o de lidar com a exclusão social e moral, que são responsabilidade nossa, como psicólogos, enquanto aspectos que vão constituir na formação dos sujeitos, para o exercício dos seus direitos. Se esses sujeitos são invisíveis para as políticas públicas, se esses sujeitos são invisíveis para a proteção



do Estado, se eles são invisíveis para as entidades de direitos humanos, se eles são invisíveis para as universidades, então a grande questão que se coloca é, junto a lideranças e organizações, que temos de começar a discutir esse fato. Uma experiência que tive na aldeia Vila Regina, que é dos potiguar, na Paraíba, foi a de ver que, por eles estarem em uma área que não era demarcada, vejam que absurdo, eles não tinham acesso a nenhum projeto de artesanato, era uma aldeia em que a escola diferenciada era uma escola dirigida por brancos, que não tinha recortes para a formação étnica deles, era uma escola muito mais branca do que voltada para questões indígenas.

Infelizmente, o que acontece é que temos hoje, no Brasil, embora tenhamos 19 Conselhos Estaduais de Direitos Humanos, o problema é como, em cada Estado, esse Conselho está atuando nessas questões da terra. Esse é um ponto, quer dizer, enquanto, em alguns Estados, temos um Ministério Público atuante, que monitora, que está presente, que chama os parceiros para estarem junto dele, nos outros Estados, não é essa a realidade e há muitas diferenças nisso. Considero a importância, então, de o Conselho Federal de Psicologia ter uma parceria com o Ministério Público Federal, uma relação muito forte, uma aproximação com o Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal, há pouco tempo, chamou-me para tratar de um assunto: queria reunir os procuradores para discutir essa questão dos conflitos e o papel do Ministério Público nesse processo de conflitos. Então, esse diálogo, essa questão, é importante para a nossa contribuição com o Ministério Público Federal, porque, muitas vezes, eles também nos convocam. Lá na Paraíba, temos experiência de que o Ministério Público Federal chama a Universidade para ir fazer cobertura. Nisso, recebemos a denúncia de que a usina estava fazendo tal e tal violações, de que a questão ambiental em um rio lá da área estava de tal forma, e de imediato fomos lá, com os estudantes de Comunicação Social, fazer toda a gravação do que estava acontecendo. Monitoramos o processo de demarcação de uma



área de ribeirinhos na Paraíba, com os alunos de Comunicação Social e Antropologia, através de um filme, e recuperamos a memória, a questão das mulheres nas áreas indígenas, a questão dos movimentos... todo esse material contém a memória desse povo, a que não está sendo destruída e, ao mesmo tempo, esse material vai para a Universidade, para ser utilizado como discussão. Então, vai e volta, quer dizer: o que filmamos retorna para um processo de sensibilização interna, de estudo, de investigação. A pesquisa é fundamental no trabalho de extensão, e é por isso que dizemos que um grande desafio que temos é a questão da dissociabilidade, fazer com que isso não seja um processo de mão única nem uma relação de objeto, mas uma relação de emancipação, como a pesquisa, como a extensão. Ela está sendo utilizada para formar profissionais com mais compromisso social, também, como está contribuindo para o processo de emancipação, essa questão da dissociabilidade se torna fundamental. Tivemos pesquisas também importantes, de jovens, que monitoraram o processo de eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança, cujo candidato à presidência era um senhor que dirigia a unidade de privação de lá e defendia abertamente a violência! Então o trabalho de uma jovem que pesquisou sobre a questão da violência nos abrigos e casas de privação de liberdade, serviu para que os conselhos e ministérios públicos pudessem evitar que esse homem fosse eleito, e ele era indicado pela prefeitura. Conseguimos isso através desse material; a aluna ia defender a dissertação e já estávamos com sete cópias da pesquisa xerocada! Assim que ela terminou a defesa, entramos com a ação! Devemos monitorar ações importantíssimas e aprofundar o estudo dessa realidade. Ali se pôde viver a relação de pesquisa e extensão de forma articulada, o que fez também com que esses núcleos e GTs promovessem uma vinculação, um compromisso social maior entre a instituição e a sociedade.

Isso foi o que eu queria dizer aqui. Obrigada.



Maria Inês Gasparetto Higuchi

O tema proposto, a questão da terra como desafio para a Psicologia e sua contribuição, serviu para que tivéssemos alguns pontos de reflexão. Vimos, pela fala do José Rogério, quando ele afirma que a modernização não conseguiu preencher as lacunas das necessidades sociais, que temos de repensar a questão da terra não como uma mercadoria, mas como um bem à disposição das gerações. Portanto, ele sugere, entre outros pontos, que sejam recuperados modelos de vida, modelos esses importantes para a Psicologia. Na exposição do professor Francisco José, vimos a contribuição para se redefinirem conceitos teóricos, metodológicos das práticas a serem desenvolvidas. Os desafios se encontram, portanto, na avaliação dos programas, nas diversas áreas de atuação com outras áreas de conhecimento. A coletânea do trabalho seria um bom começo, segundo o que propõe o professor. Maria de Nazaré contribui ao dizer de forma muito pertinente, que a ação do psicólogo há de ser de maior compromisso, um comprometimento permanente diante dessa invisibilidade do sujeito que sofre a exclusão social e moral. Portanto, essa questão de responsabilidade da Psicologia. Todos trouxeram, então, pontos importantes e, agora, vamos conversar com todos. Proponho que as pessoas que desejem fazer perguntas possam fazê-las. Talvez seja interessante formar um bloco de perguntas e, depois, que as pessoas possam responder.



Debate



Público

Sou Leila, psicóloga, pedagoga, moro no Triângulo Mineiro. A minha pergunta é dirigida à Nazaré, já que é uma questão de direitos humanos. No Município de Uberlândia, onde vivo, temos sete assentamentos dos Sem Terra, e um dos nossos maiores problemas é a discriminação velada que os alunos, filhos dos Sem Terra, sofrem nas escolas públicas municipais e também nas estaduais. Acho que esse também é um grande desafio para a Psicologia: trabalhar diretamente com secretários de Educação, com professores, com diretores, para fazer os direitos humanos acontecerem. Outro problema que temos lá, e já se sabe que provoca um impacto, é que, quando vai haver desocupação da área, mulheres grávidas, idosos e crianças não são respeitados, principalmente pela polícia. Isso não acontece só na nossa região. Já fizemos algumas denúncias no Conselho de Psicologia, para alunos de Psicologia e até nos movimentos de luta pela diminuição do valor do transporte coletivo sobre essas desocupações feitas de forma intimidadora, violenta, aos assentados ou aos acampados. Até hoje não tivemos uma resposta direta. Todo Conselho tem uma comissão, então eu queria ver aí apontada essa necessidade como desafio para a Psicologia também assumir, junto a outros, essa luta pelos direitos humanos em questão.

Público

Bom dia. O meu nome é Laís Mourão, sou professora aqui da Universidade de Brasília. Criamos, recentemente, no *campus* de Planaltina, um Centro Transdisciplinar de Educação do Campo, com a professora Mônica Molina e outros professores da Universidade. Esse centro está congregando experiências que já vêm sendo vivenciadas na Universidade de Brasília há vários anos, por meio do GT da reforma agrária ligado ao canal de Extensão. Então, primeiro, em nome do grupo de professores, gostaria de parabenizar



Seminário Nacional
a questão da terra
desafios para a
Psicologia

a iniciativa dos nossos colegas da Psicologia e expressar também o nosso desejo de fazer essa parceria com a área da Psicologia, que é fundamental para essas ações que já estão acontecendo no campo da reforma agrária e em outras comunidades rurais aqui do Centro-Oeste, do entorno de Brasília, para podermos somar esforços nesse sentido. Em relação ao relato da professora Nazaré, eu queria não só concordar como dizer da importância da nossa presença enquanto Universidade, instituição pública, junto à experiência cotidiana dessas comunidades, e também falar da importância dos nossos trabalhos dentro das universidades, no sentido da pesquisa e da formação dos nossos estudantes, para que isso tenha consequências práticas, não só nas lutas diretamente, como também informando sobre políticas públicas e fazendo com que novas dimensões sejam incorporadas à reflexão sobre políticas públicas, que é uma luta também dos movimentos. Então não só quero parabenizar como quero colocar o nosso imenso interesse em estar trabalhando junto à Psicologia. Temos a Psicologia, o Direito, as matérias agrárias... os estudantes e professores das matérias agrárias estamos trabalhando também com a Residência Agrária, que é um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário que faz essa ligação entre alunos e experiências de assentamentos. Então, gostaria de reforçar a nossa responsabilidade também em estarmos melhorando a qualidade da nossa produção acadêmica, para que ela não seja apenas voltada internamente para o nosso desempenho intelectual, mas para que ela esteja, enquanto produção científica, a serviço dessas lutas. Muito obrigada.

Público

Bom dia a todos. Sou Jader de Oliveira, Secretário dos Direitos Humanos. A minha pergunta vai para o professor Francisco José. Eu gostaria que o senhor discorresse um pouco mais sobre insegurança no meio rural, ou seja, sobre esse paralelo entre a insegurança no meio urbano e a insegurança no meio rural: que tipo



de transformações ela traz para esse morador, quais são os seus fatores e o que desencadeia, porque acho que o senhor poderia contribuir para esse fenômeno que foi tratado como um fenômeno novo. Obrigado.

Público

Meu nome é Camila, sou do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Eu gostaria de abordar algumas questões, e acho que é interessante primeiro ressaltarmos que houve uma outra experiência anterior a este Seminário, em 2004, que foi o primeiro diálogo com a categoria dos profissionais da área da Psicologia realizado pelo próprio Conselho Federal de Psicologia, em que iniciamos esse processo de interlocução. Acho que este acaba sendo um desdobramento daquele. As questões que gostaríamos de abordar são que pensar o campo hoje, no Brasil, é ver que ele também perfaz dois sentidos, como as cidades: um porque tem o campo das comunidades organizadas por diversos movimentos sociais, como os quilombolas, indígenas, movimentos sem terra, atingidos por barragens, pequenos agricultores, e o outro, que é onde as pessoas vivem de forma isolada, sem uma organização coletiva nem política estabelecida. E, nesse processo, existe a questão da própria contradição que vai surgindo nessas duas formas de organização. Falando em específico, como aqui a representação do campo se dá pelos movimentos sociais presentes, que já participaram com depoimentos, pensar no campo organizado é pensar num complexo de relações, de desconstrução e construção de relações, porque as pessoas acabam voltando ao campo, ficando nele e construindo relações no âmbito da coletividade, das relações sociais de vida, e, nesse caso, com o enfrentamento direto do capital, perfazendo a questão da luta de classes, há a questão do enfrentamento com algumas personagens, os latifundiários, as grandes multinacionais e transnacionais, e, nesse processo de luta, as famílias, muitas vezes, sofrem grandes traumas, perdas, prisões



e diferentes questões, o que também implica a impossibilidade de construção de relações sociais mais afetivas. Disso podemos citar vários casos, e um mais simbólico, até, para nós, foi o massacre de Carajás, no qual 21 trabalhadores foram mortos. Temos uma comunidade que até hoje sofre conseqüências devido a esse fato e a diversos outros, de perseguições políticas, mortes e tudo o mais. Essa comunidade, as comunidades em geral, até mesmo as dos quilombolas e de outros, acaba tendo dificuldade de trabalhar essa questão dos traumas, do aspecto da saúde mental. Então, um dos grandes desafios da competência dos profissionais em Psicologia é trabalhar conosco nesse sentido, porque essa é uma profissão que possui instrumentos para trabalhar esse aspecto. Outra grande questão é essa interação incessante que a Academia e os pesquisadores fazem nas comunidades ao transformá-las em objetos de pesquisa, e não em sujeitos de suas pesquisas. Muitas vezes, o que acontece é que somos demasiadamente pesquisados e não temos o processo de interação nem de devolução das pesquisas realizadas conosco, no sentido de estabelecermos diálogos, construções, de percebermos quais as críticas que que é “de fora” também vê em nós, no sentido de crescermos e deixarmos de ser objetos de pesquisa. Onde está o comprometimento ético e profissional dos pesquisadores nesse momento, já que têm uma grande importância as pesquisas das comunidades? O comprometimento do pesquisador tem que ser estabelecido com a comunidade, com os sujeitos a serem pesquisados. Acho que uma questão que fica patente em todas as profissões, no Brasil, é que a construção das profissões acadêmicas são pensadas a partir das cidades, do campo tecnológico, modernizado, das metrópoles e das grandes cidades, pensadas a partir das grandes relações sociais, do estabelecimento da relação com o próprio território do sujeito a partir desse viés da cidade. Então, como na formação profissional dos diversos profissionais, mas agora falando especificamente do psicólogo, podemos dar um salto de qualidade, fazendo com que, na própria formação acadêmica, seja pensado outro espaço que não



o urbano, ainda mais com a elaboração dos novos parâmetros curriculares para o curso de Psicologia? Nessa construção dos novos parâmetros curriculares, mesmo tendo sido realizado esse debate, não se abordou a questão do campo. Então, como é que vocês enxergam a lacuna que ficou nessa constituição? A outra questão, para terminar, seria a questão do trabalho do psicólogo: ele está realmente em construção, com a necessidade de trabalhar com os sujeitos, no sentido de que pode construir coletivamente e fazer o processo de intervenção no conjunto com esses sujeitos sociais?

Público

Bom dia. Meu nome é Carlita, sou de Salvador e trabalho com pessoas de baixa renda, que trabalham na construção civil, e recebem até dois salários mínimos, e também faço trabalho com moradores de rua. Pergunto ao professor José Rogério: quanto às favelas, onde ele faz o seu trabalho, como ali há muitos remanescentes da área rural, nesse trabalho, tem sido feito o resgate das pessoas, elas têm conseguido retornar ao campo? Como tem sido isso? E também para o professor Francisco, já que ele cita essa frase, de que “nem um país é mais desenvolvido do que sua região mais pobre” e que retrata assim, perfeitamente, o nosso país: diante dessa emergência social que vemos em todo o País, o que precisa ser feito, inclusive para pesquisa, para a busca desses resultados que são de grande importância para que a situação possa mudar? Como ele vê esse futuro e de que forma tem tratado isso? Obrigada.

Maria Nazaré

A primeira pergunta foi a questão da discriminação velada que acontece nesse processo de desocupação; pela minha experiência, digo o seguinte: nesse processo de desocupação, se não estão presentes os órgãos de defesa, como você disse muito bem,



a possibilidade de à violência institucional acontecer é maior. Tivemos uma experiência lá em Campina Grande, a segunda maior cidade da Paraíba, em que, se não houvesse a intervenção do Conselho do Ministério Público Federal, ia ocorrer um processo de desocupação de uma área de favelas de uma forma bastante violenta.

Francisco José de Albuquerque

Obrigado pelas perguntas, que me possibilitam expor um pouco mais o meu pensamento. Na verdade, elas formam um conjunto, quer dizer, essa questão do elo mais fraco perpassa todo o tecido social e todo o processo de desenvolvimento do Brasil, de qualquer país. No meu ponto de vista, ele passa necessariamente por uma relação de cidadania e modelo de Estado que se tem, e desemboca, hoje, no Brasil, em uma condição que se reflete nesse sentimento de insegurança do País inteiro, pela maneira como tem sido conduzidas pelo Estado as suas políticas públicas. Eu gostaria de retomar, explicar um pouco, com mais detalhes, o que propus no final, quando disse que acho que um papel importante que a Psicologia poderia ter para contribuir com esse processo seria na formulação e avaliação das políticas públicas; por quê? Porque os psicólogos estão entre os profissionais mais bem informados para avaliarem comportamentos e políticas públicas. Elas são mais ou menos assim, como acontece num modelo de pesquisa, a política pública que está sendo executada, e que é como uma variável independente que vai gerar efeito lá no comportamento, qualquer que seja, que se especificou. Isso precisa ser avaliado para se poder o impacto: primeiro se gerou impacto, que impacto foi, em que direção, e como é que ele pode ser melhorado. A partir daí, pode-se melhorar, dar um *feedback* necessário para que essas políticas sejam refeitas, melhoradas e adequadas. A contribuição que o psicólogo pode fazer aí, por exemplo, se somando ao que fazem os economistas e os sociólogos, que é exatamente essa



aferição mais detalhada do comportamento. Somos treinados para elaborar instrumentos de avaliação, de impacto de comportamento, muito refinados. Os sociólogos ficam, por sua vez, em geral, na análise institucional, e os economistas ficam na análise unicamente econômica e monetária dos programas. Tomemos um exemplo concreto: o governo hoje está gastando 10 bilhões de reais com o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), e claramente existe muito pouca verba destinada recentemente a esse programa, grande parte desse recurso já existia, mas recebeu outro nome, e, além disso, um dos objetivos claros do Pronaf é melhorar a qualidade de vida do agricultor familiar. Ok, existe um conceito de qualidade de vida, mas este é desmembrado em duas vertentes: qualidade de vida objetiva, qualidade de vida subjetiva. Faço uma avaliação do Pronaf agora comparando, emparelhando, agricultores e familiares que receberam o Pronaf e agricultores e familiares que não receberam o Pronaf. No que diz respeito à qualidade de vida objetiva, não há nenhuma diferença entre um e outro grupo. No que diz respeito à qualidade de vida subjetiva, aí, sim, há uma diferença, porque eles se sentem como se estivessem recebendo assistência do governo, mas o Pronaf é um recurso definido anteriormente como de desenvolvimento, não de assistência! É uma diferença enorme em termos de economia. Então, quando tratamos desse tipo de ação, estamos desempenhando um papel para o qual os psicólogos estão muito mais treinados do que os sociólogos e economistas, porque sociólogos e economistas não têm o conhecimento técnico para desenvolver instrumentos que avaliem qualidade de vida subjetiva. Por exemplo, com relação à insegurança, o que é que percebo hoje? Tenho muita vontade de abrir uma nova linha de pesquisa com relação a isso, mas confesso honestamente: tenho excesso de trabalho, então não tenho dados de pesquisa sobre esse fato diretamente, mas tenho dados de observação e de vivência. Com relação à violência, na minha definição de rural, como vocês viram, há cidades que têm 25 mil habitantes, com núcleos urbanos e área agrária,



então é preciso diferenciar já aí as duas formas: há uma violência própria do ambiente urbano e outra própria do ambiente agrário. Em ambas, há uma característica comum, que é o inimigo conhecido, a relação face a face: as pessoas se conhecem. Então, vejamos, enquanto, na cidade grande, tenho receio de um assaltante, mas não sei onde ele mora nem ele sabe onde vivo, no interior, na cidadezinha pequena, no sítio, o assaltante, o bandido, qualquer nome que você queira dar, o agressor, ele sabe onde a vítima mora! Hoje há um temor disseminado, tanto nas pequenas cidades como no próprio campo, com relação a isso. No entanto, existem matizes dessa violência. Os produtores rurais se ressentem da violência, sim, mas se ressentem de uma maneira completamente diferente daquela das pessoas que fazem parte do Movimento dos sem Terra, por exemplo, sentem; já os agricultores isolados têm outro tipo de sentimento em relação à violência. Hoje encontramos, nas pequenas cidades, gangues, que é um fenômeno próprio de cidade grande. Hoje existem gangues organizadas para pequenos furtos, que ameaçam e fazem conflitos, confrontos... existe o processo da drogadição e comercialização de drogas nas pequenas cidades também, quer dizer: há todo um conjunto de insegurança que perpassa essa questão do mundo rural brasileiro, onde a Psicologia pode contribuir perfeitamente. Para o que está sendo feito aqui, é preciso dar visibilidade.

Uma pessoa aqui falou, muito emocionadamente, sobre a questão da educação. Do meu ponto de vista, para essa questão do elo mais fraco, não há outro caminho a não ser o da educação. Agora, não posso pensar em educação rural diferente da educação brasileira! Quando penso em educação em um ambiente rural, penso em educação que liberte as pessoas e faça com que elas permaneçam ali porque querem, e não porque não têm condições de ir para outro lugar! Estou ressaltando isso porque ouço muito o discurso de que deve existir uma educação própria para as pessoas do sítio e eu me coloco frontalmente contra isso. Acho que o processo de inclusão digital, de inclusão de conhecimen-



to, perpassa todo o contingente da cidadania. Então não se pode discriminar! Não dá para dirigir um tipo de escola para formar cidadãos que são, necessariamente, treinados para ficar no mesmo lugar! Eles devem ficar ali, sim, mas se quiserem! Precisam ter a possibilidade de poder competir e encontrar o seu espaço em qualquer lugar do território brasileiro. Não quero me alongar mais, para não gastar o tempo e a paciência de vocês. Obrigado.

José Rogério Lopes

Obrigado. Eu queria basicamente responder à pergunta da Carlita e depois comentar um pouco sobre essas observações que a colega do MST fez. Primeiro com relações às favelas, nas que temos estudado, as pessoas não voltam para o campo, mas há a ilusão de que o sujeito fica na favela fora de uma perspectiva de integração à cidade; pelo menos nas favelas que estudamos, ali no Vale do Paraíba, litoral norte, não é bem isso o que acontece: as pessoas têm vários vínculos com o seu contexto de origem, embora se fixem mais permanentemente nas favelas enquanto contexto de moradia de busca de trabalho e de sobrevivência. Há retornos esporádicos aos seus locais de origem. Trabalhei com contextos bem distintos de migração: quase todas as favelas em que trabalhei são favelas de migração. Na década de 80 e 90, trabalhei na região do Vale, com sujeitos vindos do sul da Bahia e do norte de Minas Gerais, mas também com sujeitos vindos de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul... Em uma favela, especificamente, que trabalhamos, em Campos do Jordão, chamada Acampamento dos Pumas, quando eu contava sobre ela, lá no Rio Grande do Sul, as pessoas não acreditavam: a favela inteira tinha predominância de loiros de olhos verdes, azuis... todos filhos, descendentes, de imigrantes, com sobrenomes daquele tipo que estamos acostumados a ouvir no Rio Grande do Sul... e aí, quando eu contava isso lá no Rio Grande: “Olha, morei em uma colônia onde conheci um pessoal da sua terra, lá em Campos do Jordão”... “É?! Fazendo o



quê?” “Procurando emprego, morando em uma favela...” As pessoas diziam: – “Não...” Aquele estereótipo do sujeito favelado não é mais o mesmo, já deixou de ser faz tempo. A figura bastante discriminada, que compõe a idéia de pobreza deste país, até há pouco tempo, não volta para o campo, acho que essa é uma luta hoje clara. Há um processo de reivindicação, de inserção mesmo no contexto urbano, e a grande complicação é entender que essas representações do sujeito, quanto à sua inserção na cidade, são limitadas, há segregações, sobretudo espaciais, que fazem com que os sujeitos não tenham uma compreensão clara do conjunto da cidade. Então, o próprio processo de reivindicação, da sua inserção no sentido, já está, de um certa maneira, restrito, e aí há várias questões, mas isso responde basicamente à sua pergunta. Depois da questão de pensar o campo nesses dois sentidos, na idéia do campo dos diversos movimentos sociais e o campo daquelas pessoas não organizadas, realmente se vê que há os dois sentidos, e isso forma um complexo de relações, mas essas relações operam sempre da perspectiva dos desdobramentos da luta social. E não existe essa questão da modernização; o processo da modernização, para o modelo de desenvolvimento do mundo rural, só acontece por pressão desses movimentos sociais em luta, e é lógico que essa modernização tem repercussões positivas e negativas para as pessoas que não participam de movimentos organizados. Aí há uma graduação, digamos assim, no raio de gravitação em que essas pessoas estão ou participam. A perspectiva dos sujeitos que eram sujeitos rurais migrantes, pequenos lavradores sitiantes da região entre Taubaté e Ubatuba, que é a Serra do Mar, mostra isso: são sujeitos que vivem em processo de luta, mas de lutas locais, organizadas em torno de outras medidas de referência que não a politização. Não têm a dinâmica, vamos dizer, de redes, formadas como essas dos sujeitos do MST, por exemplo. Qualquer um que acompanha o MST por meio de uma análise localizada, mais geral, sabe disso: nenhum acampamento, nenhum assentamento, é isolado. Todos estão dentro de uma rede



extremamente atualizada e dinâmica de troca de informações e de contatos, como uma forma inclusive de dirigir, de um contexto mais global, a luta e orientar as contradições internas de cada processo, e, principalmente, de atualizar esses sujeitos na medida em que eles participam efetivamente do modelo de organização social que está trabalhando com uma outra referência. Para mim, essa referência da tradução de uma nova racionalidade pode ser pensada na perspectiva de uma nova relação com a terra, de uma nova forma de produção, promovendo aí uma ampliação, com algumas referências holísticas, mesmo na relação com os animais, com os parceiros, no trato com a terra, entre outras coisas. E ela também pode ser pensada na perspectiva do rejuvenescimento do campo, que dizer: quando eu vejo, lá, jovens casais, sujeitos trabalhando, assentados, pensando e construindo projetos de vida, quando penso nessa dinâmica de reinserção de diversos sujeitos em uma outra lógica de atuação, penso nas três definições que nos dá o assentamento dos Filhos de Tefé para os combates: no combate contra o latifúndio, no combate contra a ignorância e no combate contra o capital. Essas referências podem parecer, às vezes, radicais para alguns; a busca da vivência do risco, para outros. Mas não é nada disso! De uma certa maneira, é uma tentativa de superar um modelo de racionalidade que está inscrito aí nessa idéia da ignorância e que está, sim, interligado à dinâmica da produção e do latifúndio na nossa sociedade. Nós, muitas vezes, conscientes ou não, explicitamente ou veladamente, ajudamos a confirmar, sobretudo as classes médias urbanas, a dinâmica desse capitalismo que se verbaliza e, ao fazer isso, se institui na perspectiva de um pensamento único que sustente a permanência da ignorância no campo e hoje também nas cidades.

Encerrando, acho que, cada vez mais, em diversas áreas de conhecimento, o sujeito, tanto no campo como na cidade não é demasiadamente pesquisado. Eu gostaria até de dizer mais: que os diversos sujeitos não são demasiadamente pesquisados mas não no sentido de serem explorados academicamente, neo-co-



Ionizados pela ciência, como costumamos debater hoje. Um Seminário como este mostra à Academia de hoje que ela, cada vez mais, deve trabalhar na perspectiva de uma interlocução com os sujeitos que têm capacidade de expressão e, cada vez mais, têm essa capacidade de verbalização que incorpora formas de expressar representações, quer queiramos, quer não, muito próximas dos discursos científicos.

Ontem, ouvindo Dona Dijé falar aqui, até comentei com a Ana Bock: “Um raciocínio fino e sofisticado que muito professor universitário não é capaz de ter”... quer dizer: acho que é essa lógica, são essas trocas que se constituem na medida em que realmente nos inserimos no campo das lutas e não se confundem necessariamente, enquanto processo de identidade. Sou professor, sou pesquisador, sou antropólogo e convivo com esses sujeitos, no sentido de tentar fazer esse eixo. A tentativa de fazer essa ciência tem que ser a melhor possível, para mim e para eles e, se não for assim, não tem sentido ir lá, não tem sentido pesquisar, não tem sentido dialogar realmente com esses sujeitos.



Mesa-redonda
A luta pela terra ou por um lugar no mundo



Isabela Camini

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST

Uma boa tarde para todos nós que aceitamos o desafio de, em pleno sábado à tarde, estarmos aqui para continuar esse debate sobre o que tem significado: a questão da terra, um desafio para a Psicologia. Estou aqui com uma grande responsabilidade falo em nome do MST nacional; não fui convidada como pessoa; no movimento, não somos convidados como pessoas para trabalhar, mas fui convidada como uma pessoa do MST que veio aqui falar dessa questão, e, por isso, recebi essa tarefa que me dá muito mais responsabilidade, a de falar em nome de uma organização, em vez de falar em nome próprio. Nesses vários dias, antes de vir para cá, eu, cada vez que olhava para a programação, pensava: “O que é mesmo que eu vou falar para psicólogos?”, que é exatamente uma área do conhecimento com a qual nós não temos muitas aproximações enquanto movimento social. Então, depois de olhar muitas vezes para a programação, resolvi escrever alguma coisa e que, é claro, são reflexões minhas.

Tenho uma vivência e uma convivência na luta pela terra já há 17 anos, participando, convivendo e trabalhando no Setor Nacional do MST. Parece-me que o que vou dizer são reflexões que a própria organização e minha experiência de vida me proporcionam e que partilho aqui com vocês. Então, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que o Movimento sem Terra se sente agradecido por ter sido convidado a estar aqui, para dialogar e para vermos como é que podemos fazer uma parceria, para continuarmos essa trajetória e essa travessia, que deve nos levar para algum lugar, para algum sistema certamente diferente deste no qual vivemos, com o qual não estamos contentes, e não queremos que continue assim. Então, quero falar sobre a importância desse momento, da importância exatamente de dialogar com vários movimentos sociais. Esta é que é a riqueza da proposta de trabalho. Então, eu gostaria também de dizer que a Psicologia, para nós, vista nesses 22 anos



de movimento, sempre foi uma área de conhecimento um tanto reservada ao indivíduo e a uma certa classe social privilegiada, porque quem, do Movimento sem Terra ou de outros movimentos, considerando a Psicologia para um atendimento mais individualizado, quem de nós teria condição de tratar, através dela de um sofrimento, de um dilema, de um conflito na vida, num consultório? O Movimento sempre viu a Psicologia como um conhecimento reservado, privado. Eu diria também que a Psicologia se aproxima de todas as áreas do conhecimento, da saúde, da educação, por isso acho importante dialogarmos com a Psicologia para que ela não se torne uma área de conhecimento à parte, mas para que possamos ver uma forma de integrar esse conhecimento, que é muito importante na caminhada, na construção do ser humano. Penso, pela minha trajetória também, que o mundo e as pessoas, hoje, mais do que nunca, têm carências e querem muito ser ouvidas. Por outro lado, percebemos, em todas as instâncias, quando vamos às escolas, nos movimentos, que encontramos muitas pessoas que querem falar, mas faltam pessoas que queriam ouvir. Vocês já devem ter lido aquele livro do Rubem Alves, *O amor acende a lua*. Um capítulo fala da “escutatória” e da “falatória”. Ele diz que, um dia, abriu um curso para “escutatória”: não teve inscritos. Ele abriu um curso para aprender a falar, e houve muitas pessoas inscritas para o curso! Isso se dá porque vivemos em um mundo em que as pessoas querem falar, não querem ouvir, e é só andarmos por aí, desde o consultório médico: às vezes o médico fala tudo sobre si, e não escuta o paciente; estou falando do que tenho vivido ultimamente, porque tenho feito um exercício do que é escutar. Escutar é muito difícil, e, por isso, penso que estamos vivendo um momento de muita carência. O Movimento sem Terra, eu diria, é um movimento que, independentemente de quem ouve, fala, e fala não individualmente, não de si, mas fala da sua identidade, fala das injustiças e, daí vêm todas as caminhadas místicas, os cantos. O movimento aprendeu a falar e a gritar porque, por muitos anos, o povo foi sufocado, e agora, de forma organizada, o povo reage



contra esse sufocamento. Outra questão que deve ser citada, antes de entrar na questão da luta pela terra mesmo, é que é bom organizarmos pressupostos, e o povo sem terra, nessa caminhada que fazemos, é um povo que, com a sua trajetória e pela sua história, tem uma certa desconfiança em relação à Psicologia. É diferente quando entra um historiador, um sociólogo, um pedagogo... são como eu, que estou lá desde o começo. Nunca alguém perguntou: “Isabela, o que é que você está fazendo aqui?” Agora, em relação à Psicologia, não aos psicólogos, há um certo retraimento, e também, na verdade, há um questionamento: “O que é que você está fazendo aqui? Na minha experiência, principalmente em Veranópolis, que venho acompanhando já há dez anos, que é uma escola de nível médio agora com curso superior, o que é que acontece com o nosso curso? Principalmente entre os nossos adolescentes que vão freqüentar escola, quando conhecem um profissional da Psicologia, têm duas atitudes: ou de sentar com ele e contar toda a sua vida, abrir o jogo, ou então de se calar e não querer nem ver, por quê? “Ah, mas psicólogo lê o que a gente está pensando; psicólogo, ao olhar para a gente, já sabe o que a gente quer”... Então, há duas atitudes entre o nosso povo em relação a essa área! Assim, na verdade, vocês são interrogados pelo Movimento e o Movimento se sente também interrogado pelo conhecimento que vocês foram acumulando e pelo conhecimento que vocês têm acerca da história do ser humano e da sua problemática de vida. Como eu dizia antes, quando um pedagogo, um historiador, um sociólogo, enfim, alguém das outras áreas se aproxima, ninguém até hoje pediu licença para entrar no Movimento. A minha pergunta aqui é: - “Por que vocês estão pedindo licença para entrar no Movimento?” Para fazer parte dessa luta, para se tornarem militantes, para fazer essa caminhada que depois eu vou especificar melhor? Essa caminhada tem um lugar. Queremos chegar a um lugar que depois vou explicitar. Então, a pergunta que eu faço é: “Por que pedir licença?” Acho que nós não temos de pedir licença, temos de ver um jeito de entrar nessa caminhada e fazer a parceria



juntos, para chegarmos juntos ao lugar desejado. Enfim, o Sem Terra tem muitas perguntas, e eu me sinto privilegiada aqui, porque pude participar ontem, durante todo o dia, do debate, e também hoje de manhã, o que nos enriqueceu e me enriqueceu muito também, como pedagoga. Pensei que estaria em um lugar onde não teria muita coisa a dizer ou não entenderia muita coisa do que seria falado e, desde ontem, quando vi o debate, pensei: “Não! Aqui nós estamos em casa, aqui estão falando a nossa linguagem, e, com certeza, vamos nos entender e fazer boas parcerias”. Agora, muita gente pensa que o Movimento é feito de anjos. Gente, não se enganem: nós seres pessoas humanos! Os nossos jovens, os nossos idosos, os nossos adultos, todos têm alma, têm sentimento, choram, participam, às vezes se arrependem, têm vontade de largar tudo, é tudo igual! Todos nós somos seres humanos, temos algumas diferenças, porque acho que temos mais resistência, no sentido de realmente apostar que esse sistema não é bom e que queremos um outro sistema social. Talvez isso nos diferencie de algumas pessoas, mas, no mais, o Sem Terra é gente, é humano, não é anjo, também não é diabinho, mas somos gente feita de carne e osso. Uma questão que nos diferencia muito - e sobre isso eu já ouvi muito em depoimento - é o seguinte: como eu trabalhei sempre no Setor de Educação, muito ligada aos cursos formais, nunca tive a oportunidade de fazer uma ocupação, nunca tive a oportunidade de ouvir o estalar do arame que se corta para se entrar no latifúndio, para ficar lá dentro e produzir, mas eu ouvi, de muitas pessoas que participaram, que naquela passagem, a partir daquele momento em que o sem terra, sem terra com letra minúscula, porque é desapropriado da terra, corta o arame e entra no latifúndio para acampar e para, depois, produzir, ele nunca mais abaixa a cabeça, ele sempre vai ter por meta caminhar de cabeça erguida. Então, na verdade, as pessoas que estão dentro do Movimento perdem a ingenuidade de indivíduo isolado no momento em que fazem uma ocupação e passam a ser um coletivo. Um Sem Terra com letra maiúscula vai dizer: “Eu não tenho terra, sou acam-



pado, estou de chinelo de dedo, estou cheirando a suor, mas sou Sem Terra de cabeça erguida, sem nenhuma vergonha de estar nesta travessia para chegar, de fato, ao assentamento”. E agora, entrando nesses dez minutos, eu quero dizer, de fato, o que é que me proponho a discutir aqui: na verdade, quero trabalhar, nesses dez minutos, a luta pela terra a partir do MST. Deveríamos ter quatro pessoas aqui que falariam a partir do seu movimento social, e eu vou falar do MST. O Movimento sem Terra está hoje organizado em 23 Estados do País. Ele não chegou ainda aos 27, mas, em 23 Estados, está organizado. O Movimento tem 22 anos oficialmente, não digo legalmente, porque até hoje ninguém nos reconheceu, mas, oficialmente, temos 22 anos de história. O Movimento sem Terra é uma organização constituída de famílias, pais, mães e filhos. Não significa que não possa ir uma mãe solteira, um jovem, uma moça, um rapaz sozinhos, mas o Movimento é constituído de famílias. Na verdade, não precisamos dizer de onde vêm os Sem Terra. Há uns anos, os Sem Terra eram aqueles desapropriados da terra, agregados, mas que ainda viviam na terra. Hoje nós convivemos com Sem Terra que era agricultor e foi para cidade, e hoje o Movimento, através do trabalho de base, resgata essa família, esses jovens, para voltarem para o campo e fazerem, de novo, a luta para conquistarem a terra que perderam pelo sistema capitalista imprudente, injusto, que os expulsou da terra para a cidade. O agricultor que ia para a cidade para ver cinema, para ver vitrine acabou na favela. O nosso trabalho de base não é no centro da cidade, é nas favelas, na periferia. Por ali está o povo que declara ser agricultor ou filho ou neto de quem já viveu no campo. Então esse é o trabalho do Movimento, e, na verdade, nessa trajetória de entrar para o Movimento, de sair da cidade, de voltar para o campo, mas ter de passar por todo o processo de acampamento, é ali que vai se construindo a sua identidade. É interessante, porque, como temos cursos hoje, de ensino fundamental e médio, em vários Estados do País, e até de ensino superior, é interessante perceber que a juventude do Movimento, em grande maioria, tem a



oportunidade de estudar. Quem não fez ensino fundamental, faz. Quem já está para fazer o nível médio, faz. Quem quer fazer o nível superior, já faz. E é interessante, porque o Sem Terra, tanto estudando em escola como não estudando, estuda permanentemente; inclusive um dos lemas do Movimento é “todo sem terra estudando”. Não significa todo Sem Terra na escola, mas estudando! E, nessa trajetória, o Movimento se descobre como classe social, e, por isso, não temos nenhuma dúvida, não temos vergonha de dizer que nós somos uma classe social que foi, na verdade, rejeitada pelo sistema capitalista, por isso, apostamos na luta de classes como forma de nos libertar. Temos tantos de que nos libertar, mas, principalmente, da opressão, da injustiça, do medo, enfim, de toda a exclusão. Na verdade, entendemos a luta de classes e nos vemos como classe, sendo a classe excluída como nós a maioria, então, temos força. A burguesia, que é uma minoria, tem menos força que nós, tem capital, tem poder... mas se nós nos unirmos, enquanto classe trabalhadora da cidade e do campo, podemos fazer a revolução. Ainda estamos muito divididos. Até o campo ainda está muito dividido, embora haja uma tentativa de organização da Via Campesina nacional e internacional, mas ainda, entre nós, estamos um pouco fragmentados. Hoje são mais de 400 mil famílias assentadas no MST, em torno de um milhão, 1,7 milhões de pessoas no Movimento, mais de 700 acampamentos nos três Estados do País ainda à espera de um pedaço de terra, tendo a sua escola e fazendo a luta dentro do acampamento. Por outro lado, temos, no Brasil, ainda 4,5 milhões de pessoas totalmente desorganizadas. São pobres, marginalizadas, excluídas de quase tudo, mas não estão em organização nenhuma, por isso é um povo sem esperança. Quem está em uma organização tem a esperança de que logo vai melhorar. Esse povo, a princípio consciente ou não, de forma inconformada, entrou no Movimento, mas depois logo percebeu sua identidade, e dificilmente alguém entra no Movimento sem Terra e desiste dessa caminhada. Nós encontramos pessoas seguindo há dez anos, que entraram num acampa-



mento, saíram e, dez anos depois, estão em outro acampamento, porque foram buscar a sobrevivência sozinhos e não encontraram saída. Dez anos depois, retornaram para o Movimento, em uma outra conjuntura, e assim por diante. Então, oficialmente, o Movimento tem 22 anos. Sabemos que a luta pela terra começou muito antes que nós integrássemos essa luta como Movimento. A partir da década de 80, e desde lá, desde 84, quando o Movimento foi oficializado, ele começou a se organizar em setores. O primeiro setor que o movimento organizou foi o Setor de Produção. Um dia eu perguntava por que o primeiro setor que se organizou no Movimento foi a produção, aí me disseram: “Nós organizamos a produção porque a fome doeu muito na época do acampamento!” A idéia era sair do acampamento e, quando se pisava a terra, a primeira coisa era plantar batatinha, feijão, arroz, para que se pudesse se alimentar, porque a experiência de acampamento doeu demais. Então, o primeiro setor que se organizou foi o da produção, depois veio o da educação, depois, o da formação, saúde, gênero, comunicação, e assim por diante. O Movimento se organiza em nível nacional e em cada Estado, em setores que se articulam em nível nacional e também em cada Estado. Obrigada.

Maria Ângela Matos Moura

Povo tukano

Boa tarde a todos que estão aqui presentes. Hoje eu me sinto muito honrada porque quem deveria estar com vocês, falando a respeito da terra, era um parente meu, Gabriel Gentil Tukano. Ele era pajé, mas, por causa de doença, desde o mês de abril, adoeceu e acabou falecendo. Sendo assim, sou a substituta dele, e sinto-me honrada, como disse a princípio. Vou tentar passar para vocês a minha experiência junto às comunidades indígenas, porque, afinal de contas, sou da etnia tukano, nascida e crescida em uma comunidade indígena do Alto Rio de Gué, numa comunidade chamada Maracajá. Para poder chegar até aqui, também tive as minhas lutas



dentro da nossa educação. Vocês sabem muito bem que existe preconceito, discriminação, muito mais quando se é mulher, porque, em uma sociedade indígena - aqui temos antropólogos, psicólogos, historiadores, e eles têm noção do que são grupos étnicos da Amazônia - a mulher não é valorizada, ela é apenas uma procriadora; ali quem vale é o homem; para a mulher, resta apenas ir para a roça todo dia, acompanhar a mãe... mas nem por isso fiquei para trás. Cheguei onde cheguei lutando, estudando, e hoje estou aqui, para contar para vocês um pouquinho da minha experiência. Há uns 30 anos, as comunidades indígenas eram muito mais interligadas à terra, porque, vocês sabem, os grandes habitantes do nosso país foram os próprios indígenas e, hoje em dia, eles são tratados como se fossem estrangeiros. A terra, que um dia foi deles, está sendo desapropriada. Antes da minha viagem mesmo, encontrei uns parentes tikunas, que me disseram: “D. Ângela, é verdade que a senhora vai para Brasília?” Eu disse: “Vou, vou tentar falar a respeito da terra”. Então eles me disseram: “Pelo menos a senhora fala em Brasília que as terras, as melhores terras, estão ficando para a União, e eles estão querendo demarcar terras ruins para nós, terras que, a princípio, parecem boas, mas cujo subsolo está cheio de pedras; não dá para a gente plantar macaxeira, mandioca, banana... essas coisas que as comunidades indígenas cultivam para proverem a sua sobrevivência”. Está se tornando cada vez mais drástica a situação das populações indígenas, porque, vivendo dentro das terras demarcadas, onde elas estão bem, principalmente na minha área do alto do rio Negro, rio de Gué, rio Alpés, rio Ilsana, que fazem um conjunto afluente do rio Negro, costumam dizer: “O que será daqui para a frente, quando a nossa terra voltar para a União?” Está demarcado no papel, mas essas terras podem ser desapropriadas por causa das riquezas minerais... então gostaria de dizer para vocês: até que ponto vocês pensam como nós, indígenas, pensamos? A terra, para nós, não é apenas uma mercadoria, uma propriedade. Pelo que nós entendemos, a terra é um bem comum, é da coletividade. Aqueles que estão lá ainda vivem



disso, da caça, pesca, mas a escassez está chegando: o que é que vai acontecer? Quem é que vai fazer com que essas populações indígenas, que estão lá, permaneçam? O que fazer com os nossos jovens que estão nascendo? Crescendo? Com os adolescentes que querem vir para as cidades? Onde está a educação, que deveria ser igual para todos, mas que é diferenciada, muito mais diferenciada quando se trata de educação indígena? Gente, se uma pessoa só fala a sua língua, como é que ela vai ler? Interpretar, como vocês? Aí vem o preconceito: índio é preguiçoso, índio é sujo, quer terra para quê, se não trabalha? Será que é isso que nós pensamos? Que vocês pensam? Aí vocês podem até dizer: “Mas a senhora já faz parte do nosso universo”. Certo, eu sei. Mas eu defendo os meus princípios, eu sou uma indígena, uma tukano, falo a minha língua, vivo os meus costumes. Eu costumo dizer para os meus parentes: esteja eu onde estiver, como eu estiver, serei sempre eu, vou defender sempre os direitos dos indígenas, vou defender sempre os interesses das mulheres indígenas, para que os direitos que a Constituição nos garantiu sejam respeitados.

A terra é uma preciosidade, é um bem, se nós a destruímos, o que é que vai acontecer? Esse é um pensamento constante para os povos indígenas. Eu, por exemplo, nasci, cresci, me orgulho de ter nascido nas matas, de ter crescido nas matas, de só ter saído da minha casa quando fui estudar... nós acreditamos muito na força da natureza! Assim como os religiosos acreditam na religião, acreditam no Apocalipse ou em outras teorias, nós também temos as nossas convicções! O que será que vai acontecer se nós não cuidarmos da terra, das florestas, dos nossos recursos? Se nós estamos pensando apenas no presente, o que será das futuras gerações? Eu me lembro bem do meu pai quando, depois das caçadas, depois das pescarias, ele vinha reclamar para a minha mãe: “Eu não sei para onde é que vão esses nossos parentes! Para onde será que eles estão querendo ir? Derrubaram o buriti daquela região tal, o pé de açaí daquela região, o pé de bacaba daquela outra região”... Então eu ficava pensando: como é que papai fica falando essas coisas,



se tem tantos pés de buriti, de bacaba, de açaí?... Quando eu fui estudar comecei a assimilar melhor a preocupação dos mais velhos, porque quem vive da floresta tem de preservar! Aquele pé de açaí tem de existir, aquele pé de buriti tem de existir, pois são para as futuras gerações. E, no pensamento capitalista, não se pensa dessa forma: o negócio é derrubar florestas, plantar milhões de pés de soja, enriquecer o País. Dizem que o País está rico, mas a miséria das populações na periferia, vocês sabem como é que está? Aonde vai tanta riqueza? Eu disse isso para vocês pelo menos assimilarem como é que os meus parentes até hoje vivem na Floresta Amazônica, assimilarem o significado da palavra terra para os povos indígenas, que tem um significado muito amplo. Terra, para eles, é lugar onde se nasce, cresce, envelhece e morre, é o seu *habitat*, onde se vive e se desenvolvem as atividades para a sobrevivência, enfim, é o lugar da coletividade, onde todos podem usufruir dos recursos naturais, de acordo com as suas necessidades. No universo imaginário do indígena, a terra tem a sua importância como símbolo da criação. A terra é vida, é a essência da existência, e, assim como nutre a presente geração, nutrirá a futura geração, guardará o seu corpo no meio dos seus entes queridos. Os símbolos da força e do poder da natureza eram muito fortes nas aldeias. Todas as vezes em que as pessoas iam para os lugares diferentes, era feito um cigarro, para abrandar os espíritos das florestas ainda não exploradas; era grande o receio de que algum espírito fosse fazer mal ou trouxesse doenças às aldeias. Assim era o cotidiano das pessoas, antes das chegada dos missionários e dos brancos. Era grande o receio de que algum espírito fosse fazer mal ou trazer doenças às aldeias. Se a terra e seus recursos naturais forem explorados de forma predatória, a própria natureza se vingará do homem. Esse sempre foi e será o pensamento e a preocupação do homem indígena, e é por isso que usamos o meio ambiente segundo as nossas necessidades: a caça, a pesca, a agricultura, mas sem danificar de forma exaustiva o solo e seus recursos naturais. Segundo a tradição indígena, se a natureza for destruída, devastada, a própria natureza, junto aos



seus criadores, há de castigar e se vingar dos seres humanos. Os espíritos da Terra e as forças ocultas de outros mundos manifestar-se-ão em forma de doenças desconhecidas pelo homem. O espírito da força do vento vai derrubar as casas, vai destruir tudo o que for encontrando pela frente. A força do espírito dos trovões, junto ao espírito das pedras, vão destruir a Terra. A lua, junto às cobras, vão alagar as terras. O deus da pedra quartzo e o sol vão queimar a terra... para vocês, existe uma explicação para tudo o que acontece na mudança climática. Para nós, não. Nós acreditamos nas forças da natureza. Por exemplo: a seca que ocorreu ano passado, no nosso Estado da Amazônia, foi apenas um alerta. Esse é o nosso pensamento, esse é o pensamento dos meus antepassados, dos tukanos, dos dessanos, dos tuiúcas.

Eu gostaria que vocês entendessem, porque vocês são o segmento que vai ajudar a trabalhar a conscientização política das pessoas, principalmente das comunidades indígenas: os indígenas precisam da educação para estudar, para poder gerir suas terras, cuidar das suas terras e trabalhar como um meio de sustentabilidade, sem precisar vir para as cidades, para viverem como se fossem mendigos marginalizados, alcoólatras e prostitutas. Eu gostaria, já que estamos tentando construir novas políticas públicas, de trabalhar na conscientização dos nossos segmentos sociais, pois já está na hora de se fazer algo significativo para as populações indígenas. Obrigada.



Debate



Público

Eu gostaria de fazer um pergunta para a Isabela, mas, antes, queria tentar contextualizar. Quando se escuta a Ângela, fica clara a importância e o sentido de ter a terra, de defender, de se lutar por aquela terra. Isso é muito forte, muito significativo. Queria, então, perguntar para a Isabela: na sua fala, ocorreu-me que você deixou clara a construção de uma nova identidade para as pessoas que aderem à luta pela terra junto ao MST. Isso me inquietou um pouco: poderíamos falar de uma subjetividade diferente? De uma mudança, de não ser só eu, mas ser um coletivo como se fosse uma negação da subjetividade? E aí se deixaria todo mundo muito igual... ao mesmo tempo que eu entendo que a luta articula, eu gostaria que você pudesse esclarecer mais sobre o impacto dessa adesão na vida das pessoas, individualmente.

Eu gostaria também que Isabela falasse para nós sobre os jovens que ela recebe lá no MST, na escola, sendo que muitos deles vêm das ruas, das favelas. Como é que ela tem acompanhado, como é o retorno dessa juventude para a terra.

Também queria aproveitar esse momento, já encaminhando para o encerramento, para dizer que poderíamos ter debatido mais, aqui, o modelo de desenvolvimento no campo, que implica a atuação dos diferentes sujeitos do campo. Só para lembrar, temos um vídeo feito a partir das ações das mulheres da Aracruz, sobre o que vocês devem ter tomado conhecimento pela mídia, que se chama *Rompendo o silêncio*. Esse vídeo fala dos impactos do deserto verde no campo brasileiro. Talvez pudéssemos aprofundar mais esse tema, até no campo da Psicologia. Com o relato da indígena que aqui está, ficamos com sensação de que indígenas, quilombolas e pequenos agricultores estão sofrendo com o deserto verde, com o plantio maciço de eucalipto em alguns Estados do Brasil. O que a Ângela Tukano disse teve um impacto muito forte. Temos de conhecer o que está acontecendo no campo a partir dessa luta, desse enfrentamento, dessa resistência dos povos indíge-



nas, dos quilombolas, dos Sem Terra e dos pequenos agricultores. Ao mesmo tempo, há essa questão da modernização que traz um violento impacto no campo, e traz a monocultura, tanto de eucalipto quanto de cana, quanto de soja, porque, quem vai trabalhar hoje com agricultores não pode deixar de conhecer os dois lados da moeda, o que essa modernização está trazendo para o sujeito que está no campo e que impacto isso tem. Obrigada.

Público

A Isabela falou sobre o comportamento dos Sem Terra diante dos psicólogos, que eles ainda estranham... e eu queria saber da Ângela o que acontece nas comunidades indígenas em relação a isso.

A Isabela disse que, entre os assentados do MST, há um estranhamento com a presença dos psicólogos, um estranhamento que não ocorre em relação aos educadores, se é que eu entendi bem. E eu gostaria de saber: entre as comunidades indígenas, entre os tukanos, por exemplo, ocorre esse mesmo estranhamento em relação aos psicólogos?

Ângela Tukano

Quanto ao estranhamento com relação aos psicólogos nas comunidades indígenas, não temos contato com os psicólogos e, nesse caso, não posso falar para vocês se eles têm esse estranhamento. O que nós temos é a presença maciça dos antropólogos e historiadores, como já foi dito anteriormente, que só vão fazer pesquisas e mais pesquisas, mas não vêm trazer o retorno do conhecimento para as populações indígenas. Os psicólogos geralmente estão nas sedes regionais da FUNAI. Psicólogos, mesmo, nas aldeias, nunca vimos, a não ser que, daqui para a frente, alguém vá para aquelas bandas. E eu acho que eles vão aceitar com prazer.



Isabela Camini

Tenho aqui quatro questões para responder. Vocês querem me castigar, né?

A Magda falava sobre questão relativa à educação no campo. De fato, sim: o Movimento sem Terra, desde o seu nascimento, desde sua gênese, colocou a questão da educação e da escola como uma prioridade. Logo em seguida, iniciou a luta pela terra e começou a se organizar. Algumas pessoas se deram conta de que só lutar pela terra não era o suficiente, pois ou tratamos a terra com conhecimento de causa, como pessoas esclarecidas, ou, de fato, não dá para apostar na reforma agrária. Aliás, o Movimento sem Terra é um movimento que não luta só pela terra. A terra é uma das ferramentas que ele busca, mas, como é um movimento de luta de classes, é um movimento que está realmente lutando pelo socialismo. Sem escola e sem estudo, não vamos chegar lá, por isso a escola, a educação, foi enfatizada desde o princípio, tanto assim que, a princípio, falávamos de uma proposta de educação no Movimento sem Terra, depois falamos em projeto de educação, hoje falamos em Pedagogia do Movimento sem Terra, que Pedagogia é muito mais do que proposta, do que projeto de educação. Nós ousamos, assim como Paulo Freire, dizer que o Movimento sem Terra tem uma pedagogia. E vocês sabem o que aconteceu com Paulo Freire, quando ele elaborou a “Pedagogia dos oprimidos”? Quando ele disse que os pobres, os “lascados”, os marginalizados, tinham uma pedagogia, o que isso lhe custou? Muitos anos de exílio! Para nós, talvez, não custe isso, até porque vivemos em outro momento histórico. Então, como eu estava dizendo, desde o começo, a educação foi uma ferramenta importante, e, de dez anos para cá, desde 1997, o movimento se abre além de si mesmo, faz uma luta além da sua organização e passa a dizer e a colocar, na roda da história da educação brasileira, a questão da educação do campo, que hoje é uma caminhada que já tem dez anos praticamente. Temos um material vasto já produ-



zido e temos a adesão de vários movimentos sociais. Inclusive, há um ano e meio, estive no Amazonas, num Encontro Regional de Educação do Campo, das Florestas e das Águas; em 2004, estive no Acre, também num Encontro de Educação do Campo, da Floresta e das Águas... então a Educação do campo vai muito além da luta pela educação no MST. O que entendemos e colocamos na roda da história brasileira é esta chamada por uma Educação do Campo, porque, no momento em que pensamos sobre o campo, sobre o repovoamento do campo como organização social, vimos que esses movimentos têm uma forma, um jeito, uma forma de se organizar, e esses movimentos têm a contribuir com o processo educativo dos seus povos e alguma coisa a dizer de Pedagogia para os educadores, para as escolas. Nas questões de conteúdo, de planejamento e avaliação, um movimento, pela forma como ele se organiza, como pensa, como vai agregando sujeitos sociais, é um pedagogo. Quando nós, educadores, temos alguma dúvida sobre como fazer o nosso processo educativo dentro das escolas, é só pararmos e pensarmos como é que os movimentos, muitos sem escolas, muitos para quem “aprender na escola” foi o próprio movimento, a própria organização, como é que os movimentos se organizam, como é que eles agregam pessoas, como é que eles aprendem, como é que eles fazem a caminhada, como é que eles conquistam. Temos o movimento como uma organização de referência para a Pedagogia, e, como dizia um senhor bem idoso, lá no Pará, “No acampamento, para nós, a escola é muito importante; agora, o que nós não queremos é que o governo nos mande os livros didáticos. O governo tem de botar a escola no acampamento, no assentamento, porque é um direito nosso ter educação como política pública! Agora, a gente tem de cuidar!”

Ele assim dizia porque o livro didático vinha “envenenar” as cabeças dos meninos! Então a Pedagogia é nossa, da organização, porque nós temos o que dizer. Pensamos que um movimento que tem 22 anos de caminhada, que começou em 1990, hoje com uma caminhada de mais de 15 anos de formação, tenha alguma



coisa a dizer para a história da educação brasileira; também fazemos história, e, por isso, nesses últimos dez anos, a questão foi muito além dos movimentos e passou, então, a ser assumida por vários movimentos sociais de esquerda e também por alguns mais que não concordam tanto com a Via Campesina. Temos, inclusive, hoje cursos de magistério em 15 Estados e cursos de Pedagogia da terra, que bebem dessa fonte da Educação do campo já nos cursos de graduação. Recentemente, formamos uma turma de Educação em Especialização do Campo, com a UnB. Temos vários cursos com outras universidades federais, em nível nacional. Na nossa trajetória, em se falando de educação, temos já 1.600 escolas de primeira a quarta série nos assentamentos, nos 23 Estados do País; temos 255 escolas até a oitava série e temos apenas, infelizmente, 45 escolas de nível médio nos assentamentos, por isso ainda somos submetidos ao precário transporte escolar que passa pelos assentamentos e em alguns acampamentos, e leva nosso pessoal para estudar nas cidades, onde nós sabemos que a educação nunca foi boa, nem para a cidade nem para o campo, só que ela sempre privilegiou o espaço urbano. Hoje de manhã, ouvíamos o relato sobre a precariedade das escolas rurais de um Município de Minas Gerais que é uma verdadeira vergonha! Então, queremos contrariar os governos, os sistemas e, aliás, o Movimento, na sua trajetória e na construção da sua Pedagogia, vem contrariar muitas coisas que muitos de nós não aceitamos. Ele é, de cara, pelas ocupações, pelas marchas, pela forma como faz educação, como faz formação, contra tudo aquilo que não faz bem para nós. Então, em termos de educação, temos avançado bastante. Talvez estejamos ainda mais avançados na produção, mas é impressionante vocês verem a nossa luta por educação. Temos uma luta muito grande por escolas itinerantes nos acampamentos e, em 22 anos, para vocês terem uma idéia, conquistamos escolas itinerantes em cinco Estados do País: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Alagoas, e estão em processo de legalização escolas em Pernambuco e no Piauí. Vocês não podem imaginar como de fato



enfrentamos dificuldades, tanto na legislação com os legisladores, que fazem a leitura da lei para impedir que, de fato, as nossas crianças acampadas tenham escola. E aí quero dar um exemplo interessante, em se falando de Psicologia: naquela marcha que não sei se vocês daqui ficaram sabendo, aquela marcha, São Gabriel, quando o nosso povo ficou caminhando por meses, num dos invernos mais rigorosos, no ano 2004, com crianças caminhavam, com os pais e com as famílias, em busca desse latifúndio, para, de fato, fazerem uma desapropriação. E aí a imprensa fez várias visitas a essa marcha para fazer leituras, muitas vezes críticas, não verdadeiras, da nossa caminhada, e fizeram muitas críticas porque muitas crianças de 0 a 12, 13 anos, estavam na marcha. Então chamaram o Ministério Público para ver a situação das crianças, que passavam frio, na chuva, acampando, e, num dia, chegaram lá no acampamento. A caminhada havia parado, e encontraram as crianças de 0 a 6 anos na ciranda infantil, e as crianças de 6 a 12, 13 anos divididas em turmas, à beira do asfalto, sentadas em cima de jornais, tendo aula. O Ministério Público ficou de boca aberta, e perguntou para algumas crianças: “Vocês aqui estão sendo maltratadas?” “Não!” “Aqui vocês estão fora da escola?” “Não!” E eles fotografaram uma menina de 4 anos, com uma chupeta na boca e com um livro aberto, como se estivesse lendo, em uma marcha rumo ao latifúndio! São essas pequenas e grandes coisas que nós encontramos nessa trajetória, nessa travessia, porque, na verdade, quando dizemos “a luta pela terra”, de fato, para muito Sem Terra, o lugar que nunca mais eles vão esquecer é o acampamento; para outros, é aquele lugar, aquela estrada sem fim que existe quando eles marcham para chegar ao latifúndio; para outras crianças, é a frente do INCRA, porque, em vários Estados, já foi feito acampamento em frente ao INCRA para dizer para esse órgão público que nós queremos terra! E o INCRA tem se mostrado muito incompetente para lidar com essa questão.

Temos que ficar de cabeça erguida! Esse uso do boné é para não nos deixar abaixar a cabeça, fazer com que não desistamos.



Eu queria, rapidamente, dizer ainda o seguinte: no Movimento sem Terra, não há desemprego. Já vi gente cansada e até deprimida, porque há muita coisa a fazer. Inclusive estou tão cansada que tenho vontade de sumir, de entrar dentro do mato e ficar um tempo lá. É muita coisa, porque o nosso Movimento tem tantas atividades que vejo que o nosso pessoal estuda, estuda nos cursos que funcionam em tempo-escola e em tempo-comunidade, porque nós, nas escolas, não temos o direito de segurar dois anos os nossos educandos fora, porque eles vão sair da realidade, então eles estão na escola estudando, mas voltam para o tempo-comunidade. E eles têm mil tarefas para fazer! Então, no momento, não há desemprego. Que bom que não haja desemprego, porque, hoje, eu mesma, que estudo na Universidade, vejo muitas pessoas que, ao terminarem o doutorado, me dizem o seguinte: “Tem alguma coisa que eu possa fazer lá no MST? Tem algumas aulas para dar lá no Iterra?” Eu tenho demais, e eles têm de menos! De fato, temos uma caminhada bem humanizada, sofrida, é claro, mas sabemos que, no entanto, temos esperanças e temos uma meta. É assim que a caminhada nos fortalece. Obrigada.

Marcus Vinícius de Oliveira

Queria convidar a Magda e a Maria Inês para virem se responsabilizar por tudo de bom e de ruim que tenha acontecido! Está chegando a hora mesmo de terminar!... E, na verdade, pelo que já foi dito aqui, essa hora de encerrar é, na verdade, a hora de começar uma outra etapa... verdade é que somos 140 mil psicólogos no Brasil, e não acredito que o desinteresse dos psicólogos pela reforma agrária ou pela questão do campo seja menor do que o desinteresse da sociedade brasileira! Na verdade acho que temos um problema que é efetivamente o corte de classe. Foi dito e bem lembrado, sempre, que, em uma sociedade que se moderniza, o rural e o campo são sempre identificados com o atraso, com o antigo, com a tradição. Todos os que estão nas cidades - e eu faço essa pergunta



para os meus alunos - geralmente, não gostam de dizer que vieram do interior; todo o mundo gosta de ser pensado como alguém que é do centro, ninguém quer ser da periferia, todo mundo quer ser do centro do centro, porque no centro é que “está o bom”! Geralmente é assim que a sociedade vende o seu “pacote”: é no centro que tudo é melhor... então nós podemos pensar que temos uma luta a ser feita, que é uma luta, que é, ao mesmo tempo, como organização, como Conselho Federal, uma luta para fora, no sentido de apoiar, de aderir a essa luta mais geral, como um problema central da sociedade brasileira, e acho também que temos uma luta para dentro, uma luta para dentro da nossa categoria, com o nosso grupo profissional, dentro das universidades, no sentido de ampliar a informação, no sentido de ampliar o acesso à divulgação, no sentido de ampliar a reflexão do nosso grupo profissional e das universidades onde esses grupos profissionais são formados, de forma que esse grupo possa ser primeiro mais sensível, de modo geral, como cidadão, ser mais sensível, depois que possa ser mais capaz, mais competente, para desenvolver habilidades que pressuponham, como foi trazido aqui, o reconhecimento da pluralidade, da adversidade, da riqueza, e reconhecer que ainda não sabemos o suficiente. Isso estabelece a necessidade de mais pesquisa, de mais investigação, do ponto de vista estrito das organizações, dos Conselhos. Com a nossa plataforma política, em torno da questão dos direitos humanos, em torno da Psicologia de compromisso social, em torno de uma questão, uma Psicologia preocupada com essas problemáticas da sociedade brasileira, nós nos sentimos aqui bastante confortáveis no diálogo como direção da nossa entidade. Achamos que temos estado, buscado estar, à altura dessas exigências. É um esforço grande, certamente sempre há o que melhorar, mas, digamos, temos uma plataforma política bastante clara, não ficamos “em cima do muro” hora nenhuma, somos muito posicionados. Posicionamo-nos na luta pela saúde, pela educação, pela reforma agrária, pela reforma psiquiátrica em todas as ocasiões, pelos direitos humanos. Então, entendemos que o nosso desafio é, tomando em consideração a boa



disposição política que, inclusive, eleva a organização deste evento e tomando a necessidade, a urgência, de se avançar nesse campo específico da reforma agrária, nesse campo específico dos enigmas ainda colocados pela situação, pelo desconhecimento, pelo pequeno conhecimento, que temos de avançar. Para isso, já temos uma boa equação estratégica. O chamado aos colegas psicólogos revelou que, embora não sejam tantos, já estão presentes. A questão indígena foi abordada, e eu poderia citar dois ou três nomes, não são muitos, mas são os nossos pioneiros, aqueles que já estão atuando: a Sonia Grumer, o próprio Paulo Maldos, que é uma liderança tão importante junto ao CIMI, a nossa Maria Inês, e temos vários outros, o pessoal lá da PUC, que sempre trabalha com essa questão, enfim, temos já alguns nomes. O problema é que somos muito poucos para o tamanho da tarefa! Mas esses são os que podem multiplicar esse campo de investigação, esse campo de compreensão, e que podem alavancar o seu desenvolvimento, por isso este momento se torna muito importante, e ele foi previsto como um momento em que pudéssemos conversar um pouco exatamente sobre a organização de uma rede, para que pudéssemos aproveitar os que vieram aqui apresentar os seus trabalhos, mostrando que já temos um grupinho. Muitos não puderam vir; tivemos vários trabalhos autores não puderam vir apresenta e cancelaram a vinda por motivos financeiras, mas temos esse grupo, que é o nosso ponto de partida. De certa forma, essa área, para avançar, depende de vocês. Deve existir pessoas que estão fazendo estudos fantásticos e que não vieram, um, dois ou três ou quatro que não puderam estar aqui, mas o principal são os que vieram, são os que estão interessados. A nossa colega disse: “Sou filha de agricultores e sou psicóloga, então quero seguir compreendendo, trabalhando”... Não fiz uma confissão: “Sou filho de agricultores, sou técnico agrícola!” As pessoas não sabem disso, mas tenho uma relação muito próxima com todo esse universo que foi tratado aqui. Não sabem as memórias que me foram evocadas durante o momento em que falávamos do campo! Mas o que importa mesmo é efetivamente que essas pessoas que estão se aproximando



ou que já estão presentes possam ser capazes de multiplicar isso. O apoio institucional do Conselho Federal de Psicologia não faltará. Neste momento, temos a decisão de que é importante fazer avançar a compreensão sobre esse tema, portanto, os recursos que temos para isso poderão ser colocados à disposição. Neste momento, eu gostaria de passar a palavra para nossas colegas aqui da Comissão Organizadora, para ver se elas têm mais alguma idéia a acrescentar neste momento de formação da rede, e gostaria também de ouvi-las um pouco acerca da idéia da rede. Posso dizer que esta seria a terceira rede que estamos montando; já montamos: uma Rede Nacional de Luta pela Educação Inclusiva, que lida com a questão dos portadores de necessidades especiais, uma rede que está operante, que agrega muito as pessoas, faz circular muito a informação em torno da questão, e organizamos, no mês passado, uma Rede Nacional de Investigadores e Profissionais, que atuam na Área de Psicologia das emergências e desastres. Essa também é uma rede que começa a funcionar, está com um segmento latino-americano e, inclusive, já marcou mais um evento para o mês de março, em Buenos Aires, um outro evento para o mês de setembro, em Cuba, dois encontros latino-americanos de Psicologia das emergência e desastres. Então, a idéia dessas redes, de um modo geral, está baseada fortemente no recurso tecnológico da *internet*, na manutenção de um espaço virtual de *website* que permita a ancoragem de informação e que permita uma relação linear bastante horizontal entre todos os pontos. Para trazer uma questão para as minhas colegas - elas vão ficar surpreendidas - mas penso inclusive que não deveríamos chamar de Rede Nacional de Investigação, Ensino, Trabalho em Psicologia e a Questão da Terra, mas talvez devêssemos falar em subjetividade e a Questão da Terra, até porque acho que a interlocução das pessoas com o tema da subjetividade nos coloca em um campo mais interdisciplinar, que acho que já seria um aspecto positivo. Vamos ver como podemos organizar a rede, quais seriam os objetivos, como é que ela poderia operar; as colegas fiquem à vontade.



Magda Lopes Gebrim

Vou falar rápido e dizer que acho que este Seminário foi um sucesso. Faz muito tempo que trabalho com o Movimento, mas não tinha tido a oportunidade de conversar com outros psicólogos que também estão ligados a ele, então, para mim, foi muito bom. Acho, no entanto, que o que é mais importante é o que vamos fazer agora. Nós nos conhecemos, nos dispusemos a nos conhecer, mas o mais importante é como vamos manter essa articulação. Temos que pensar bastante, nos dedicarmos para que o Seminário não fique apenas em um bom encontro, apenas em uma troca. Que ela realmente caminhe, frutifique. Recebemos dois convites de pessoas que já têm uma rede, para participarmos. Acho que é interessante entrar, mas temos que pensar como poderíamos, através do *site*, através da *internet*, ir nos articulando. Agora estou lançando a idéia mesmo: Penso que a primeira iniciativa seria reunir todos os trabalhos que foram apresentados aqui, nas salas de trabalhos, as palestras que foram feitas e, para que haja uma boa divulgação, lançar os trabalhos em forma de DVD, para divulgação. Seria interessante que as pessoas que apresentaram trabalhos deixassem o contato. Não sei se isso é possível, mas poderíamos disponibilizar, por exemplo, o endereço eletrônico de uma pessoa que veio apresentar o trabalho para todos os interessados, porque essa já seria uma forma de se começar uma articulação regional. Por exemplo: uma pessoa que apresentou um trabalho e está em Fortaleza. Quem é do Movimento de Fortaleza, ou quem é indígena, ou quilombola, ou do MST, já pode ter aquela psicóloga ou aqueles psicólogos como referência para começar um diálogo regional, por exemplo, ou alguém de um lado do Brasil que se interesse pela pesquisa que outro fez poderia começar uma articulação, que já seria o começo, o comecinho da rede.



Maria Inês Gasparetto Higuchi

Bem, eu penso que a rede é construída em conjunto. Com a idéia do Marcus, a de substituir o nome para *Subjetividade e a Questão da Terra*, eu me identifico muito. Naturalmente, seria interessante ouvir também a proposta que todos vocês têm. Realmente, tenho informação também de que o Conselho estaria sediando essa rede, que seria monitorada, moderada ou animada por alguém, e, no início e aos poucos, as pessoas iriam trocando de papel, para que esta seja uma fonte de informação, de comunicação, enfim que seja uma rede!

Público

Olá, eu sou Sandra, trabalho na Fundação Nacional de Saúde, sou terapeuta ocupacional. Hoje quem é responsável pela saúde indígena não é a Funai - a Funai resolve as questões de terra - é a Funasa, que é a Fundação Nacional. Vendo o interesse das pessoas em saber se existem psicólogos na área, gostaria de dizer que hoje está se montando, se estruturando, um Núcleo de Saúde Mental em nível de Departamento de Saúde Indígena, aqui no nível central, onde estamos, eu e mais uma psicóloga que se chama Maria de Jesus. Estamos em um núcleo reduzido, mas, quando se pensa em formar uma rede, a Funasa hoje tem as suas coordenações regionais nos Estados e tem os distritos, e vocês podem estar buscando no *site* da Funasa, que é o www.funasa.gov.br, se têm interesse em trabalhar com a saúde indígena. Nesses distritos, as pessoas sentem uma carência muito grande de profissionais interessados na área de saúde mental, principalmente psicólogos. E queria acrescentar, sobre a questão da terra para o indígena hoje, que temos uma situação muito grave, que é a do alcoolismo. Existem projetos financiados pelo Vigisus temos em torno de 17 projetos espalhados pelo Brasil; então, quem tiver interesse, pode procurar a Funasa, aqui no nível central ou no nível estadual e nos distritos, porque os distritos são localizados nos Muni-



cípios mais próximos. É só procurar no *site*. Temos aqui uma pessoa de Rondônia, um psicólogo que trabalha com educação indígena pelo MEC de Rondônia, que também tem muito a acrescentar. Acho que, se conseguimos realmente montar uma rede, eu ficaria muito feliz, porque ainda estamos trabalhando muito primitivamente, digamos assim, porque enfrentamos muitas dificuldades por sermos poucos. Obrigada.

Público

Boa tarde. O meu nome é David, estou cursando o segundo semestre de Psicologia, na Universidade Federal de Goiás. Primeiro, gostaria de parabenizar por este encontro, que foi uma grande iniciativa. Realmente, uma preocupação válida é disponibilizar o Seminário em vídeo. É bom providenciar isso, para que possamos ter acesso fácil a isso tudo, que possamos passar isso para a frente, passar na Universidade e as pessoas possam utilizar no Movimento, nas universidades. Foi passada aqui uma lista para as pessoas interessadas na rede, mas eu acho que deveriam ser utilizadas as inscrições para o Seminário, porque há pouca gente aqui hoje, muita gente já foi embora, muitos vieram hoje, não nem chegaram a assinar a lista. Então, devemos utilizar o sistema das inscrições: coletar o nome, saber de onde é a pessoa, se é estudante ou se é membro de movimento social, tudo o que consta da inscrição pode-se pegar todos aqueles dados e já incluir na rede, que vai ser bem mais ampla. Há algumas pessoas que se inscreveram no Seminário e seria importante que elas estivessem na rede, mas não puderam estar aqui, e então, pela lista, serão incluídas.



Marcus Vinícius de Oliveira

Quero aproveitar este momento e esclarecer que, com aqueles que estão aqui, vamos combinar como vai ser a rede. Aos outros é enviado um *e-mail* com a consulta sobre o seu interesse de aderir. Os que derem o nome aqui farão parte de uma lista de *e-mails*, uma lista comum, daquelas de *e-group* nos quais todos recebem as mensagens. O moderador tem que ser muito cuidadoso e todos têm que ser muito educados, porque em listam que há muitas pessoas, se a moderação não for boa, deixa circular muitos *e-mails* às vezes desnecessários. Temos que saber para usar, para participar desse recurso. Precisamos ter uma “netiqueta”, uma etiqueta da *internet*, para não abusarmos com correntes, mensagens... tenho certeza de que não é necessário dizer isso para vocês, mas, às vezes, dos lugares mais insuspeitos, aparece uma corrente enchendo a caixa de *e-mails* e perturbando a vida das pessoas. Mas, para isso, vamos ter esse cuidado. Agora pegamos os *e-mails* de todas as pessoas, já montamos uma lista e convidamos as outras pessoas, que têm de dizer: “Eu quero entrar nessa lista”.

Entrar numa lista é algo voluntário. Vamos comunicar isso a todas as pessoas. Vamos aproveitar agora e dizer que o NEAD, que é vinculado ao Ministério da Reforma Agrária, que todo mundo aqui conhece mais do que eu, vai financiar a edição dos anais deste encontro, então, vamos ter aqui a edição de cerca de quatro a cinco mil exemplares, que serão distribuídos para os participantes, para as universidades e para os movimentos sociais, movimentos que lutam pela terra. São dois tipos de material: um material na forma de vídeo e um material na forma de livro. Então os depoimentos, as questões que foram trazidas aqui, serão transformados em material de divulgação do conteúdo. Será feita uma edição. O *site* onde vocês fizeram a inscrição para o evento vai continuar no ar. Ele já recebeu várias fotografias, e, se vocês entrarem no *site*, no final, muitos de vocês vão se reconhecer. Essas fotografias vão estar à disposição no *site*. Nesse *site*, também estará o documento que



vai ser elaborado. Serão incluídos os resumos dos trabalhos apresentados bem como os dados de quem os apresentou, de forma que se permita esse acesso. Também será publicado o relatório de outro evento ao qual a colega se referiu em um outro momento: foi um diálogo entre o CFP e o MST. Esses diálogos serão também incorporados ao material desse diálogo com a questão da terra. Isso já é uma providência combinada. Quando fomos organizando o evento, já combinamos que essas iniciativas seriam tomadas após o encerramento. Digo isso até para deixar mais claro qual é a parte que lhes cabe. Esta é a parte do CFP: divulgar e apoiar a rede, criar e alimentar esses espaços na *internet*, mas isso não trará resultado se não houver pessoas produzindo, alimentando, articulando, então gostaria de falar um pouco sobre os objetivos dessa rede, apresentar os objetivos dessa rede.

Público

Sou Rita Laura, da Universidade de São João Del Rey. Primeiro gostaria de dizer que estranhei um pouco quando não nos foram solicitados textos completos, porque eu tinha a esperança de que o Conselho, no final, publicasse algo que aglomerasse os trabalhos apresentados neste encontro, mas não em forma de resumo, e sim, de textos completos. Digo isso porque existem grupos, e mais grupos em todo o Brasil, em diversas universidades, que trabalham com educação indígena, com comunidades quilombolas, com educação rural e educação do MST, só que de maneira desarticulada.

Agora vejo com muita simpatia essa rede, uma vez que ela pode aglutinar as pessoas. É surpreendente: estou aqui ao lado de um aluno da Unesp que trabalha com uma pessoa que é referência nessa área há vinte anos, a Dulce Unitaki; aqui estão a Zelarde Martini e a Roseli Galdati, enfim, não quero citar nomes, porque terminamos por esquecer alguns. Essa seria uma maneira de nos articularmos, quem sabe, até com determinadas temáticas, porque a questão da terra é muito ampla, como vimos aqui. A minha su-



gestão é a de construir um cadastro com esse núcleo de pesquisas, de maneira a podermos “trocar figurinhas” segundo os temas do interesse de cada um: são os quilombolas, é a educação indígena... então a minha proposta, minha esperança, não sei se ainda há tempo, é a de que seja enviado um texto completo e que seja produzida uma revista temática sobre isso.

Público

Falo em nome do Movimento sem Terra, que está aqui presente. Tiramos algumas idéias, sugestões para a construção dessa rede. Uma seria percebermos que a construção de uma rede vinculada à questão da terra está ligada à opção de entrar no processo bem claro da luta de classes, e outro seria lidar com a questão da individualidade das pessoas, mas isso inserido no contexto histórico de um processo social coletivo. Então, a partir desse processo social coletivo, entender as grandes questões e demandas que o indivíduo apresenta, e, assim, achamos interessante que o Conselho oriente tanto os Conselhos Regionais quanto a própria ABEP sobre a necessidade de se fazer o debate relativo à questão da terra nos níveis regionais e locais. A segunda questão é que permaneça um espaço específico para a temática da terra ser discutida permanentemente, para que ela se torne uma pauta estratégica, compreenda uma agenda dos profissionais de Psicologia e seja divulgada e debatida nos diferentes eventos, porque perpassa os aspectos da saúde mental, da emergência e dos desastres e de outras questões específicas da Psicologia. Esse sujeito social que está nesse espaço, ele está nesses outros espaços também! Então, que seja programado e discutido isso. Uma outra questão seria a possibilidade de discussão junto às universidades, principalmente àquelas que ainda não implementaram novos currículos com a temática da terra nos cursos de Psicologia, o que constituiria uma formação mais abrangente. Fazendo com que esses profissionais já tenham essa visão voltada para o campo, e nisso também desta-



camos que existe uma demanda concreta dos movimentos sociais do campo vinculados à Via Campesina, podemos pensar sobre a necessidade da constituição de um curso de Psicologia específico para esse movimento social, como outros cursos já existentes, o de Agronomia, Medicina veterinária, Letras, Pedagogia. Há ainda a necessidade que essa rede esteja conectada com a representação dos vários movimentos sociais que aqui estavam presentes e que esses movimentos e as universidades presentes, façam uma interlocução para apresentar demandas reais de estudos e pesquisas. Em contra-partida, que os psicólogos também apresentem as possibilidades para se constituir uma agenda de pesquisa única e o mais abrangente possível para o avanço nesse sentido, casando-se as demandas dos movimentos sociais com as possibilidades dos psicólogos. Uma última questão seria a de que o campo tem aspectos culturais próprios do meio rural, e percebemos que vocês poderiam dar grande contribuição junto às coordenações dos diversos movimentos no sentido de pensarem, estudarem, clarearem as questões que permeiam o ser humano no aspecto da propriedade, o fato de, mesmo estando no movimento social, ele ainda ter esse apego, que está vinculado à sua constituição cultural; também sobre a questão dos diversos tipos de violência, tanto as que eles sofrem quanto as que eles cometem, e sobre as questões dos traumas diversos e das relações humanas e das relações de gênero. Seriam essas as questões.



Público

Boa tarde a todos. O meu nome é Márcia Ferraz, sou psicóloga e venho aqui agradecer a vocês, nesse momento, por toda essa organização, porque, há três semanas, fui parar num assentamento, ou seja: estou trabalhando há três semanas com assentamento, e, quando fui chamada, pensei: “Nossa, o que é que eu vou fazer?” Nesse trabalho em assentamentos, as dificuldades são muitas, principalmente a dúvida sobre como realmente atuar, então, esse encontro veio, para mim, pelo menos, para trazer algumas soluções, algumas idéias de como posso realmente atuar, para não ser confundida com aquela psicóloga clínica que vai “levar um divã” para o assentamento, que não é apenas isso, é um trabalho de grupo, de encarar a realidade e de estar aberta a novas possibilidades. Quando fui para o assentamento, nessas três semanas, fui conhecendo as pessoas, conhecendo tudo, e vi bichinhos que eu via pela TV, que eu nunca tinha visto ao vivo. É uma outra realidade, e eu já aprendi também que existem aspectos que têm um significado que, às vezes, em uma cidade, se entende de uma maneira, mas, quando se está ali atuando, se tem que realmente pular as cercas, porque, em assentamentos, muitas vezes, se tem de pular as cercas, não em um outro sentido! Você tem que usar botina, tem que pisar mesmo na terra, pisar na “merda” do boi, o que vier pela frente. É uma outra realidade! Eu fico às vezes pensando como é bom atuar nessa área, atuar em assentamentos, em área rural, onde se vê a simplicidade dos reais valores da vida. Isso, para mim, está sendo muito importante, e estar participando aqui, com vocês, mais ainda. Quero agradecer, mais uma vez, à organização deste evento pela brilhante idéia que veio ao encontro das minhas necessidades profissionais atuais. Muito obrigada.



Público

Sou Francisco Albuquerque. Acho que é preciso definir com muita clareza o que entendemos que seja uma rede de investigação, porque há uma diferença entre uma rede de investigação e uma rede de atuação junto aos movimentos sociais. Penso que são duas coisas completamente diferentes, são pautas distintas e referenciais teóricos, ideológicos, completamente diferentes. É impossível partirmos, do meu ponto de vista, para fundar uma rede de investigação pautados de antemão, por exemplo, em uma proposta como essa, de luta de classes. Tendo como subjacente a condição ideológica da investigação, esse é um dos possíveis referenciais teóricos que se pode utilizar para fazer a investigação, a pesquisa, mas não é dogmático, não é necessariamente o melhor nem tem porque ser utilizado quando se faz investigação. Se for uma agenda de conjunto destinada aos movimentos sociais, aí, sim, poderá ter todas as pautas ideológicas que se queira. Então acho que esse é divisor de águas, onde é preciso ter certeza de onde começar. A outra questão que eu gostaria de abordar é com relação ao próprio nome da rede. Na minha exposição, tentei mostrar isso: tentar juntar, relacionar a questão da terra com a Psicologia fica, em meu ponto de vista, bastante limitado do sentido do agrário. O agrário é uma subdimensão de uma contingência que é o rural, e lá existem modos de vida diferentes dos que estamos habituados a estudar, a pesquisar. Aí há uma pauta, sim, de investigação, e há uma amplitude que, inclusive, pode perpassar a questão da terra, pode perpassar várias questões, mas deve-se localizar o nome da rede ou definir a rede como agrária, como da terra. Ela, por si só, já é limitada e impede a ação de outras possibilidades de investigação que dizem respeito a questões que estão próximas, que estão paralelas, que circundam, mas que não são necessariamente agrárias nem da terra.



Público

Eu sou Edna, psicóloga, moro no Recife, e meu raciocínio segue o do Francisco: penso que não deveríamos construir uma agenda aqui, porque precisamos de mais tempo, porque, no momento deste seminário, como a Magda disse, nós falamos, nós nos abrimos e nos conhecemos. Agora o que se destaca são essas questões relacionadas ao rural que passam pelo acesso à terra ou ao viver na terra, passam pelas relações simbólicas, imaginárias, pelas lutas... por outro lado, há muitas possibilidades que a Psicologia sinaliza de poder dialogar com esse universo que vimos aqui nestes três dias. Então vi que havia um esforço para se dizer assim: essa é uma Psicologia comunitária, essa é uma Psicologia social, podemos chamar isso de Psicologia clínica... então, ao lado dos saberes da Psicologia, temos como contribuir para o diálogo de diversas formas, e, ao lado da dimensão desse rural, percebemos que ele também é multifacetado. Acho que talvez nossa primeira tarefa seria a de aprofundarmos esse nosso conhecimento, identificá-lo mais. Moro no Recife, e não conhecia o trabalho do Francisco, que está na Paraíba. Seria bom podermos aprofundar mais o trabalho, em vez de trabalhar com uma só publicação, estabelecermos que, daqui a um ano, vai se fazer um trabalho mais consistente, mais voltado para a questão da Psicologia em relação ao rural. Minha defesa é a de que não “amarremos” já os pontos de uma investigação nem de atuação. Gosto da idéia da subjetividade rural como o nome de um grande guarda-chuva para essa rede, e devemos deixar a rede fluir, mostrar-se mais, para vermos melhor quem somos e como estamos nos organizando.



Marcus Vinícius de Oliveira

Esperem um pouquinho, só para darmos uma “arrumada”, porque, se não, vamos reunindo temas e acho que há alguns aspectos que já precisamos tentar coordenar ou, pelo menos, dialogar, aqui da mesa, sobre as propostas.

Aprendi que “quem quer pegar galinha, não fala xô”, então, neste momento, temos que ter muito cuidado para não ter uma proposta ampla demais para caber no encontro, porque depois poderemos nos desencontrar. Isso é muito fácil de produzir: os encontros, as especificidades, isso achamos fácil. Difícil é acharmos um ponto comum que agregue tudo, então acho que deveríamos trabalhar com esse cuidado, com essa preocupação. Penso que, na verdade, estamos discutindo aqui a agenda da rede. Há um critério geral para tudo. Então, não dá para inserir os artigos se não passarem por um avaliador, para que seja analisada a qualidade do artigo do ponto de vista da sua cientificidade. Não precisamos fazer isso aqui neste evento porque entendemos que a comissão não era formada por juízes científicos acerca do que vocês estavam trazendo, mas deveríamos criar uma possibilidade. Isso é um outro critério! O que dá para publicar são os resumos, porque acho que a rede tem de pensar como publicar os outros artigos. Ela pode sugerir, e aí podemos combinar. Vamos todos enviar artigos para a revista do Conselho, e vão ser publicados aqueles artigos que passarem pelo crivo da Comissão, que é um crivo de natureza estritamente metodológica, crivo para manter a publicação com credibilidade no meio acadêmico, no meio científico. Então, respondendo à colega, o compromisso que é possível assumir é que vão ser publicados os resumos e vão ser publicados o endereço, o *e-mail* e a referência da pessoa. Bem, se quero trocar, isso já possibilita as trocas da rede: “Mande-me o seu artigo completo, e mando o meu”!

O Conselho Federal não quer substituir vocês, não. Vamos deixar claro: um evento tem que ocorrer com os atores. Estamos aqui,



de certa forma, tentando definir quem são os atores dessa cena e, a partir disso, esses atores vão atuar, se não, seremos responsáveis pela atuação dos atores. Os atores estão apresentados, e o que pretendemos é oferecer a condição para que eles possam interagir, possam interrelacionar-se livremente, sem nenhum policiamento, sem nenhuma exigência. Com relação à questão que a colega trazia, por exemplo, de propor aos Conselhos Regionais a realização de um debate específico para a questão da terra, de se ter a pauta da terra como uma pauta permanente, isso depende da sensibilidade de cada Regional. O Conselho Federal não dá ordens aos Conselhos Regionais. Temos a posição política e damos a pauta nacionalmente, dizendo, não só para os Conselhos Regionais, mas para todos os psicólogos, que esse é um tema que o Conselho Federal considera relevante. Isso já foi indicado no outro seminário como preocupação, e estamos realizando aqui este Seminário exatamente com essa pauta, com essa preocupação com relação às questões das universidades, e podemos fazer um diálogo com a ABEP. Acho importantíssimo tratar da questão da Universidade, dos currículos, mas quem cuida disso é a ABEP. Esclareço à companhia só para dizer que existe uma certa instância dentro do nosso funcionamento como instituição. Para construir um curso de Psicologia para os movimentos sociais, precisamos discutir isso, estamos abertos para receber propostas, num dado momento, mas o que seria isso? Como é que seria apoiar? Podemos ser consultores de uma proposta como essa? Como instituição, estaremos abertos. Do ponto de vista da conexão da rede, Francisco, ela foi feita na área da Psicologia das emergências, de uma forma que pareceu boa, por isso passamos a lista, perguntando quem seriam as pessoas vinculadas a universidades, porque fizemos uma lista geral de circulação de informação e inter-relacionamento de todos os que estavam participando do evento e criamos uma sublista, que chamamos de lista de pesquisa, para interconectar pesquisas, o que permite que as pessoas que estejam nessa lista específica para intercambiar discussões e projetos de pesquisa participem da lista



geral e possam, ao mesmo tempo, ter uma lista específica para projetos dessa natureza. Os que estavam naquele evento acharam isso que seria importante para produzir os contatos interinstitucionais da Academia. Talvez possa adotar isso: ter uma sublista em que constem esses atores mais especificamente de natureza acadêmica e uma lista geral, que possa reunir todos. Esses são os pontos que eu queria esclarecer. Acho que esses temas dos aspectos culturais específicos, a questão da propriedade, da violência, dos traumas, das relações humanas, de gênero, compõem uma agenda interessante para pensarmos em contribuições, inclusive para oferecer aos psicólogos a necessidade de estudarem mais esses temas, já que são apontados desde o movimento como temas relevantes. Penso que essa interlocução seja interessante, a de o Movimento dizer: “Temos problemas nesta, nesta e nesta esfera”, e deixar claro para os que estão na Academia que esses são problemas importantes a serem investigados, porque aí criamos uma investigação mais ligada ao que o movimento social está demandando. Esses são os pontos. Não sei se as colegas querem comentar alguma coisa...

Gostaria também de comentar um aspecto no qual pensamos muito antes de estabelecermos uma dicotomia já de início: essa rede estaria estabelecida no âmbito do rural, do agrário, mas ela, como espaço de vivência, seja onde for, seja na água, na cidade, no campo, na beira do rio, enfim, não delimita o seu espaço, mas seria ampla o bastante para conter todas essas questões.

Quem sabe poderíamos colocar uma rede que pudesse investigar o ensino e o trabalho em subjetividade e as questões da terra? Talvez tirássemos desse singular a questão, para não ficarmos com a questão fundiária estritamente, mas ampliando o tema com questões que incluem esta obviamente, mas que talvez pudessem permitir, no primeiro momento, maior aproximação, para em que dentro dessa rede pudesse ir se reconfigurando esse tema, até encontrarmos nomenclaturas mais adequadas. Falei sobre subjetividades e sobre a questão da terra, porque aqui tratamos da a questão da terra porque efetivamente hoje, no Brasil, a questão



fundiária se destaca como a questão da terra. Não são dez questões, mas é uma questão: se há uma questão, é a questão fundiária. Ela demanda muito, ela é mais importante, ela é mais pesada. Francisco, sei que você é um lutador, e fez aqui a sua exposição, muito bem fundamentada, sobre como essa questão precisa ser reconfigurada, mas, talvez, para criarmos essa reconfiguração, tenhamos que criar o espaço onde se possa dialogar com essas outras perspectivas e, quem sabe, até daqui a algum tempo você convença a todos e passemos a usar essa referência mais rigorosa. Quem sabe?!

Público

Eu gostaria de falar com vocês aqui, de onde estou. Não sou do CFP, não sou do CRP, sou uma psicóloga que veio colaborar com o CFP, assim como sou uma psicóloga que colabora com o MST. Então, deste lugar, eu queria reforçar as questões dos debates regionais. Camila, eu penso desta forma: se o CFP não tem como colocar esse tema como pauta para os Conselhos Regionais, acho que nós, que estamos nos Estados, podemos colocar, porque penso que é difícil os psicólogos do Brasil inteiro virem para Brasília, mas acho que, se pensarmos em fazer discussões regionais, poderemos continuar mantendo esse debate. Acho que seria importante que cada grupo que está aqui pensasse nisso, em como se articular com o MST, com os quilombolas, com o CRP, de forma a continuarmos a realizar essa discussão.



Público

Bem, meu nome é John, sou estudante de Psicologia da Universidade Federal do Ceará e penso o seguinte: antes de pensarmos até mesmo no nome da rede, deveríamos pensar em alguns princípios, em algumas atitudes com relação a essa rede. E, ao me perguntar isso, cheguei a quatro palavras, que seriam: ampliar, aprofundar, comunicar e problematizar. Ampliar, porque percebemos que, pelas questões que estão aqui apresentadas, é necessário ampliar; aprofundar, porque há um mar de questões mesmo, é o humano, é o agrário, é o rural, é o campo; comunicar, porque não vamos só ficar informando. Pesquisei isso e aí cheguei a essa conclusão, mas é para trocarmos mesmo, até experiências. Penso que a pauta tem que estar no eixo de investigação e da intervenção, porque, quando chegamos à Universidade onde estudamos existem hábitos acadêmicos de muita pesquisa e, às vezes, é no verbalismo, no blá, blá, blá, mesmo. Aí, se faltar troca de experiências, muitas experiências de intervenção podem ser deixadas de lado. Então acho que, de repente, essas experiências ocorrem na particularidade dos Estados e em segmentos que não estão representados aqui, então essa seria a forma de se materializar essa rede como o nosso ponto virtual, uma consequência, mas não o grande eixo. Seria o caso de se convidar inclusive instituições como o INCRA. Estávamos pensando assim: vamos chegar lá no Ceará e não apenas repassar, vamos tentar “costurar” algo, nem que seja pequeno, que pelo menos seja um começo. São essas as minhas palavras.



Público

Meu nome é Diana; vou fazer a proposta, como estudante, como membro do Centro Acadêmico de Psicologia da UNB, de articulação da rede com o movimento estudantil. Seria um convite para que estudantes de outras universidades levassem a discussão para outros estudantes para se fazer essa articulação na formação dos psicólogos, propor eventos, caravanas e projetos de extensão a fim de para se levar essa comunicação também para a formação.

Vejam só como estamos entendendo: a rede são as pessoas que estão aqui e que podem, a qualquer momento, propor, dizer: “Entre também na rede, mande um *e-mail* para o seu amigo”! Pode-se dizer: “Eu queria entrar naquela rede onde circulam assuntos relativos à subjetividade e às questões da terra... Então, qualquer um pode entrar na rede, se lhe interessar. Combinamos que vamos formar um segmento acadêmico, mas acadêmico não quer dizer assim, separado, necessariamente; é apenas um segmento com interesse de investigação em uma rede ampla, onde todos podem entrar, mandar *e-mails*... Vocês vão saber como, quando receberem, vão mandar *e-mails* para o moderador e pedir para entrar na rede... e vão poder entrar! Dentro dessa rede, vai ser assim: quem mora no Ceará entra em contato, ou quem mora mais perto de mim, no Ceará, entra em contato comigo: “Vamos nos encontrar no bar da esquina e vamos bater um papo sobre isso!” Quer dizer: a rede permite que os atores se interconectem. A rede não é uma entidade. A rede é uma possibilidade de encontros e as pessoas, a partir dessa rede, vão fazendo combinações. Quem tem interesse em educação indígena, entra em contato, manda um *e-mail* para mim, vamos fazendo um subgrupo; vamos fazendo um grupo de trabalho lá na ANPEPP, de pesquisadores, Doutores, Mestres, sobre esse tema. Aí, dentro da rede, os diversos interesses vão tentar se agrupar. É uma rede que terá os companheiros do MST que estão aqui, companheiros dos outros movimentos podem também dizer: “Estamos precisando disso”. Há algum psicólogo interessado



em discutir isso conosco? Quer dizer que é óbvio que nós, como Conselho Federal, vamos divulgar a rede, vamos incentivar, vamos manter o tema na agenda do CFP, no *site*, vamos manter tudo, mas o acontecimento vai depender muito de vocês! A minha única preocupação é a de não criarmos expectativas de que, a partir de ter o nome no *e-mail*, isso vá garantir que alguma coisa aconteça. Vai acontecer aquilo que nós formos capazes de fazer acontecer, como participantes, como atores, quer dizer: o CFP vai dar o apoio, vai ajudar, vai dar as condições para essa interconexão seguir e, possivelmente, vamos manter projetos atualizados, vamos saber o que as pessoas estão precisando e vamos realizar esse contato através da rede.

Marcus Vinícius de Oliveira

Acho desnecessário haver duas listas - no caso, uma lista para quem é acadêmico e uma lista para quem não é, porque, por exemplo, em alguma discussão, ficaria só o pessoal do movimento social fora da lista! Então, muitas discussões, das quais eles poderiam estar por dentro, não estarão! Então, acho que uma lista é suficiente, e deve ser só uma, porque, por exemplo, vou mandar algo para uma lista, então vou mandar para a lista geral ou para a lista dos acadêmicos? Aí vamos estar privando pessoas de informação!

Então, caímos em uma questão que parece democrática, mas que, às vezes, é pouco funcional, porque os interesses são específicos - temos que respeitar o fato de existir interesse específico, mas podemos começar com uma lista geral e, na lista geral, as pessoas dizem quem têm interesse específico, mandam *e-mails* e assim vão surgindo as sublistas, que vão fazer convergir certos interesses. O importante é que ninguém fique fora da lista comum, porque aí, sim, algumas pessoas estariam excluídas do acesso à comunicação com as outras. É só para comunicar com as outras pessoas que serve uma lista. E eu já disse, claro, que essa é uma lista de trabalho.

Há mais alguma idéia sobre a lista? Todas as pessoas que estão



aqui assinaram aquele papelzinho que passou? Alguém deixou de pôr o nome e o e-mail? Alguns movimentos sociais têm dificuldade para ter acesso, sem fazer nenhum pré-julgamento? Dona Dijé disse que mora muito longe: existe *site* lá? Tem! Então, hoje praticamente todos sabem que, para se comunicar e fazer política, tem de estar dentro da *internet*. Então, nós garantiremos o contato de todos.

Então o que combinamos foi isso, e vamos recapitular o que foi combinado: o *site* que foi feito para o evento vai ancorar as informações derivadas deste encontro nacional, que vai virar o *hot-site* "*Subjetividade e as questões da terra*". Vai lá ser o nosso *website* que vai ancorar isso. Vamos fazer uma publicação, transcrever os relatórios das conferências que foram feitas aqui e vamos fazer uma publicação. Vamos fazer chegar a publicação a todos os movimentos que estiveram conosco, a todos os participantes. Vamos fazer chegar a eles esse material, vamos também editar o material dos vídeos, dos DVDs que foram gravados aqui, para que estejam à disposição também dos movimentos, das universidades e daqueles que se interessarem em ter esse material para poderem utilizá-lo de alguma forma. O Conselho Federal vai divulgar a rede, a existência dessa rede, vai informar as pessoas sobre ela, Quem quiser e não tiver ido ao evento, também pode participar mandar e-mail....Todas as pessoas receberão um e-mail convidando para entrarem na rede, para fazerem parte de um *web-group*. Esse *web-group* permitirá que os textos sejam depositados, enfim, permitirá que as pessoas tenham acesso a textos e a informações. Dentro da própria rede, as pessoas poderão se organizar a partir dos temas do seu interesse. Poderão propor movimentações presenciais, poderão propor ações políticas, o movimento social poderá contactar psicólogos, que já estão fazendo isso, quer dizer: diferentemente do outro evento, em que sentimos que as demandas ficaram muito dirigidas ao CFP - e o CFP não tem como atender a demanda de movimento social, quem pode atender as demandas do movimento social são os psicólogos; a linha central que estamos definindo



é a de tentar interferir no processo de difusão de conhecimento relativo a essa área. A rede também poderá propor publicações. O CFP vai estar representado nessa rede. Vai haver sempre alguém lá da Plenária do Conselho Federal que acompanhará a rede e dará os informes, estaremos também participando como um ponto dessa rede. Não sei se foram deixados de lado alguns pontos, acho importante já deixar claro.

Eu gostaria de fazer um comentário sobre essa demanda que a Camila colocou como parte do movimento, do primeiro encontro, que é anterior a este Seminário: houve uma grande elaboração sobre isso, sobre quais seriam as demandas de cada setor. Foi uma discussão bem ampla. Então achamos importante juntar as duas publicações, porque houve bastante discussão sobre isso, sobre onde entrariam esses pontos e os outros. Acho importante que as discussões entrem numa publicação geral, porque ficará mais completo.

Então já temos estabelecido que: haverá uma rede, todos receberão um *e-mail* para fazer contato e estaremos em contato permanente. Bem, vamos passar agora para o momento de avaliação e encerramento.

Para a avaliação, vocês preencheram o formuláriozinho que estamos usando agora. Espero que todos tenham preenchido. Entreguem lá na saída. Este é um formulário que nos ajuda muito a aprimorar os nossos eventos. Mas, nesse momento de encerramento, vamos partir para a avaliação. Estamos abertos também para recebermos manifestações. Já recebemos várias manifestações positivas, mas podemos receber negativas também. Não temos medo das críticas, não. Achamos que elas são sempre bem-vindas, nos ajudam a aprimorar, então, isso fica aberto. Se alguém quiser fazer alguma manifestação, algum comentário crítico, alguma problematização...

Quero parabenizar o CFP por esse evento e, assim, endossar a palavra de Magda, pois foi um sucesso mesmo, viu, Magda? Você está certíssima! Quero dizer também que a Psicologia tem avançado muito desde que acompanho e participo de muitos eventos



aqui do CFP. Assim, pela abertura que ela tem promovido e levado adiante, o “fazer Psicologia” tem levado o psicólogo a sair mesmo desse lugar em que ele sempre esteve, elitista.

Acho que estamos de parabéns, o Seminário foi muito bom e acho que saímos daqui gratificados pelos relatos, pela participação dos movimentos. Acho que conseguimos chegar onde precisamos e atender à sociedade.

Bem eu queria, para encerrar, apenas comentar que, como cidadãos, talvez muitos de nós já estejamos há mais tempo engajados na questão da terra, e, nessa luta, muitos já vêm participando; no entanto, como profissionais, alguns de nós sentem falta de uma referência para o seu fazer, uma referência coletiva, reconhecida pelo conjunto da sua categoria. Então acho que essa busca pelas referências dessas construções é o que inauguramos com este Seminário. Obviamente não vamos sair daqui com as referências construídas, vamos sair daqui com as perguntas que precisamos para começarmos o trabalho das construções das referências. Muitos psicólogos estiveram aqui, contando suas experiências profissionais, e muitos reconheceram o tempo todo que não é suficiente apenas dialogar com os outros, mas que é preciso ter mais segurança no que se faz, no que se precisa fazer, no que se pode fazer. Então, o Conselho Federal de Psicologia, uma entidade, um Conselho profissional, aquele que faz a mediação entre as necessidades da sociedade e as possibilidades da categoria profissional, entendeu que seria correto abrir um espaço, como um seminário, para que essas questões pudessem começar a circular, para que se pudesse dar visibilidade aos poucos, mas significativos, trabalhos já feitos. E foi então, com essa intenção, que abrimos este espaço. Nesse sentido, quero agradecer, para encerrar esta atividade, aos profissionais de outras áreas que aqui vieram trazer o seu conhecimento, o seu saber, o seu fazer, o que possibilitou todo um questionamento, um aspecto teórico que deu consistência, que deu embasamento às nossas construções futuras. Quero agradecer aos integrantes dos movimentos que aqui vieram, trazendo a sua



Seminário Nacional
a questão da **terra**
desafios para a
Psicologia

vivência, e que, com isso, nos ofereceram a matéria-prima para a construção do que precisamos e faremos. Aos psicólogos que trouxeram a sua experiência e que, com muita simplicidade e honestidade profissional, colocaram aqui as suas vivências, para que outros as ouvissem, para que outros as questionassem, para que os outros pudessem usá-las como início de suas referências, quero agradecer também. Quero agradecer aos Conselhos Regionais de Psicologia que aqui estiveram representados, aderindo, apoiando essa iniciativa do Conselho Federal de Psicologia. Com certeza nós, juntamente a esses Conselhos Regionais, vamos buscar todos os outros que aqui não estiveram, porque não puderam ou porque ainda não se sensibilizaram para a causa, para que possamos ter os 16 Conselhos Regionais e o Conselho Federal envolvidos nessa tarefa em que hoje nos colocamos. Quero agradecer, em nome da Yvone, ao corpo de funcionários do Conselho Federal de Psicologia, que viabilizou, que deu toda a possibilidade de este evento ocorrer, e também a todos os outros colaboradores, que aqui, aliados aos funcionários do Conselho Federal de Psicologia, estiveram gravando, transmitindo, enfim, viabilizando, inclusive para que este evento pudesse se tornar tão extenso: podemos saber que há muita gente que nos assistiu durante grande parte do tempo. Quero agradecer à FINATEC, que nos recebeu, ao INCRA, que nos apoiou, e quero agradecer, em especial, a essa comissão, que trabalhou formatando, “adivinhandos” quais seriam as questões que as pessoas, ao chegarem aqui, teriam, porque o trabalho de uma comissão organizadora é quase esse: é de ser adivinho de quais serão as grandes questões, é de ter sensibilidade para saber quais são as questões que importam para o debate, para se formularem mesas, para podermos fazer convites. Então, quero agradecer à Magda, à Regina e à Maria Inês em especial, que, como colaboradoras, viabilizaram a realização deste trabalho. Por último, gostaria de registrar a importância dos eventos, das atrações culturais e do teatro dos jovens que estiveram aqui, do pessoal do Boi.

Obrigado a todos.



**Conselho
Federal de
Psicologia**





Seminário Nacional
a questão da terra
desafios para a
Psicologia

Conselho Federal de Psicologia
SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center - sala 4024-A
CEP 70.719-900
Fone: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150
e-mail: contato@pol.org.br
home page: www.pol.org.br

